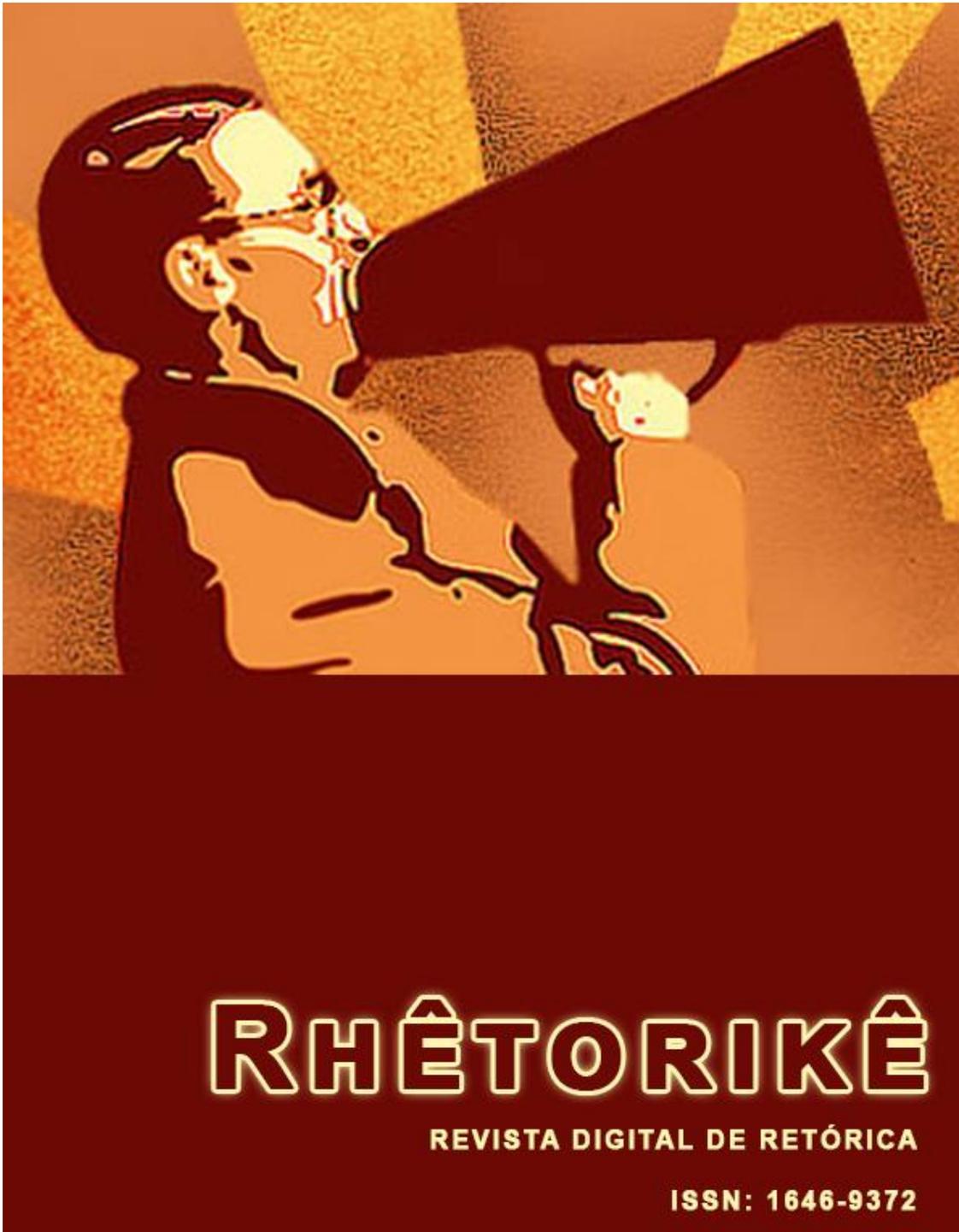




Nº9 (2023)



## Número 9 (2023)

Editor: Samuel Mateus



**A oposição entre o discurso retórico e a fala parresiástica nas aulas-conferências de Michel Foucault: para além do domínio das palavras**

**The opposition between rhetorical discourse and parrhesiastic speech in Michel Foucault's lectures: beyond the domain of words**

Luiz Celso Pinho<sup>1</sup>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**RESUMO:** Nas últimas duas décadas, tem ocorrido uma proliferação de trabalhos acadêmicos interessados em relacionar o conceito foucaultiano de *parresia* ao emprego de um estilo retórico de argumentação. Geralmente, busca-se estabelecer pontos de contato ou sugerir eventuais afinidades, apesar de o próprio Foucault indicar claramente que são duas modalidades de fala com propósitos distintos. Toda a discussão gira em torno da forma como se estruturam os discursos, suas finalidades, suas estratégias ou seus efeitos sobre os ouvintes. No entanto, a hipótese que norteia o presente estudo é a de que a devida compreensão da incompatibilidade entre retórica e *parresia* não se esgota num exame puramente discursivo. Pretende-se, aqui, levar em conta uma diferenciação de cunho ético-existencial, na qual o elemento decisivo repousa na adoção de um estilo de ser e viver em consonância com o que é dito e não apenas na habilidade de comunicar aquilo que se pensa e se acredita ser verdadeiro. É preciso estar respaldado, pois, num “modo de vida” para se exercer uma fala parresiástica.

**PALAVRAS-CHAVE:** *parresia*; retórica; modo de falar; modo de viver; ética.

**ABSTRACT:** In the last two decades, there has been a proliferation of academic works interested in the relationship of the Foucauldian concept of parrhesia with the use of a rhetorical style of argumentation. Generally, the aim is to establish points of contact or suggest possible affinities, despite Foucault himself clearly indicating that they are two modes of speech with different purposes. The entire discussion revolves around the way in which speeches are structured, their purposes, their strategies or their effects on the listeners. However, the hypothesis that guides the present study is that

---

<sup>1</sup> lucepi@uol.com.br



N°9 (2023)

3

the proper understanding of the incompatibility between rhetoric and parrhesia is not exhausted in a purely discursive examination. It is intended, here, to take into account a differentiation of an ethical-existential nature, in which the decisive element lies in the adoption of a style of being and living in consonance with what is said and not just in the ability to communicate what one thinks. and believes to be true. Therefore, it is necessary to be supported by a “way of life” in order to perform a parrhesiastic speech.

KEY-WORDS: parrhesia; rhetoric; way of speaking; way of living; ethics.

### 1. O contexto das análises foucaultianas

Entre 1982 e 1984, Michel Foucault demonstra um crescente interesse pela noção grega de *parresia* [παρρησία], como se pode verificar tanto nas aulas regulares no Colégio de França (ministradas, habitualmente, no período de janeiro a março) quanto num punhado de conferências destinadas ao público universitário francês, canadense e estadunidense. Essa sequência de falas é bruscamente interrompida com a sua morte. Posteriormente, com o passar dos anos, foram resgatadas de arquivos, transcritas e publicadas, apesar de não terem sido por ele revisadas ou mesmo concebidas para serem convertidas em livros. Os cursos de Foucault no Colégio de França, que têm início no fim de 1970, possuem um nítido viés exploratório que se acentua nas aulas-conferência nas quais a noção de *parresia* é alvo de problematizações conceituais. Esse, percurso, apesar de breve (abrange vinte e sete meses), passa por diversas e pequenas inflexões. Não se trata, pois, de um desenvolvimento linear e cumulativo. E nem sequer podemos sugerir, devido a seu estilo cambiante, que ele produziria algum material mais elaborado a partir do que efetivamente disse ou sequer para qual direção conduziria suas pesquisas.

Em *A coragem da verdade*, Foucault adverte que desenvolve hipóteses “provisórias, incertas e flutuantes” (Foucault, 2009: 290). E é o que efetivamente se pode constatar, pois enquanto algumas temáticas vão sendo desdobradas, modificadas e aprofundadas, outras passam por súbitas inflexões, além de poderem ser deixadas de lado ou retomadas mais adiante, e tudo isso sem que haja qualquer explicação a respeito dos motivos que levaram a esta ou aquela escolha. Tal procedimento dificulta, obviamente, qualquer esforço interpretativo. Além disso, Foucault jamais pretendeu realizar um levantamento exaustivo dos usos da noção de *parresia* na antiguidade greco-romana. Sem dúvida, suas investigações enveredaram por um vasto campo de possibilidades. Foucault tanto se remeteu a diversos sistemas de pensamento (socrático-platônico, estoico, epicurista e quínico), estilos literários (história, mitologia, retórica, novo e velho testamentos) e autores (Plutarco, Galeno, Isócrates) quanto retratou



“diferentes contextos práticos” (Foucault, 2012: 166) nos quais o termo se faz notar, direta ou indiretamente: em assembleias públicas, na convivência entre o mestre e o discípulo, no aconselhamento filosófico, no âmbito das relações pessoais, no palácio dos governantes (no contato reservado com o Príncipe ou diante de seu séquito), para destacar as situações mais relevantes.

Cabe ressaltar, por fim, que a palavra *parresia* carece de uma tradução exata. Literalmente, significa *tudo-dizer*, e Foucault a ela se refere utilizando as mais variadas fórmulas, sem manifestar preferência por alguma delas. Encontramos, assim, as seguintes possibilidades: “dizer-a-verdade”, que retrata mais diretamente o sentido original do vocábulo grego, e equivalências como “fala-franca” (*franc-parler*), “veridicção” (*véridiction*) e “liberdade de palavra” (*liberté de parole*).<sup>2</sup> Uma expressão que talvez retrate o teor ao mesmo tempo verídico e acentuadamente sincero da fala *parresiástica* seja “o uso corajoso da palavra”.

## 2. O conflito entre retórica e *parresia*

### 2.1. A literatura especializada

A bibliografia secundária consultada destaca alguns pontos de contato entre essas duas modalidades de expressão verbal, apesar de haver um claro reconhecimento da distância que as separa. Mateus defende que se poderia criar “um novo espaço de convívio” (Mateus, 2016: 203) entre a *parresia* e a retórica no campo publicitário e jornalístico (em especial na sua versão investigativa). Isso se daria, respectivamente, de dois modos: 1. Por meio da “intensificação dos diversos elementos emocionais” da fala *parresiástica* (Mateus, 2016: 205) e 2. Na medida em que reforça o “direito de expressão política sem receio das consequências por parte do poder” (Mateus, 2016: 206). Após se deter em algumas modalidades de *parresia* abordadas por Foucault (a epicurista, a platônica e a de Quintiliano), Walzer encontra subsídios para a elaboração de “uma teoria da retórica do aconselhamento” na qual a fala *parresiástica* “assume um caráter inteiramente retórico” (Walzer, 2015: 18). Serra resalta que Foucault nos remete a uma “imagem da retórica [que] é, no mínimo, redutora, [tendo em vista que coincide] totalmente com a condenação formulada por Platão no *Górgias*” (Serra, 2015: 248). Adicionalmente, compara o curso do Colégio de França de 1984 (*A coragem da verdade*) tanto com o de 1971 (*Aulas sobre a vontade de saber*) quanto com a conferência inaugural proferida no final do ano anterior (*A ordem do discurso*), o que o leva a detectar uma inflexão na perspectiva adotada por Foucault em relação ao conceito de verdade. Enquanto no início dos anos 70 há um nítido privilégio da sofística (e, por extensão, da retórica), em meados dos anos 80, essa posição é abandonada, dando margem a supor uma adesão ao platonismo. A argumentação de Serra se aplica exclusivamente ao campo político, tendo em vista que a *parresia* democrática envolve a habilidade de convencer os que têm direito a voto

---

<sup>2</sup> As traduções encontradas neste texto – do francês, do inglês, do italiano e do espanhol – foram realizadas pelo Autor.



numa assembleia, o que retrataria o “fio de ligação entre linguagem, conhecimento e poder pelo qual Foucault sempre demonstrou um interesse marcante” (Serra 2015: 259). Uma premissa que norteia a argumentação de Domínguez é a de que a “mera oposição não esclarece o modo de relacionamento entre ambos os discursos”, o retórico e o parresiástico (Domínguez, 2020: 111). Tomando como referência *A hermenêutica do sujeito*, a autora salienta que a fala parresiástica apresenta características retóricas, pois, em diversas ocasiões, Foucault “ênfatiza que a *parresia* é um modo de discurso que requer uma técnica”, o que a leva a concluir que ambas “diferem [...] fundamentalmente no caráter moral implícito” (Domínguez, 2020: 115-116). O breve estudo de Townsend tem por objetivo corroborar o argumento defendido por Laurent Pernot de que há, efetivamente, “compatibilidade entre retórica e *parresia* na arena política” (Townsend, 2017: 38). A ideia básica é a seguinte: “a retórica, segundo Pernot, é o discurso político originário [enquanto a] *parresia* ética [...] é, na verdade, uma forma mais recente de *parresia* política [por meio da qual] um cidadão fala honestamente com seu superior ou governante no intuito de criticar políticas [governamentais]” (Townsend, 2017: 39). Mazzola parte do pressuposto de que a polaridade entre a filosofia platônica e a sofística serve de base para se entender as relações entre *parresia* e retórica. Defende que “a distinção entre o filósofo e o sofista é difícil”, pois “a filosofia inclui dimensões retóricas (Mazzola, 2022: 165-166), o que se pode constatar tanto no estilo argumentativo de Sócrates quanto nos sofistas, já que “ambos visam à persuasão e seus discursos manifestam necessariamente técnicas argumentativas” (Mazzola, 2022: 176). Tendo realizado uma extensa e detalhada análise filológica do uso do termo *parresia*, a partir de diversos exemplos históricos e literários, Spina discute a “nítida linha de oposição entre *parresia* e retórica” (Spina, 2005: 338). De acordo com ele, esse conflito fica evidente quando se aborda três pontos: “verdade vs persuasão, técnica vs não-técnica [e] interesse pessoal do retórico vs desinteresse do parresiasta” (Spina, 2005: 341). Além disso, considera que a perspectiva adotada por Foucault resulta de “uma leitura talvez muito orientada pelos textos clássicos” (Spina, 2005: ), em especial a filosofia socrático-platônica. Apesar das incompatibilidades assinaladas, Spina defende que é possível estabelecer algumas afinidades entre ambas, o que o leva a salientar que “franqueza e pretensão de verdade na relação discursiva com os outros podem ser discutidas até no interior do argumento retórico, desde que se fique atento tanto ao *ethos* do locutor quanto aos direitos, inclusive ao *pathos*, dos ouvintes” (Spina, 2005:345).

## 2.2. Percorrendo as aulas-conferências

O presente estudo realizou um levantamento minucioso das passagens nas quais Michel Foucault compara o discurso retórico com a fala parresiástica. A argumentação desenvolvida por ele em suas aulas-conferências tem um nítido estatuo experimental, isto é, ele invariavelmente adota hipóteses provisórias, que podem ser futuramente descartadas, reformuladas ou deixadas momentaneamente de lado. O resultado final só será conhecido se o tema investigado se tornar o assunto de uma publicação



(que ele próprio tenha redigido). No caso das análises envolvendo a fala de cunho parresiástico, não dispomos de um estudo conclusivo, apenas de áudios gravados de forma independente (em alguns casos, existem também anotações que serviram de referência ao que foi exposto oralmente). O material disponível consiste de seis momentos, registrados originalmente em inglês e francês, cuja sequência exata é a seguinte: *A hermenêutica do sujeito*, *A parresia*, *Dizer a verdade sobre si mesmo*, *O governo de si e dos outros*, *A fala destemida* e *A coragem da verdade*.

Primeiro momento: *A hermenêutica do sujeito* (doze aulas ministradas, de janeiro a março de 1982 no Colégio de França), notadamente o final da nona aula (3 de março) e a décima aula (10 de março).

O fio condutor do curso reside em investigar a formação e o desenvolvimento, na antiguidade greco-romana, de uma filosofia do “cuidado de si”, isto é, de uma tecnologia que promove a transformação progressiva do indivíduo ao longo da vida, tendo por referência critérios, ao mesmo tempo, estéticos e éticos. O interesse pela noção de *parresia* surge na medida em que ela “assume na filosofia, na arte de si, na prática de si [...] um significado técnico bem preciso, [notadamente no que diz respeito] ao papel da linguagem e da fala na ascese espiritual dos filósofos” (Foucault, 2001a: 349).

Foucault assinala que o “conflito maior” entre essa modalidade de atividade filosófica, norteadada pela problematização da relação consigo mesmo, e o ensino retórico é que este, ao priorizar a sedução, relega a um plano secundário o trabalho de aprimoramento existencial. Deste modo, “não se trata de se ocupar de si mesmo, mas de agradar aos outros” (Foucault, 2001a: 93). Tal disparidade de objetivos entre filosofia (no sentido foucaultiano) e retórica pode ser melhor compreendida ao se se tomar como referência a *parresia*. Foucault considera que ela tem dois grandes adversários: a lisonja e a retórica. No que diz respeito à primeira, a única atitude possível e aceitável é de “oposição, combate, luta” (Foucault, 2001a: 357), ou seja, são duas modalidades de interação dialógica com o outro completamente antagônicas. Apesar dessa refutação enfática do adúlador não se verificar no caso do retórico, Foucault assinala uma incompatibilidade no âmbito do aconselhamento “espiritual” entre o mestre e seus discípulos: “na *parresia*, trata-se [...] de agir sobre os outros, não tanto para lhes pedir algo, para dirigi-los ou incliná-los a fazer determinada coisa, [mas para que] consigam constituir, para si, em relação a si mesmos, uma relação de soberania que será característica do sujeito sábio, do sujeito virtuoso, do sujeito que atingiu toda a felicidade que é possível atingir neste mundo” (Foucault, 2001a: 368-369). A *parresia* envolve, pois, um projeto de vida norteadado pela busca de autonomia. Em algumas passagens do curso, Foucault sugere que a fala parresiástica corresponde a uma “espécie de retórica específica ou de retórica não retórica que deve ser aquela do discurso filosófico” (Foucault, 2001a: 350). Pretende, com essa definição paradoxal, ressaltar que a manifestação expressa da verdade não depende da capacidade de seduzir com as palavras, mas em saber combinar adequadamente “procedimentos técnicos” com “princípios éticos” (Foucault, 2001a: 356). Deste modo, o parresiasta é aquele cujo discurso está respaldado por uma permanente conduta virtuosa.



Segundo momento: *A parresia* (uma única conferência na Universidade de Grenoble, na França, em 18 de maio de 1982, seguida de debate).

Para dar conta do sentido prático da *parresia*, Foucault propõe situá-la em relação a três contextos distintos: o “cuidado de si”, a política e a retórica. Referindo-se ao terceiro, afirma que a fala parresiástica “é a expressão direta do pensamento, sem nenhuma figura particular” (Foucault, 2012: 166). Isso significa que “o parresiasta é aquele que não deve levar em conta nem as regras da retórica [...] nem mesmo as regras da demonstração filosófica”, pois ele “se opõe à retórica, [...] ao *elegkhos* [isto é, ao exame socrático], [...] à demonstração, ao rigor da prova” (Foucault, 2012: 174). Percebemos, com isso, que, a palavra tem uma função secundária na *parresia*, dito de outro modo, não é a linguagem, ou qualquer outro fundamento lógico-racional, que serve de base para a “argumentação” parresiástica. É por isso que o mais importante consiste em “falar como é necessário, falar de forma tal que se possa agir diretamente sobre a alma do outro, falar sem se sobrecarregar com formas retóricas, sem exagerar os efeitos que se deseja obter” (Foucault, 2012: 174).

Terceiro momento: *Dizer a verdade sobre si mesmo* (cinco conferências e um seminário dividido em quatro seções na Universidade de Vitória, em Toronto, no Canadá, de 31 de maio a 26 de junho de 1982), apenas a terceira e a quarta sessões do seminário.

As considerações de Foucault sobre a retórica são breves e esparsas. Seu intuito residia em elucidar o contexto técnico-pedagógico no qual se pode verificar a preocupação dos antigos com o aprimoramento da “cultura de si”. Detém-se, em função disso, na importância de que mestre e discípulo estabeleçam um diálogo que leve a uma transformação profunda daquele que ouve. Dentro desse contexto, Foucault tão somente constata que nos primeiros séculos do Império Romano vigorou tanto uma “competição” quanto uma “oposição” entre os “detentores do ensino retórico” e as escolas filosóficas em geral (Foucault, 2021:22 e 43). Essa polarização, aliás, já se fazia notar na cultura grega, notadamente com Platão, o que levava a retórica a ser considerada “uma técnica de ornamento”, cujo maior feito consistia em “fazer parecer belo o que não é belo” (Foucault, 2021: 133). O que se pode concluir disso é que a retórica nada tem a contribuir para que o indivíduo seja capaz de atingir “um estado de soberania sobre si mesmo e de tranquilidade da alma” (Foucault, 2021: 144-145). Podemos concluir, a partir daí, que a *parresia* está mais próxima de uma “arte de viver” do que uma “arte de falar”.

Quarto momento: *O governo de si e dos outros* (nove aulas ministradas, de janeiro a março de 1983, no Colégio de França), destacando-se a segunda (12 de janeiro), a sexta (9 de fevereiro), a sétima (16 de fevereiro) e a nona (2 de março) aulas.

As análises de Foucault se concentram nos aspectos político-filosóficos da *parresia*, notadamente na situação do homem livre, ou seja, do cidadão, que toma a palavra nas assembleias em praça pública. É nesse contexto que se pode indagar: “não seria [a *parresia*] um modo de confrontar o adversário?”, não corresponderia a uma forma de travar uma “luta, cara a cara, em torno da verdade?” (Foucault,



2008: 54-5). No âmbito do debate democrático, além da fala sincera e corajosa, o orador necessita igualmente convencer aqueles que o escutam, tendo em vista que decisões serão tomadas pela maioria após debates em maior ou menor grau acalorados. O exercício da palavra se dá, pois, no confronto agonístico com rivais no âmbito da cidade democrática. Não se trata de beligerância, de destruir oponentes, pois o que está em jogo é um embate argumentativo que “permite aos indivíduos exercerem certa ascendência uns sobre os outros” (Foucault, 2008: 145). É nesse sentido que Foucault coloca as seguintes questões: “a *parresia* é uma maneira de demonstrar, é uma maneira de persuadir, é uma maneira de ensinar, é uma maneira de discutir?” (Foucault, 2008: 52). Em parte sim, tendo em vista que se trata de um dizer-a-verdade para todos, independentemente dos conflitos daí resultantes. Foucault ressalta que nessa luta discursiva o parresiasta pode ser visto como uma espécie de “alto funcionário moral da cidade” (Foucault, 2008: 159), tendo em vista seu compromisso de sempre e corajosamente proferir uma fala verdadeira. Durante o curso, também são abordadas situações nas quais a *parresia* exercida no campo político se desdobra num sentido estritamente ético, como na situação em que o parresiasta, diante do governante, age sobre a alma dele, educando-o, aconselhando-o, resultando numa abordagem típica da psicagogia grega. Apesar do inegável teor persuasivo no exercício público da fala parresiástica, Foucault descarta em diversas passagens qualquer viés retórico dela, notadamente por situar a *parresia* no interior do discurso filosófico.

Quinto momento: *A fala destemida* (seis conferências na Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos, nos meses de outubro e novembro de 1983), apenas a conferência inaugural (10 de outubro).

Retórica e *parresia* envolvem “um relacionamento que é problemático” (Foucault, 2001b: 20). Foucault diz isso em alusão a Eurípides, cujas tragédias foram alvo de uma análise pormenorizada no curso *O governo de si e dos outros* e que agora é retomada. Porém, não há elementos que permitam afirmar exatamente a qual aspecto ele se refere (no máximo, se pode inferir que se trata de algo referente ao direito de o cidadão grego poder se expressar livremente na sua cidade natal). Na presente conferência, fica claro o abismo intransponível entre essas duas modalidades de fala. De acordo com Foucault, o parresiasta “torna manifestamente claro e óbvio que o que ele diz é sua própria opinião [...] evitando qualquer tipo de forma retórica que possa velar o que ele pensa” (Foucault, 2001b: 12). Ou seja, o modo como ele expressa suas crenças deve retratar exatamente o que ele acredita ser verdadeiro.

Sexto momento: *A coragem da verdade* (nove aulas ministradas, de fevereiro a março de 1984, no Colégio de França), basicamente, a primeira aula (1º de fevereiro).

Na última etapa das análises histórico-filosóficas de Foucault sobre o uso corajoso da palavra na cultura greco-romana, sua argumentação ocorre quase que exclusivamente dentro do campo ético (na última aula, há uma breve exposição a respeito da *parresia* cristã). A primeira parte do curso está centrada na figura de Sócrates. A segunda privilegia o cinismo antigo. São os dois expoentes da



*parresia* entendida como expressão de uma “vida verdadeira”, como uma fala totalmente desprovida de “dissimulação, reserva, cláusula de estilo, ornamento retórico”, pois a verdade deve ser dita “sem ‘codificar’, sem mascarar, sem nada esconder” (Foucault, 2009: 11-12). Deste modo, “a prática da *parresia* se opõe, ponto a ponto, ao que é, em suma, a arte da retórica” (Foucault, 2009:14). Em suma, “a retórica é exatamente o oposto da *parresia*” (Foucault, 2009:14-15).

### 3. Quem é o parresiasta foucaultiano?

Como se pôde notar nas aulas-conferências de Foucault, “o homem da *parresia* [é aquele que fala] despojado de qualquer retórica” (Foucault, 2012: 175), ou seja, o estilo adotado pelo parresiasta “se caracteriza por uma liberdade de forma” (Foucault: 2012:174) em relação a qualquer modalidade de expressão da verdade. Mais ainda, a *parresia* “se opõe [...] ao rigor das provas, àquilo que força o indivíduo a reconhecer o que é a verdade e o que não é nada” (Foucault, 2012: 174). Para que se possa identificar como se dá o efetivo o exercício da *parresia*, deve-se detectar necessariamente “um tipo de junção entre o discurso e o movimento do pensamento” (Foucault, 2012: 170). O que não ocorre no caso do retórico, pois ele expressa seus juízos “independentemente da própria opinião” (Foucault, 2001b: 12).

Essa dissociação entre o que se acredita e o que se diz fica patente em outras modalidades de fala. O adulator, por exemplo (um personagem considerado “inimigo” da *parresia* desde o curso *A hermenêutica do sujeito*), e censurado por “muda[r] sua opinião, seu comportamento, seu modo de vida, de acordo com suas próprias mudanças ou com a situação na qual se encontra, ou de acordo com as pessoas que estão com ele” (Foucault, 2021: 190). Ele apenas imita a franqueza parresiástica, pois no fundo está sempre “dizendo tudo e qualquer coisa, contanto que seja bem recebido por qualquer um, isto é, por todo mundo” (Foucault, 2008: 167).

“Como reconhecer um verdadeiro parresiasta?”, ou ainda, qual “é o sinal de que [alguém] é realmente um parresiasta”? (Foucault, 2021: 190). Para definir o parresiasta, de acordo com a leitura foucaultiana, não basta que seja alguém que fale a verdade. Se fosse assim, todo aquele que ensina ocuparia naturalmente tal posição. Mesmo quem eventualmente corre riscos, marca diferencial do dizer verdadeiro parresiástico, deve apresentar outros elementos que justifiquem sua condição de parresiasta, caso contrário poderia ser associado simplesmente a alguém movido por um desvario qualquer, ou poderia não passar de um simples inconsequente.

Há um ditado popular cuja essência se mostra marcadamente antiparresiástica: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. A condição que define a especificidade da *parresia* reside numa correlação direta entre a existência do indivíduo e suas falas. Essa questão fica nítida desde *A hermenêutica do sujeito*, quando Foucault menciona a seguinte reflexão de Sêneca: “tenho a virtude sobre os lábios ou no coração”? (Foucault, 2001a: 459). O que importa saber, nessa sentença, é se o



indivíduo defende uma verdade de boca para fora ou se se sente inseparável dela, se ela faz parte de sua existência.

Percebe-se que a prática da *parresia* não depende exclusivamente de circunscrever um “modo de falar”, mas de identificar um “modo de viver”. Os “verdadeiros sinais” de uma conduta parresiástica são, no entender de Foucault: “conformidade entre [...] o que se diz e o que se é, e conformidade com e o que se é ao longo da própria vida” (Foucault, 2021: 191). Ou, como se pode verificar noutra passagem: “a presença, naquele que fala, de sua própria forma de vida tornada manifesta, presente, sensível e atuante como modelo no discurso que ele afirma” (Foucault, 2012: 181).

Para que o indivíduo seja reconhecido como parresiasta, ele deve preencher pelo menos três requisitos. Primeiro: coerência entre atos e palavras, pois discurso e vida devem se espelhar mutuamente: “é necessário que a *parresía*, a verdade daquilo que [o parresiasta] diz, seja selada pela conduta que ele observa e pela maneira pela qual ele efetivamente vive” (Foucault, 2001a: 388). Daí Foucault reiteradamente valorizar os exemplos de Sócrates e dos adeptos do cinismo antigo, num primeiro plano; e de Sêneca, secundariamente, por ter redigido “uma verdadeira teoria da fala franca” (Foucault, 2001a: 367), no qual se pode apreender o “princípio ideal de conduta” (Foucault, 2009: 233) do parresiasta. Segundo: deve exercer uma fala destemida, provocativa, corajosa, tendo em vista que o parresiasta “dirá [...] coisas muito desagradáveis” (Foucault, 2021: 190). Quando Sócrates se compara a um inseto, cujo ferrão (metáfora para seus questionamentos incessantes) servia para incomodar as pessoas, ele pretendia ressaltar que sua filosofia estava norteada por um “princípio de agitação, de movimento, de inquietude permanente ao longo da existência” (Foucault, 2001a: 9). Enquanto o parresiasta é aquele “que fala e corre o risco de dizer” [o que pensa] e, com isso, pode chegar a suscitar contra ele a ira de seu interlocutor, o retórico, de forma diametralmente oposta, “é capaz de dizer algo totalmente diferente do que sabe, totalmente diferente do que acredita, totalmente diferente do que pensa” (Foucault, 2009: 14). As mais diversas experiências de cunho parresiástico – nas assembleias públicas, diante do governante, na relação mestre-discípulo, nas conversas pessoais – têm, acima de tudo, um teor crítico, tendo em vista que enunciam verdades inconvenientes e desagradáveis.

Terceiro: mais do que uma modalidade de discurso, a *parresia* requer que o indivíduo manifeste um estilo autêntico de agir: ela “não é somente uma maneira de falar, não é somente uma maneira de dirigir as pessoas, mas também [está] ligada a um modo de vida particular” (Foucault, 2012: 187). Trata-se, pois, de uma modalidade de fala que coloca num plano secundário a “estrutura racional do discurso” (Foucault, 2008: 53), que dispensa qualquer tipo de procedimento estrategicamente elaborado ou previamente estruturado de interação dialógica. Daí Foucault destacar o momento no qual Sócrates se apresenta no tribunal diante de seus julgadores e pronuncia as seguintes palavras: “simplesmente falo, diretamente, sem habilidade e sem o devido preparo” (Foucault, 2009: 68). Enquanto que a tônica do discurso retórico está no “assunto que se aborda” (Foucault, 2001a: 366), na *parresia* o mais importante não reside apenas no que é dito, tendo em vista que se trata de uma fala que vai além do



“puro e simples discurso”: ela não se restringe a ser “discurso, somente discurso, discurso nu” (Foucault, 2008: 209). Dito de outro modo, a *parresia* foucaultiana não se reduz a uma prática discursiva, a um “ato de fala”, em suma, não está subordinada tão somente ao domínio das palavras. Não há dúvida de que a fala do parresiasta acaba afetando (e modificando) o modo de pensar (e de agir) do outro. Porém, diferentemente do retórico, “o parresiasta age sobre a mente das outras pessoas mostrando a elas, tão diretamente quanto possível, o que ele realmente acredita” (Foucault, 2001b: 12).

Foucault se propõe a realizar uma análise da “dramática do discurso”. Não se deve entender com isso o interesse no que pode haver de comovedor numa fala, ou que suscita comportamentos de ordem emocional. Seu intuito reside em retratar o efeito que se produzirá naquele que se compromete a dizer a verdade: “na *parresia*, o enunciado e o ato de enunciação afetarão, ao mesmo tempo, de uma maneira ou de outra, o modo de ser do sujeito” (Foucault, 2008: 65). Isso não importa numa “pragmática do discurso”, cujo objetivo consiste em realizar a “análise daquilo que, na situação real de quem fala, afeta e modifica o sentido e o valor do enunciado” (Foucault, 2008: 65). Essas duas formas de análise discursiva não são excludentes entre si. No entanto, enquanto a ênfase de uma recai num processo subjetivo, que leva o sujeito a se modificar, a de outra se detém no modo como as palavras se estruturam e se organizam.

Apesar da obrigação de sempre proferirem uma fala verdadeira, Foucault não considera pertinente, num primeiro momento, supor que filosofia e *parresia* são equivalentes. De acordo com Foucault, “não pode haver filósofo que não seja parresiasta”; porém, “o fato de ser parresiasta não coincide exatamente com o modo de vida filosófico” (Foucault, 2012: 168). Essa assimetria será totalmente repensada nos cursos do Colégio de França de 1983 (*O governo de si e dos outros*) e de 1984 (*A coragem da verdade*), tendo em vista que uma “vida filosófica” e a prática da *parresia* passam a ser consideradas duas atividades que se pressupõem mutuamente. O que importa destacar aqui, contudo, é que Foucault, ao deixar de lado a dimensão “pragmática” do discurso e se interessar exclusivamente por seu aspecto “dramático”, chama a atenção para o processo de transformação pelo qual o indivíduo que fala a verdade envereda, tanto no âmbito da filosofia quanto na experiência parresiástica.

#### 4. O “argumento” parresiástico

Em diversas passagens de suas aulas-conferências, Foucault retoma a crítica platônica à sofística. Não se trata, contudo, de compartilhar da censura de Platão aos sofistas, notadamente por darem ao discurso falso a impressão de que ele é verdadeiro; o que, em termos de convívio social, é uma desonestidade intelectual, e mesmo, como justificadamente se acredita na atualidade, demonstração de “má fé” (Foucault, 2011: 58). No entanto, como se pode constatar no primeiro curso do Colégio de França – *Aulas sobre a vontade de saber* (1970-1971) –, Foucault saúda o pensamento sofístico por ter instaurado “uma ontologia bizarra, parcial, limitante, descontínua e claudicante” (Foucault, 2011: 61),



o que contribui para arruinar a crença de que existem verdades absolutas. Essa perspectiva, contudo, não se aplica às investigações foucaultianas dos anos 80. O interesse na fala parresiástica afasta Foucault do universo discursivo, no qual prevalece uma dialética em termos de perguntas e respostas. Como reconhecer uma fala autenticamente parresiástica? Qual seria o seu diferencial em relação a outros discursos que também gravitam em torno da verdade? Em termos foucaultianos, não há uma definição conclusiva sobre o que ver a ser a *parresia*. Em função disso, e “visando não incorrerem em anacronismos, salientamos que o parresiasta é uma personagem eminentemente greco-romana” (Pinho, 2018: 114). Foucault ressalta que a prática da *parresia* desapareceu nos primeiros séculos de nossa era. Seus derradeiros sinais ocorreram no cristianismo primitivo (com os mártires que se recusavam a renunciar à sua fé e eram executados por isso). Se bem que o próprio Foucault admita que ela pode ser detectada, isoladamente, em Montaigne e Espinosa, por exemplo, “pois ambos ultrapassam as exigências comuns à ‘estrutura formal e sistemática’ dos discursos ao proporem uma ‘vida filosófica’” (Pinho, 2018: 114).

Como vimos acima, é muito comum que alguns intérpretes assinalarem pontos de encontro entre a retórica e a *parresia*, apesar de as dissonâncias serem evidentes. Certamente, não se pode ignorar que ambas almejam efetivamente produzir algum tipo de efeito persuasivo sobre o interlocutor, que pretendem alterar o universo de crenças do outro. A rigor, o único argumento do parresiasta é a sua própria vida, ou melhor, o que ele tem feito e dito ao longo de toda a sua existência. Por que ele precisaria escolher com cuidado as suas palavras no intuito de atingir o efeito desejável? Em diversas passagens, Foucault associa a *parresia* a uma técnica, devido à sua capacidade de saber escolher o momento certo – o *kairos* – para falar algo ou simplesmente permanecer em silêncio. Mas essa hipótese vai sendo abandonada à medida que a dimensão ética da *parresia* adquire um papel de maior destaque. Outro fator que contribui para estabelecer uma proximidade, por mais tênue que seja, entre o discurso retórico e a fala parresiástica reside na menção que Foucault faz a Quintiliano, mais exatamente ao seu *Institution oratoire* (Livro IX, Capítulo II), numa passagem na qual a *parresia* é tida como uma figura retórica. Em três momentos distintos – *A parresia*, *O governo de si e dos outros* e *A fala destemida* –, Foucault retoma essa classificação. Porém, adota uma terminologia paradoxal ao utilizar expressões como “não-figura” e “grau zero” da retórica (Foucault, 2012: 166 e 2008: 53 e 58). Explica suas imagens afirmando que, enquanto “algumas figuras retóricas são especificamente adaptadas para intensificar as emoções do público”, e que por isso as considera como uma modalidade de *exclamatio*, a *parresia*, por sua vez, deve ser considerada como “um tipo de exclamação natural”, mais ainda: “completamente natural” (Foucault, 2001b: 21). Foucault pretende, deste modo, ressaltar que a *parresia* é “a mais despojada de todas as figuras [de pensamento]” (Foucault, 2008: 53). Daí considerá-la uma “espécie de retorica específica ou de retórica não retórica” (Foucault, 2001a: 350).

A explicação para esse jogo de palavras, que dá margem a especulações desconcertantes, se encontra numa passagem extraída de Sêneca, na qual ele adverte que o parresiasta não deve obrigatoriamente



descarta o “uso tático da retórica”, tendo em vista que “os ornamentos do discurso podem, perfeitamente, ser úteis” e, além do mais, “não há razão para desprezar os prazeres e conveniências de ouvir uma bela linguagem”: “a eloquência [...] pode permitir que as coisas sejam mostradas”, desde que não haja [...] nenhuma obediência fundamental, abrangente e total às regras da retórica” (Foucault, 2001a: 385-386). A situação inversa, contudo, não se aplica à retórica. Como ressalta Lévy, caso um retórico decidisse falar com *parresia* seria “uma espécie de suicídio intelectual ou o clímax do paradoxo” (Lévi, 2009: 324).

O uso das fórmulas retóricas pelo parresiasta constituiria uma flagrante limitação, pois não é no campo das palavras que reside a veracidade de sua fala. O tripé parresiástico – harmonia entre atos e palavras, estilo deliberadamente provocativo e irredutibilidade em relação ao campo discursivo – já delineia um cenário no qual a força do que será dito repousa numa forma singular de se relacionar consigo mesmo e com os outros. A *parresia* foucaultiana em muito se aproxima do preceito socrático de que uma vida sem a devida reflexão não é digna de ser vivida, e que a verdade deve ser dita independentemente dos perigos que dela possam resultar. Como já foi ressaltado acima, para se caracterizar o modo de ser do parresiasta, faz-se necessário conjugar, pelo menos, três aspectos indissociáveis: a “união entre pensamento, palavra e conduta, pois diz o que pensa e faz o que diz”, a “coragem tantas vezes testada” e o “uso de uma linguagem comum, aquela que todos utilizam, sem adornos fúteis” (Yágüez, 2017: 61). Em suma, a fala parresiástica é simples, direta, ousada e coerente.

### Conclusão

A posição de Foucault não dá margem a qualquer dúvida: a *parresia* é incompatível com os “procedimentos artificiais da retórica” (Foucault, 2012: 181). Além disso, pouco importa se, eventualmente, ela se deixar levar por procedimentos demonstrativos, silogísticos ou dialéticos num debate público ou numa conversa reservada. E isso por dois motivos bem precisos. Em primeiro lugar, ela até pode recorrer a procedimentos retóricos, mas não tem compromisso algum com eles, podendo expressar-se livremente, sem estilo algum. Além disso, o que deve ser motivo de atenção não é “como ele fala”, mas sim “de que modo ele vive”.

Num embate imaginário com o retórico, o parresiasta (que, na perspectiva foucaultiana, desapareceu há uns dezessete séculos) faria indagações do tipo: Até que ponto você acredita no que está dizendo? Qual é a sua opinião pessoal a respeito do que acabou de defender? Mais ainda: Aquilo que você acredita ser verdadeiro pode ser relacionado com suas atitudes cotidianas? Seus atos traduzem fielmente as crenças que você alardeia? O que você tem feito ao longo de sua vida está, de fato, presente nas suas falas?

O que se buscou mostra no presente estudo é que, para se entender a especificidade da fala parresiástica, é necessário nos situarmos para além do domínio das palavras. Deste modo, a *parresia* não corresponde exatamente a um tipo de discurso, ela diz respeito, fundamentalmente, a um estilo de



vida, ou seja, um discurso só adquire uma função parresiástica quando está inserido em *modos de existência*. É nesse sentido que a “coragem de dizer-a-verdade também [deve estar presente] quando se trata de dar à vida forma e estilo” (Foucault, 2009: 149).

A distinção foucaultiana entre o discurso parresiástico e o retórico não se esgota no triunfo da verdade sobre a mentira ou na maior ou a menor intenção de convencer o interlocutor, mas na superposição entre aquilo que se pensa, se diz e se faz. A *parrhesia* exige mais do que palavras verdadeiras, até porque ela vai além do elemento discursivo; ela requer, acima de tudo, que as palavras ditas ao longo da vida reflitam, de modo cabal, uma forma única de ser e estar no mundo.

### Referências bibliográficas

- Domínguez, I. Q. (2020). La disputa por la verdad en el último Foucault. El decir veraz de la parrhesía en el límite entre filosofía y retórica. *Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, 37(1): 113-121.
- Foucault, M. (2021). *Speaking the Truth about Oneself*. Lectures at Victoria University, Toronto, 1982. English edition established by Daniel Louis Wyche. Chicago: The University of Chicago Press.
- Foucault, M. (2012). La parrêsia. *Anabases: Traditions et Réceptions de l'Antiquité*, 16: 157-188.
- Foucault, M. (2011). *Leçons sur la volonté de savoir*. Cours au Collège de France. 1970-1971. Suivi de *Le savoir d'Édipe*. Édition établie sous la direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Daniel Defert. Paris: EHESS/Seuil/Gallimard.
- Foucault, M. (2009). *Le courage de la vérité*. Le gouvernement de soi et des autres, II. Cours au Collège de France (1983-1984). Édition établie sous la direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Frédéric Gros. Paris: EHESS/Seuil/Gallimard.
- Foucault, M. (2008). *Le gouvernement de soi et des autres*. Cours au Collège de France (1982-1983). Édition établie sous la direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Frédéric Gros. Paris: Seuil-Gallimard.
- Foucault, M. (2001a). *L'herméneutique du sujet*. Cours au Collège de France (1981-1982). Édition établie sous la direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Frédéric Gros. Paris: Gallimard-Seuil.
- Foucault, M. (2001b). *Fearless Speech*. Edited by Joseph Pearson. Los Angeles: Semiotext(e).
- Lévy, C. (2009). From Politics to Philosophy and Theology: Some Remarks about Foucault's Interpretation of Parrêsia in Two Recently Published Seminars. *Philosophy and Rhetoric*, 42(4): 313-325.
- Mateus, S. (2016). Uma retórica parrhêsica? – Enquadramento de duas práticas retóricas contemporâneas. *Rétor*, 6(2): 198-215.
- Mazzola, R. (2022). Parrêsia e retórica: notas sobre uma polémica. *Policromias: Revista do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, 7(1): 150-177.
- Pinho, L. C. (2018). A parrhesia ética. In Butturi Jr, A.; Severo, C. G. (Orgs.). *Foucault e as linguagens* (pp. 105-125). Campinas, SP: Pontes.
- Reboul, O. (2001). *Introduction à la rhétorique*. Théorie et pratique (4<sup>o</sup> éd.). Paris: PUF.
- Serra, M. (2015). Verità della retorica o retorica della verità? Volontà di sapere e parrêsia in Foucault. *Rivista Italiana di Filosofia del Linguaggio*, Special Issue: 248-261.
- Spina, L. (2005). Parrhesia e retorica un rapporto difficile. *Paideia*, 60: 317-346.



Nº9 (2023)

15

Townsend, J. (2017). Political Rhetoric: The Modern Parrhesia. *The Catalyst*, 4(1); 37-40.

Walzer, A. E. (2013). *Parrēsia*, Foucault, and the Classical Rhetorical Tradition. *Rhetoric Society Quarterly*, 43(1): 1-21.

Yágüez, J. Á. (2017). Introducción. In: *La parrêsía. Michel Foucault* (pp. 25-92). Edición y traducción de Jorge Yágüez; revisión de la traducción de Isabel Mosteyrín. Madrid: Biblioteca Nueva.



Nº9 (2023)



Nº9 (2023)

## AS RETÓRICAS DO DIREITO RHETORICS OF LAW

André Navarro Silva Guedes<sup>3</sup>  
Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia

**RESUMO:** O presente artigo propõe um modelo classificatório dos ambientes retóricos que compõem a retórica jurídica em sentido amplo. Partindo de referenciais teóricos como a tripartição retórica de Ottmar Ballweg e a retórica do inconsciente de Vital Brazil, chega-se a conclusão que a *praxis* jurídica e a realização do direito são ambientados por três retóricas que ocupam tanto o espaço da real constituição linguística do sistema social do direito quanto o espaço do simbólico em um contexto de *interpretância* de uma hermenêutica intersubjetiva do sujeito-operador do direito, podendo influenciar, direta e indiretamente, na condução da problemática atual da realização do direito. As três retóricas são classificadas em retórica jurídica *strictu sensu*, retórica gnoseológica e retórica subjetiva do sujeito-operador do direito.

**Palavras-chave:** Retórica. Linguagem. Direito. Ballweg. Vital Brazil. Inconsciente.

**ABSTRACT:** The present article outlines a classificatory model of rhetorical environments that composes the broad legal rhetoric. Starting from theoretical references such as Ottmar Ballweg's tripartite rhetoric and the Vital Brazil's rhetoric of the unconscious, the conclusion is that legal praxis and realization are composed by three rhetorical environments that occupy both such as the space of the linguistics real constitution of the law' social system, as the restricted space of symbolic in a interpretation context of the intersubjective hermeneutic of the law's operator-subject, being able to be influence directly and indirectly in the operation of law's realization current problematics. The three rhetorics are the *strictu sensu* judicial rhetoric, the gnoseological judicial rhetoric and the subjective legal rhetoric of the law's operator- subject.

**Keywords:** Rhetoric. Language. Law. Ballweg. Vital Brazil. Subconscious.

---

<sup>3</sup> andrenavarroadv@gmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo é voltada para o estudo das retóricas do direito e suas implicações e influências na formulação uma teoria retórica que integre uma razão crítica e linguístico-argumentativa nas relações jurídicas, contemplando a *praxis* jurídica em sua totalidade e investigando o problema da realização do direito enquanto ação discursiva.

Neste sentido, partindo de um aporte teórico que aponta para uma problemática da realização do direito vinculada ao problema da linguagem e do discurso, seja ele estruturado no real ou no simbólico, caminharemos pelas trilhas da retórica, assumindo que “retórica” não signifique tão somente técnica/disciplina do discurso estratégico, mas sim, também, como linguagem constitutiva do real e do ser, de forma a interagir com todas as áreas do conhecimento, especialmente o sistema social do direito, bem como interaja simbolicamente em um contexto de *interpretância* do Sujeito intersubjetivo visto como “terceiro excluído” da sua relação primária, conforme aponta a teoria psicanalítica.

Desta forma, assume-se aqui uma postura plural da retórica, que contemple as retóricas materiais do processo judicial (ou da realização do direito) e a as retóricas inconscientes das relações simbólicas primárias de pré-consciência do sujeito-operador do direito.

Partindo do referencial doutrinário de Ottmar Ballweg, em que se identificam três níveis retóricos que compõem o estudo da retórica no direito, quais sejam as retóricas material, dogmática e analítica, o presente estudo tenta sugerir analiticamente uma classificação igualmente ternária das retóricas em seus respectivos espaços/ambientes na *praxis* jurídica, se sustentando na teoria tripartite de Ballweg, trazida ao Brasil por João Maurício Adeodato, bem como na teoria psicanalítica de Lacan, incorporada por Vital Brazil para propor uma retórica do inconsciente e uma hermenêutica da intersubjetividade.

Neste sentido, com base em uma metodologia analítico-descritiva da bibliografia selecionada, identificamos três ambientes (ou espécies) retóricos que fundamentam, integram de interagem na realização do Direito, sendo eles o objeto da proposta do presente artigo.

Chamaremos o primeiro ambiente realizacional de retórica jurídica *strictu sensu*, sendo aquela que se faz presente nas palavras e na linguagem jurídica concreta estruturada no real e imanente do sistema social do direito, de fácil assimilação analítica, sendo o espaço da retórica material do sujeito-operador do direito em sua objetividade pragmática do discurso; o segundo ambiente chamaremos de retórica jurídica gnoseológica, presente no ensino disciplinar, constituída de uma razão teorética (ou dogmática) e epistêmica do direito, interlocutora de forma geral da *praxis* jurídica, é o espaço que agrupa tanto a retórica estratégica prescritiva quanto a analítica descritiva; e, por último, uma retórica subjetiva do sujeito-operador do direito, sendo um discurso dissociado da pragmática das demais



retóricas materiais e da normatividade teórico-dogmática das retóricas gnoseológicas, nem mesmo se faz analítica, pois vive oculta no “terceiro excluído” da relação primária do sujeito, carente e agônico em sua dissociação do real, subsistindo nas relações simbólicas do inconsciente, sendo fruto do contexto de *interpretância* de uma hermenêutica intersubjetiva que habita as relações pré-fronéticas da retórica material.

Por fim, o presente tema se justifica especialmente em razão do paradigma linguístico contemporâneo que exige dos participantes de um dado sistema social uma interação retórica vinculante, paradoxal e afetiva, aludindo ao entendimento de que o habitat natural do *homo sapiens* é constituído pela linguagem e pelas relações objetivo-pragmática e subjetivo-desejante, sendo o Direito um produto, dentre muitos outros, dessa interação ao mesmo tempo concretamente produtiva e subjetivamente agônica.

Portanto, se um dos problemas atuais da filosofia é compatibilização fenomenológica e linguística do ser e a integração da condição subjetiva à compreensão sistemática social dos indivíduos, é razoável na pesquisa jurídica se buscar por uma aproximação entre os contributos retórico-linguísticos e psicanalíticos para nos ajudar a interpretar o atual paradigma da linguagem e do discurso no direito em uma perspectiva holístico-globalizante das pluralidades, das multiplicidades e da dúvida permanente.

## 2. PREMISSAS DOUTRINÁRIAS

Antes de encaminharmos o presente trabalho para a proposta classificatória dos ambientes retóricos identificados, teceremos algumas notas preliminares e introdutórias de cada corrente teórica eleita para compor o raciocínio que levou esta pesquisa às conclusões sugeridas, pois os modelos aqui intentados são pretensamente abertos para futuras análises descritivas, haja vista que o terreno da retórica é plural, ininterrupto, autointerpelativo e crítico, de forma a não deixar as portas da doutrina fechadas e, por natureza, duvidar dos posicionamentos ideais e pretensamente completos que porventura venham surgir de uma perspectiva teórica, pois aqui se exerce sadiamente uma isostenia perante a *episteme*.

### 2.1 NOTAS SOBRE A TRIPARTIÇÃO RETÓRICA DE BALLWEG

A retórica analítica de Ottmar BALLWEG (1991, p. 175-184) é um marco teórico indispensável no presente trabalho, pois trata analiticamente a retórica e dentro de uma perspectiva linguística constitutiva da realidade de acordo com o sistema social que lhe atribui determinada função.

O autor, influenciado pela obra de Friedrich NIETZSCHE (*In* BALLWEG, 1991), expõe que “a linguagem é retórica, pois ela quer traduzir apenas uma doxa e não uma *episteme*” (1991, p. X) e que



a retórica pode ser compreendida em três diferentes modos: como *dýnamis* (δύναμις), como *téchne* (τέχνη) e como *epistéme* (ἐπιστήμη).

Incorporando o modelo nietzschiano, BALLWEG (1991, p. 176) ilustra que, por exemplo, nenhum direito escapa da retórica, pois dela é constituído linguisticamente em uma praxis transcendental dos sinais, de forma que estes possam ser ampliados, sendo que “a incorporação da linguagem em um holismo é o fundamento que possibilita sua credibilidade” (BALLWEG, 1991, p. 176-177) diante do sistema linguístico jurídico.

Para BALLWEG (1991, p. 176-177), um dos pontos que determina a credibilidade e a transcendência da linguagem é a ideia de sistema social (LUHMANN, 1980) que funciona como controle da retórica material, atribuindo-lhe o espaço adequado para uma praxis transcendente da imanência dos sinais linguísticos (BALLWEG, 1991, p. 178) e, desta forma, direcionar os significados que correspondam a uma praxis dos diversos sistemas sociais de variados temas, como o direito, o dinheiro, o poder, o amor, os mitos, as religiões e etc.

Neste sentido, cabe aqui destacar brevemente os três níveis que BALLWEG (1991, p. 176-179) sustenta analiticamente como definições da retórica:

- I) **Retórica material:** define-se como a linguagem constitutiva da realidade circundante ao indivíduo, em que essa constituição é reflexo de um processo de condensação da língua para fins de adequação e controle dos sistemas sociais, estes que agem mediante uma redenominação dos sinais para que se produza uma credibilidade autopoietica e uma confiança autorreferencial do discurso (BALLWEG, 1991, p. 176-179).

Desta forma, conforme complementa ADEODATO (2013, p. 12-13) em sua teoria retórica realista, a linguagem literalmente “faz” o mundo real e constitui o próprio ser humano.

Na medida que a retórica material é o ato de criação da realidade circundante do indivíduo, a sua transcendência permite que o mesmo indivíduo experimente, como se sua realidade fosse, os diversos sistemas sociais de controle como direito, a religião, a moral, o amor, o dinheiro e etc. Em outras palavras, “a própria realidade é constituída pela retórica, pois toda percepção se dá na linguagem. A retórica material constrói a relação do ser humano com o meio ambiente por meio de um conjunto de relatos que constitui a própria existência humana” (ADEODATO, 2013, p. 12-13).

Desta forma, a “retórica material preenche as funções básicas da vida ordinária como, por exemplo, funções de orientação, ordenação, regularidade, vinculação duradoura, posicionamento, relacionamento” (PARINI, 2017, p. 118).

No sistema linguístico social do direito, a retórica material seria aquela contida nas páginas dos autos, na redação de textos normativos (leis, decretos, resoluções, portarias e etc), de



decisões judiciais (súmulas, precedentes, sentenças, despachos e etc), de contratos e petições (iniciais, contestações, recursos e etc) (PARINI, 2017, 117).

- II) **Retórica prática:** define-se como aquela capaz de ensinar, de forma dogmática e prescritiva, o emprego transcendente dos sinais, significantes e significados, ou seja, todos os meios retóricos imanentes à linguagem, com o intuito e objetivo de criar persuasão, convencimento e crença nas *doxai* (BALLWEG, 1991, p. 176).

Nesta retórica existe o efetivo e pragmático manejo da retórica material, de forma a suprir uma demanda tecnológica de aprendizado e manuseio da linguagem persuasiva.

A retórica prática é o âmbito de estudo de disciplinas como a tópica, teoria da argumentação, as artes de estilo e das figuras de linguagem, bem como a lógica do entimema e do paradigma, além das técnicas e doutrinas da hermenêutica (PARINI, 2017, p. 120).

O manejo da linguagem ora pretendido pela retórica prática não tem uma intenção escusa em sua atuação, pois há uma demanda inafastável da própria praxis discursiva em suprir a vagueza e ambiguidade do discurso, na medida em que se comunica com seu auditório, tornando esta comunicação em uma pragmática argumentativa a garantir um trânsito efetivo entre as retóricas materiais (BALLWEG, 1991, p. 176).

- III) **Retórica analítica:** define-se como uma metarretórica, ou seja, uma retórica cujo objetivo é analisar, de forma não prescritiva, mas sim descritiva, as demais retóricas material e prática (BALLWEG, 1991, p. 177).

Desta forma, longe dos constrangimentos que as demais retóricas entregam, a primeira como constituidora da realidade do sujeito, a segunda como técnica de persuasão, a retórica analítica intenta demonstrar empiricamente a averiguabilidade das anteriores, renunciando a proposições normativas e contribuindo indiretamente à praxis, de forma a otimizar seus objetivos.

Neste sentido, a retórica analítica se funda em uma perspectiva externa de análise das relações entre Sujeito, Objeto e Sinais, divididos em três modelos respectivos de análise: fronética, holística e semiótica (BALLWEG, 1991, p. 177).

A retórica analítica, na sua visão externa, examina o controle linguístico exercido pelos sistemas sociais, levando-se em conta a autopoiese e a autorreferencialidade (BALLWEG, 1991, p. 180). Tem, igualmente, a tarefa de decifrar o caráter retórico da linguagem cotidiana sem seus sentidos impositivo, normativo e prescritivo (PARINI, 2017, p. 121).

Passando a estudar brevemente as divisões da retórica analítica:

- a) **Fronética:** neste âmbito, a interação linguística inicia-se em uma relação agônica imanente entre Sujeitos ( $S \rightarrow S$ ), em que se busca referir o *que* e *quem* é o sujeito relacional, passando em seguida para uma relação ergônica entre Sujeito e Objeto ( $S$



- O), como resultado de uma convenção e convergência de vontades entre sujeitos, até chegar na relação pitagórica entre Sujeito e Sinal ( $S \rightarrow Z$ ), em que há uma utilização normativo-prescritiva e de transcendência do Sinal (BALLWEG, 1991, p. 180-184) (MATOS; SILVA, 2021, p. 159-161) (PARINI, 2017, p. 125-128);
- b) **Holística**: legitimando a fonética, a incorporação de um Ser se dá em uma relação ontotática entre Objetos ( $O \rightarrow O$ ), em que há uma coisificação ou ontologização do Ser, passando em seguida para uma relação axiotática entre Objeto e Sinal ( $O \rightarrow Z$ ), em que se determina o valor deste sinal, até chegar na relação teleotática entre Objeto e Sujeito ( $O \rightarrow S$ ), em que procura de definir normativamente a valoração sobre os indivíduos (BALLWEG, 1991, p. 180-184) (MATOS; SILVA, 2021, p. 159-161) (PARINI, 2017, p. 125-128);
- c) **Semiótica**: iniciando-se, aqui, em uma relação sintática entre os Sinais ( $Z \rightarrow Z$ ), em que há a crença na univocidade da língua, passando em seguida para uma relação semântica entre Sinal e Objeto ( $Z \rightarrow O$ ), objetivando interpretações mais claras sobre os Sinais e promovendo uma circularidade com a sintática, até chegar na relação pragmática entre Sinal e Sujeito ( $Z \rightarrow S$ ), em que há uma intervenção manipuladora do Sujeito para com o Sinal (BALLWEG, 1991, p. 180-184) (MATOS; SILVA, 2021, p. 159-161) (PARINI, 2017, p. 125-128).

Portanto, a perspectiva de BALLWEG introduz um paradigma linguístico-analítico na compreensão dos sistemas sociais que integram de forma natural e vinculante os sujeitos partícipes de uma relação retórica linguisticamente constitutiva que lhes oferta um campo semiótico amplo, dinâmico e autorreferente que faz interagir diferentes vozes, tal qual se verifica no sistema social do Direito.

Esse paradigma é de suma importância para tornar clara a necessária interseção entre as disciplinas jurídica e linguística, pois normatividade imputativa do direito pode ser compreendida como sendo um dos produtos das interações retórico-constitutivas entre sujeitos oradores pragmaticamente integrados de uma dada ordem sistêmica perenemente irritada por outros sistemas, exigindo uma condicionada atividade de interpretar e argumentar o direito nos processos judiciais.

## 2.2 NOTAS SOBRE A RETÓRICA DO INSCONCIENTE DE VITAL BRAZIL

Em seus estudos psicanalíticos, BRAZIL (1998, p. 217) denuncia a fragilidade da racionalidade cartesiana e do modelo lógico formal das ciências, em que se preza pela verdade como ornamento ontologizante do conhecimento e que se erradia para as demais disciplinas, tais como as ciências humanas que prescindem de uma demonstração empírica.



Sustenta que o discurso das ciências, baseado no *cogito* cartesiano, demonstra uma paixão pela certeza, uma ambição epistemofílica exacerbada que busca a unidade do ser do conhecimento na boa ordenação dos conceitos e se atualiza na dimensão do social (BRAZIL, 1998, p. 218).

Denunciando precariedade da racionalidade das ciências empíricas positivistas, BRAZIL (1998, p. 217) inclui a psicanálise no espectro de praxis teorizada, de estilo probabilístico, notabilizando-se por uma razão crítica, com múltiplas formas e posições, e que busca auxílio na razão e na lógica argumentativa, em que se imputa o conhecimento por meio dialógico, que a retórica pode ofertar às ciências não demonstrativas que trabalham no campo do verossímil e do provável.

Essa imputação dialógica do conhecimento faz com que as ciências pretensamente analíticas, que trabalham com o provável e verossímil, se reportem necessariamente a uma razão retórica imanente à linguagem, que permanece no âmbito do argumentativo e reconhece a discordância e o conflito, sempre se referindo a uma retificação do pensamento na intersubjetividade, no acordo não antecipado entre as mentalidades (BRAZIL, 1998, p. 219).

Diante da imanência linguística e na profusão de significantes e significados, a psicanálise se apoia nessa “razão argumentativa, na razão estrutural e na razão crítica para se referir à pluralidade e à ambiguidade do sentido de um sujeito apenas pretendido se expressando por uma retórica que reconhece o inconsciente, alteritário e estruturado como uma linguagem” (BRAZIL, 1998, p. 219).

A retórica do inconsciente é, portanto, uma operação do início da lógica em que “ser” e “nada” se confundem, ligando na contemporaneidade do pensamento crítico os temas do Ser (inalcançável), da Verdade (parcial/precária) e do Sujeito (cindido/excluído), e se referindo a uma estrutura aberta e valorada pela razão argumentativa, em que se prefere a *doxa* em oposição inclusiva a *episteme*, propondo, por conseguinte, tanto uma estrutura do inconsciente determinativo quanto uma estrutura linguística-comunicativa com seu valor de significância (BRAZIL, 1998, p. 220).

Essa retórica do inconsciente se situa na possibilidade de equivocação no discurso, diferenciando, assim, a retórica, esta que pressupõe a incompletude (ou lacunas) do discurso e uma descontinuidade no sistema social linguístico em que se situa a distorção na comunicação; da gramática, esta que “pretende manter, pela ordem da convenção sintática e pragmática da língua, a continuidade significativa do discurso, nos oferecendo um ideal de eficácia na comunicação em que se imporia a crença na certeza do significado” (BRAZIL, 1998, p. 215-218).

A diferença primária entre Eu e Outro difere um sujeito apenas pretendido e elide o sujeito da consciência, bem como se mostra em duplo aspecto: “tanto é uma ação comunicativa quanto nos



remete à criação poética e à significância do discurso” (BRAZIL, 1998, p. 215-2018). Ou seja, a retórica não é só ornamento da linguagem, mas revela o que resta para ser interpretado na relação forma/conteúdo em qualquer discurso, levantando sempre uma dúvida construtiva sobre o valor da mensagem, do Objeto e do Sinal para se sustentar uma relação entre o Sujeito Eu e um Outro radicalmente oculto, demonstrando que o sentido buscado na pragmática do discurso, ou na praxis linguística de qualquer sistema social que remete à um processo de significação dos Sinais, só será atingido por um terceiro elemento: um Sujeito interpretante que subverte a continuidade do modelo sintático-gramatical ao se introduzir no próprio discurso como um “terceiro excluído”, indicando o valor (produto do desejo inconsciente) na mensagem ao indicar a polissemia da palavra e a multiplicidade de possíveis interpretações (BRAZIL, 1998, p. 217).

O Sujeito interpretante (PEIRCE, 1962, p. 115) é o “terceiro excluído” que interpreta simbolicamente os significantes e significados, referindo-se aqui à teoria lacaniana (LACAN, 1966, p. 237), e a partir deste contexto de *interpretância*, estrutura linguística e retoricamente as relações entre com demais Sujeitos, Objetos e Sinais, que permanecem ainda no simbólico até a passagem constitutiva e linguisticamente estruturada no real. Assim sendo, a retórica sustenta não somente a constituição do mundo real, através de uma materialidade, mas também implica todo um valor de expressividade do desejo inconsciente na demanda transferencial que sustenta as distorções no discurso (BRAZIL, 1998, p. 224).

A teoria psicanalítica aqui proposta “descobre o homem se libertando da natureza e criando a teia plural do simbólico como imaginário, e indicando o Real ao criar os fatos realizados na história” (BRAZIL, 1998, p. 226), fazendo com que suas ações e realizações, estruturadas retoricamente em uma pragmática linguística material, seja influenciada por valores que o próprio sujeito desconhece, por um ímpeto desejante, fantasmático, deixando as portas abertas para o paradoxal, o polissêmico, o divergente e duvidador, ambientado na intersubjetividade e na incognoscibilidade do Ser.

Sem olvidar os contributos de Carl Jung para a teoria psicanalítica, o presente trabalho atinge um limite teórico-referencial quando intenta percorrer as trilhas da intersubjetividade discursiva relativa ao sujeito-indivíduo, sem adentrar momentaneamente na discussão sujeito-coletivo, o que não implica em uma omissão voluntária, mas sim em uma oportunidade crítica para aprofundamento e prosseguimento no debate sobre o tema das interseções e integrações psicolinguísticas constitutivas da retórica arquetípica do sujeito, características essenciais para se pensar em uma abertura paradigmática de integração da retórica subjetiva do coletivo agônico e autorreflexivo.



### 3. PROPOSTA CLASSIFICATÓRIA DE TRÊS RETÓRICAS DO DIREITO

Diante das duas concepções teóricas da retórica, se propõe aqui uma demanda igualmente teórico-analítica e filosófica sobre o sistema linguístico social do direito, indicando que este não pode ignorar as contribuições de uma teoria psicanalítica aos estudos da linguagem para clarificar as relações do sujeito retórico.

Pretensamente aproximado de um modelo retórico analítico de BALLWEG (1991), a proposta do presente artigo tem um intuito meramente descritivo do comportamento linguístico observado na praxis jurídica, em que a mesma pode bem compreendida em distintos ambientes retóricos, tanto se valendo das contribuições das categorias retóricas de BALLWEG quanto pelo pela intersubjetividade interpretante da retórica de BRAZIL (1998).

Diante deste encontro teórico forçado pelo presente trabalho, vislumbra-se que a praxis jurídica pode ser linguisticamente (ou retoricamente) constituída por ambas as doutrinas, sendo clara a proposta de BALLWEG (1991) em constituir o sistema do direito nas retóricas material, prática e analítica, quanto igualmente essencial a proposta de BRAZIL (1998) para uma retórica do inconsciente e uma hermenêutica intersubjetiva.

Neste sentido, tentando conciliar ambas as proposições teóricas, surge a nossa proposta teórica analítica de classificação dos lugares/espacos/ambientes da retórica jurídica, em que o direito será realística e simbolicamente constituído, diante da sua imanência linguística, sua transcendência e da sua *interpretância* intersubjetiva.

#### 3.1 RETÓRICA JURÍDICA *STRICTU SENSU*

Neste primeiro ambiente retórico, o direito se constitui tal qual aponta a retórica material de BALLWEG (1991), em que os sinais de linguagem se articulam em sentido unívoco e pragmático com fins de persuasão, convencimento ou provocar crença, isto é, constituir a própria realidade objetiva do direito.

Nesta retórica jurídica em sentido estrito, poderemos vislumbrar toda gama de discursos presentes no sistema social do direito, em que os atores-juristas do processo podem discursar livremente, sendo o nível da linguagem-objeto dos juristas empregado na mais clara praxis jurídica: redação de textos normativos (leis, decretos, resoluções, portarias e etc), de decisões judiciais (súmulas, precedentes, sentenças, despachos e etc), de contratos e petições (iniciais, contestações, recursos e etc), ou seja,



qualquer documento jurídico dotado de autoridade e que influencie diretamente a praxis e o resultado da lide (PARINI, 2017, 117).

Neste ambiente objetivo e prático do direito, em que a retórica pode ser facilmente vislumbrada, tateada, apreendida, interpretada, manipulada e transcendida para os fins a que o processo se destina, ou seja, para a própria realização do direito.

A praxis jurídica, ou o direito enquanto realização, é indissociável das relações travadas entre Sujeitos, Objetos e Sinais para que a se constitua materialmente, não podendo se falar em outra relação jurídica, outro mundo, outro sistema, que não seja aquele a ser interpretado e retoricamente constituído na específica relação entre os operadores do direito no caso concreto.

A retórica analítica de BALLWEG (1991) também dá suporte teórico necessário para o entendimento e classificação da complexa teia linguística que constitui a retórica jurídica material, esta podendo ser analisada do ponto de vista externo-analítico ou interno-dogmático (BALLWEG, 1991, p. 179-184), em que empreendem-se as categorias fonética, holística e semiótica para classificar as diferentes relações instrumentais do discurso empreendido nos autos judiciais, capaz de gerar, ao final, uma “decisão”, podendo esta ser redenominada pelo controle do sistema linguístico ou transcendida pela retórica prática para tornar-se em “resultado”, “objetivo”, “finalidade”, “realização”, “meta”, “ferramenta” e etc.

A retórica jurídica em sentido estrito se atém tão somente à retórica material do caso jurídico concreto, fazendo dele um microssistema linguístico dentro do sistema social jurídico, de forma a constituir propriamente uma realidade entre os sujeitos-operadores do direito, juristas, indivíduos dotados de autoridade (*auctoritas*) e que encontram espaço e ambiente adequados no caso jurídico concreto para promover e constituir a realidade fático-concreta do direito, através das relações fonéticas, holísticas e semióticas que permeiam este espaço.

Não se pode falar de realização do direito para fora de uma constituição retórica fonética do caso concreto, em que o mesmo, enquanto microssistema do sistema jurídico, será o ambiente propício para que os Sujeitos interajam agonticamente ( $S \rightarrow S$ ), diante de um objeto juridicamente valorado em uma relação ergônica ( $S O$ ), e, por fim, produza uma significação normatizante e prescritiva dos sinais eleitos ( $S \rightarrow Z$ ).

Bem como não se pode falar de realização do direito fora da dimensão holística, pois os Objetos juridicamente valorados se relacionam entre si ( $O \rightarrow O$ ) de forma ontotática, em virtude de uma reificação ontologizante, como também se relacionam com os Sinais ( $O \rightarrow Z$ ) de forma axiotática,



para fins de determinação do valor do Sinal e exercendo domínio sobre o mesmo, e, por fim, se relaciona de forma teleotática com o Sujeito ( $O \rightarrow S$ ), em que há agora um domínio sobre este na medida em que se intenta em valora-lo.

Por fim, não se pode falar em realização do direito fora da dimensão semântica, em que os Sinais eleitos pelos operadores/juristas se relacionam entre si em univocidade sintática ( $Z \rightarrow Z$ ), passando para uma relação semântica com os Objetos juridicamente valorados no caso concreto, descobrindo-se quais os são e para que servem, para, por fim, constituir uma relação pragmática com o Sujeito jurista ( $Z \rightarrow S$ ) em que se promove uma estruturação pragmática e prescritiva de ação comunicativa visando os fins do caso concreto e a entrega de um “resultado” juridicamente adequado.

A retórica jurídica em sentido estrito é a concreta realização linguística do direito, a sua realidade constituída, o ambiente (ou palco) para que os sujeitos-operadores (ou atores) possam desenvolver sua praxis estruturada no real, no concreto, se valendo de objetos juridicamente valorados e de sinais pragmaticamente situados para propriamente realizar o direito.

### 3.2 RETÓRICA JURÍDICA GNOSEOLÓGICA

A retórica gnoseológica, diferente da ação comunicativa e constitutiva da realidade promovida pela retórica jurídica em sentido estrito em um microsistema processual específico do caso jurídico concreto, vem dialogar em referência ao âmbito do conhecimento jurídico.

É uma retórica do conhecimento em geral que pode se pretender ora dogmática (ou prescritiva), ora analítica (ou descritiva), ou epistêmica, ora metodológica, ora metódica, ou teórica ou, também, filosófica, mas sempre com a finalidade de promover e auxiliar cientificamente a realização do direito em sua retórica jurídica em sentido estrito, melhorando sua *performance* (em sentido tecnológico ou dogmático-prescritivo) ou mesmo buscando uma categorização mais refinada e apreensível dos seus Objetos juridicamente valorados (em sentido analítico-descritivo).

É um ambiente retórico em que se promove não a praxis jurídica do caso concreto que constitui a realidade tão somente para aqueles sujeitos que lá se encontram, mas sim uma categorização do conhecimento jurídico, em que os Sujeitos, Objetos e Sinais podem ser estudados em um ambiente livre dos constrangimentos da necessária realização do direito no caso concreto, em que o fim juridicamente adequado deve constituir a realidade jurídica para aquelas partes integrantes do processo judicial. A retórica gnoseológica se ocupa de um espaço muito mais amplo, de livre circulação, pois pode influenciar discursivamente em todos os casos concretos de forma indireta, pois não há como realizar o direito sem uma metodologia adequada, uma dogmática prescritiva coerente, e nem sem uma



analítica categorizante que auxilie o sujeito-operador a encontrar as peças (Objetos e Sinais) adequadas para constituir aquela realidade jurídica específica.

É nesta retórica que se encontram, por exemplo, as retóricas prática e analítica de BALLWEG (1991), pois ambas promovem o conhecimento e auxiliam a praxis, seja pelo ensino dogmático-prescritivo ou pela análise de categorização dos objetos retóricos e jurídicos. Desta forma, embora ambas sejam materialmente e filosoficamente distintas, pois, enquanto uma prescreve teorias estratégicas de retórica para fins específicos, a outra busca entender e explicar descritivamente as classificações e categorias da retórica.

De toda sorte, elas não fogem do ambiente filosófico e teórico que auxilia e promove a devida percepção da realidade constituída na retórica material, em que se encontra, por exemplo, a retórica jurídica em sentido estrito.

Sem a retórica gnoseológica, sequer saberíamos da existência da retórica material, ou seja, não poderíamos dispor do saber para avançar tecnologicamente em qualquer disciplina conhecimento humano.

### 3.3 RETÓRICA SUBJETIVA DO SUJEITO-OPERADOR DO DIREITO

O ambiente da retórica subjetiva do jurista é aquela desenvolvida e ambienta longe dos autos judiciais, longe do real constituído por uma retórica fático-concreta que estrutura holisticamente e semioticamente o sistema linguístico social do direito.

É um ambiente retórico inóspito, astutamente escondido na pré-constituição simbólica da retórica material, em suas relações fronéticas.

Enquanto a constituição da realidade depende de uma relação fronética entre Sujeito-Sujeito ( $S \rightarrow S$ ), Sujeito-Objeto ( $S \rightarrow O$ ) e Sujeito-Sinal ( $S \rightarrow Z$ ), a retórica do inconsciente, nos contributos de BRAZIL (1998), nos ajuda a perceber outra categoria retórica dentro da fronética, estruturada não no real, mas no simbólico, em que o Sujeito interpretante, como sendo um “terceiro excluído”, irá influenciar subjetivamente na compreensão do mundo real, de forma a condensar simbólica e retoricamente os desejos primários do Sujeito fronético, antes mesmo que este se relacione de forma agônica, ergônica e pitanética.

Desta forma, faz o Sujeito interpretante ( $S_i$ ), carente e desejante, antes de estruturar o real nas relações fronéticas, se relaciona retórica e simbolicamente, sempre em dúvida paradoxal e permanente com si próprio no real ( $S^1$ ), com o outro agônico ( $S^2$ ), com o Objeto ( $O$ ) e com os Sinais ( $Z$ ), ou seja, a polissemia paradoxal do contexto de *interpretância* intersubjetiva cria uma relação simbólica dentro (ou previamente) da relação real objetiva/material, o que é fruto da retórica do inconsciente.



Podemos propor a seguinte classificação pré-fronética (ou simbólica):

- I) **Si** → **S<sup>1</sup>**: sujeito interpretante que se relaciona simbolicamente consigo de forma a se estruturar autopoieticamente no real e possa existir e se relacionar froneticamente em uma praxis linguística comunicativa imanente dos sistemas sociais. Podemos dizer também que se pretende aqui uma autorreferencialidade subjetiva entre o Sujeito com ele próprio, podendo até se falar em estado de pré-consciência, anterior à relação agônica. Podemos, também, afirmar que essa relação é agônica em referência ao estado de agonia do “terceiro excluído” que fala com o seu próprio eu, o “eu-em-si”;
- II) **Si** → **Os**: o contexto de interpretância intersubjetiva dos objetos inconscientemente valorados que irão compor o real, para além do Sujeito interpretante, em que este irá promover uma simbolização primária e arbitrária de significação material circundante ao Sujeito. Ou seja, anterior à ergônica, o Sujeito interpretante estabelece uma estrutura do Objeto no simbólico, dando-lhe um significado múltiplo, paradoxal e permanentemente interrogado por uma dimensão de incognoscibilidade própria da retórica do inconsciente;
- III) **Si** → **Zs**: ainda no contexto de *intepretância*, a retórica do inconsciente também age na relação entre Sujeito interpretante e os Sinais linguísticos, anterior à relação pitanêutica, pois o Sujeito (Si) age em constante e permanente decifração sem qualquer compromisso pragmático, normativo ou descritivo do Sinal em questão, pois não há aqui a lógica da ação comunicativa decodificadora da mensagem para atingir um fim tecnológico da língua, mas sim uma hermenêutica intersubjetiva situada entre a presença e a ausência do Sujeito, entre o “ser” e “não ser” do sentido e significado de um Sinal simbólico e que somente o Sujeito interpretante irá entregar para o real quando for o momento da sua estruturação fronética do sistema linguístico, mas, até lá, o Sinal passa por uma hermenêutica narcísica para ser simbolizado em um contexto de *interpretância* primária e arbitrária, sem qualquer compromisso formal de linguagem pré-estabelecido.

Portanto, propõe da seguinte maneira:

**Pré-fronética** (contexto de *interpretância*):

(Si → S<sup>1</sup>) **Pré-agônica**

(Si → Os) **Pré-ergônica**

(Si → Zs) **Pré-pitanêutica**

**Fronética** (retórica material como constitutiva do real):

(S<sup>1</sup> → S<sup>2</sup>) **Agônica**

(S<sup>1</sup> → O) **Ergônica**

(S<sup>1</sup> → Z) **Pitanêutica**

**Legendas:**

**Si:** Sujeito interpretante dotado de uma retórica do inconsciente

**S<sup>1</sup>:** Sujeito estruturado no real dotado de retórica material

**Os:** Objeto simbólico

**Zs:** Sinal simbólico

**S<sup>2</sup>:** o outro Sujeito na relação agôntica

**O:** Objeto real

**Z:** sinal real

#### 4. CONCLUSÕES

O presente artigo visa contribuir analiticamente para a filosofia do direito e da linguagem, de modo a investigar a retórica jurídica em prol da formulação (ou entendimento) de uma praxis jurídica discursiva.

Em nosso entendimento, os elementos fonético, holístico e semiótico do discurso judicial não podem ser tão somente analisados por uma pragmática do discurso estruturado no real, pois esse raciocínio deixa algumas lacunas para um estudo sistemático e completo do discurso formador e realizador do Direito. Para além das retóricas propostas por BALLWEG (1991), existe uma retórica que não segue a lógica argumentativa estruturada no real ou realisticamente constitutiva, ou sequer leva em consideração os outros interlocutores e auditórios que venham com ela se deparar, pois é constituída de uma razão dialógica do simbólico, do inconsciente, da falta, da angústia e do desejo do Sujeito interpretante.

Essa retórica do inconsciente, proposta por BRAZIL (1998), é o discurso do sujeito intersubjetivo simbólico, diferente do sujeito do real, do fato concreto e da comunicação prescritiva normatizante a que se refere à pragmática do discurso; é imanente ao indivíduo enquanto interlocutor de *si-em-si* (ou *si-para-si*) e detentor de uma *interpretância*, uma hermenêutica intersubjetiva peculiar, que também fala, interage, mas por desejo e angústia próprios de um “terceiro excluído” e de difícil acesso, mas que, uma vez identificado e classificado na proposta que ora apresentamos no presente trabalho, pode revelar muitas informações que também compõem a realização do direito, podendo se tornar tão importante quanto a percepção pragmática argumentativa da linguagem estruturada no real da retórica



material, esta podendo ser sistematicamente objetiva e estratégica, como bem apontar BALLWEG (1991) e ADEODATO (2014).

Desta forma, alinhando-se com a uma racionalidade argumentativa, crítica e analítica do discurso das ciências, tenta-se aqui sugerir uma diferente classificação dos lugares da retórica do direito, que por ventura sejam analiticamente verificadas e incorporadas em uma teoria retórica do direito.

Dessa forma, identificamos alguns ambientes retóricos distintos que compõem uma só retórica judicial em sentido amplo: a retórica judicial em sentido estrito, esta que fala nos autos do processo e na praxis realisticamente constituída pela linguagem pragmática do sistema social do direito; a retórica gnoseológica, esta que se pretende teórica, metodológica ou dogmática, podendo variar entre uma retórica prescritiva-normativa (ou estratégica) e uma retórica analítica descritiva, como esta que aqui propomos no presente trabalho; e, por fim, a retórica do inconsciente, do contexto de interpretância da hermenêutica intersubjetiva, do Sujeito interpretante (Si) e excluído da relação primária do Eu e do Outro oculto, que se relaciona de forma simbólica e pré-fronética consigo mesmo ( $Si \rightarrow S^1$ ), com os objetos simbolicamente valorados ( $Si \rightarrow O^2$ ), e, finalmente, com decifração subjetiva dos Sinais ( $Si \rightarrow Z^2$ ).

Ignorar uma análise subjetiva do sujeito-operador do direito, este enquanto Sujeito interpretante, que detém uma retórica do inconsciente e que influencia simbolicamente nas relações agônticas, ergônticas e pitanênticas, é ignorar a aplicação e realização do direito em toda sua praxis, pois ele é utopicamente idealista na teoria, mas astutamente materialista na prática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, João Maurício. **Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2014.

\_\_\_\_\_. Retórica Analítica como Metodica Jurídica. **Argumenta** - nº 18. Jacarezinho: UENP, 2013, p. 11-29.

BALLWEG, Ottmar. Retórica analítica e direito. Tradução de J. M. Adeodato. **Revista Brasileira de Filosofia** - v. 39, nº 163, 1991b, p. 175-184.

BRAZIL, Horus Vital. **O sujeito da dúvida e a retórica do inconsciente**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1998, p. 213-237.

LACAN, Jaques. **Écrits**. Paris: Éditions du Seuil, 1966, p. 237-322.



Nº9 (2023)

LUHMANN, Niklas. *Gesellschaftsstruktur und Semantik. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*. Frankfurt a. M., vol. 1, 1980, vol. 2, 1981, vol. 3, 1989.

MATOS, Nelson Juliano Cardoso; SILVA, Israel Gonçalves Santos. A Retórica em Aristóteles e Ottmar Ballweg: uma síntese sidática. *Arquivo Jurídico: Revista Jurídica Eletrônica da UFPI* – nº 1, vol. 8. Teresina: UFPI, 2021, p. 149-164.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Rhetorik. Vorlesungen 1872-1876, in: *Gesammelte Werke* (edição Mussarion), vol. 5. München, 1922, p. 298.

PARINI, Pedro. A Análise Retórica na Teoria do Direito. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito / UFRGS*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 115-135, jan. 2017.

PEIRCE, Charles Sanders. O Ícone, o Indicador e o Símbolo. *Semiótica e Filosofia*. Tradução: O. Silveira da Mota, São Paulo: editora Cultrix, 1962.



**Censura nas redes sociais *online*: uma face do gênero epidíctico nas interações digitais.**

**Blame in online social networks: a facet of the epideictic genre in digital interactions.**

Graciele Martins<sup>4</sup>

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais

**Resumo:** Este trabalho volta seu olhar para uma possível atividade de censura retórica em meio digital. A investigação aqui proposta é de natureza básica, abordagem qualitativa e perspectiva descritivo-interpretativa. O *corpus* é composto por duas postagens feitas no *Instagram* durante a pandemia, pertencentes a duas personalidades digitais (@eusougabriela e @eucrisguerra) com alcance nacional e local, respectivamente. Embasam este estudo teóricos da Retórica antiga como, Aristóteles (2005), Cícero (2009, 2010), Quintiliano (1944), e contemporânea, como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Os resultados apontam para uma correspondência entre a atividade de censura *online* e a censura retórica no que diz respeito à manutenção da coesão social, delimitando comportamentos inadequados, bem como de valores considerados inegociáveis, como a vida, por exemplo. As reflexões aqui empreendidas sinalizam caminhos frutíferos para futuros estudos interessados no aprofundamento acerca da presença Retórica no ambiente virtual.

**Palavras-chave:** Retórica, Redes Sociais, Censura *Online*, Discurso, Epidíctico, *Instagram*.

**Abstract:** This work focuses on a possible rhetorical censorship activity in digital media. The investigation proposed here is of a basic nature, with a qualitative approach and a descriptive-interpretative perspective. The corpus is composed of two posts made on Instagram during the pandemic, belonging to two digital personalities (@eusougabriela and @eucrisguerra) with national and local reach, respectively. This study is based on ancient rhetoric theorists, such as Aristóteles (2005), Cícero (2009, 2010) and Quintiliano (1944), and contemporary rhetoric, such as Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014). The results point to a correspondence between online censorship activity and rhetorical censorship with regard to maintaining social cohesion, delimiting inappropriate behavior, as well as values considered non-negotiable, such as life, for example. The reflections undertaken here point to fruitful paths for future studies interested in deepening the presence of Rhetoric in the virtual environment.

**Keywords:** Rhetoric, Social Networks, Online Censorship, Discourse, Epideictic, Instagram.

---

<sup>4</sup> gracirpbh@gmail.com



## 1- Introdução

Este estudo tem como objetivo propor uma breve reflexão acerca da retórica na esfera digital a partir de alguns posicionamentos de sujeitos virtuais em suas redes sociais *online*, buscando verificar a possibilidade de classificá-los como discursos dados à censura, destacando, assim esta dimensão do gênero epidíctico nas interações mediadas pela internet. O ambiente virtual, como definido por McLuhan (1964)<sup>5</sup>, tornou-se uma grande aldeia global, com a aproximação entre povos e culturas promovida pela interação digital, amplificada em muito pelas redes sociais *online*. E como grande aldeia, práticas discursivas diversas são observadas buscando estabelecer pontos em comum, regras, valores, tanto baseados naqueles vividos na vida física, quanto criados especificamente para a vida virtual. Neste espaço mensagens circulam o tempo todo, sendo as plataformas interativas (como *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*, por exemplo) arenas em que estes discursos são compartilhados em busca de adesão e manutenção da coesão social também nesta dimensão.

A partir da observação empírica dos debates gerados neste espaço, com especial interesse para aqueles em que os sujeitos são criticados, uma questão se levantou: Comentários e *post's* que reprimem determinados comportamentos podem ser considerados discursos dados à censura conforme os postulados retóricos? Intencionando responder a esta pergunta organizamos este estudo em seções, sendo a primeira aquela em que empreendemos uma pesquisa bibliográfica sobre o gênero epidíctico, parte integrante de nossa tese de doutoramento<sup>6</sup>, conforme os antigos, Aristóteles, Cícero e Quintiliano, bem como sobre os contemporâneos estudos de Perelman e Tyteca. Na segunda pontuamos de maneira objetiva algumas características da rede social *Instagram*, e na terceira seção, procedemos a um breve estudo de caso desta rede social, selecionando para a análise uma postagem de um perfil de amplitude<sup>7</sup> nacional (@*eusougabriela*) e uma de um perfil de amplitude estadual (@*eucriguerra*). Também foi critério na seleção do *corpus*, o envolvimento dos perfis em polêmicas com grande repercussão *online* no período entre Março de 2020 e Março de 2021. Para análise do material coletado utilizamos como categorias de análise: O uso da figura retórica amplificação, própria do gênero epidíctico, os efeitos de sentido e representação de valores circulantes, e as escolhas lexicais, ligadas à dimensão da censura por meio de elementos inscritos no campo lexical da

<sup>5</sup> O autor tratou sobre o tema em sua obra: “Os meios de Comunicação como Extensão do Homem”, de 1964.

<sup>6</sup> LOURENÇO, Graciele Martins. 90 anos de Histórias: Manifestação Multimodal do *Ethos* na Conformação do Caráter Institucional da UFMG. 2022. 274f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/47319>

<sup>7</sup> A amplitude dos perfis é aqui determinada pelo número de seguidores de cada um, sendo o @*eusougabriela* de alcance nacional, com 5,5 milhões de seguidores, e o @*eucriguerra* de alcance mais restrito, com 181 mil seguidores.



N°9 (2023)

35

desqualificação, inadequação, medo e vergonha. Os resultados das análises apontaram uma possível classificação para as atividades de crítica e julgamento *online*, como parte da censura retórica a partir de seu impacto na mobilização de ações dentro e fora do âmbito digital, e de sua capacidade de acrescentar informações que contestem argumentos compartilhados livremente nas redes, enfraquecendo os comportamentos capitaneados por eles.

## 2- O Gênero Epidíctico: De Aristóteles a Perelman

Começamos a tratar o gênero epidíctico a partir dos trabalhos de Aristóteles, tendo em vista sua importância para os estudos retóricos, levando em consideração a vastidão de suas obras e sua dedicação à classificação e catalogação tanto dos gêneros retóricos quanto dos argumentos e elementos argumentativos convenientes a cada um deles. Seus estudos serviram como base tanto para Cícero, mesmo que este não reconhecesse, como afirma Barthes (1975), quanto para Quintiliano, permitindo-lhes analisar a atividade retórica em sua realidade histórica, expandindo o legado da arte através do tempo.

Aristóteles (2005), em *Retórica*, apresenta o gênero epidíctico como sendo aquele que se ocupa da virtude e do vício, sendo seu objetivo elogiar as virtudes e censurar os vícios. O filósofo alerta que ao falar sobre vícios e virtudes de outrem, o orador é também afetado pelo discurso, passando a ser considerado como detentor daquele caráter que enuncia, o que inspira cuidado na construção de suas premissas. Partindo da virtude como a premissa base de todas as outras pertencentes à oratória epidíctica, Aristóteles (2005) salienta que

As maiores virtudes são, necessariamente, as mais úteis aos outros, posto que a virtude é a faculdade de fazer o bem. Por esta razão se honram sobretudo os justos e corajosos; pois a virtude deles é útil aos demais na guerra, e a daqueles é útil também na paz. Segue-se a liberalidade; pois os liberais são generosos e não disputam sobre as riquezas, que é o que mais cobiçam os outros. A justiça é a virtude pela qual cada um possui os seus bens em conformidade com a lei; e a injustiça é o vício pelo qual retém o que é dos outros, contrariamente à lei. A coragem é a virtude pela qual se realizam belas ações no meio do perigo, como ordena a lei e em obediência à lei; o contrário é covardia. A temperança é a virtude pela qual uma pessoa se conduz como a lei manda em relação aos prazeres do corpo. O contrário é intemperança. A liberalidade é a virtude de fazer bem com o dinheiro. A avaréza é o contrário. A magnanimidade é uma virtude produtiva de grandes benefícios; a mesquinhez, o seu contrário. A magnificência é a virtude de fazer coisas grandes e custosas; a mesquinhez e a miséria, seus contrários. A prudência é a virtude da inteligência mediante a qual se pode deliberar adequadamente sobre os bens e os males de que falamos em relação à felicidade. (ARISTÓTELES, 2005, p. 125)



Sua medida é, portanto, o seu alcance, devendo-se sempre preferir o bem que a muitos atinge ao benefício individual. Preocupar-se com a coletividade atento à utilidade de suas virtudes deve ser também uma característica do orador na epidíctica Aristotélica. As virtudes apresentadas como premissas possíveis para os discursos laudatórios também expõem valores compartilhados pela sociedade naquele período histórico, como estar pronto a servir na guerra, contentar-se com seus bens, fazer bom uso do dinheiro. São elas também que delimitam o objeto da censura, apresentada pelo filósofo sempre como contrário de uma virtude, sendo seus discursos, portanto, sempre vistos em perspectiva do que é bom e aceitável em dado momento histórico.

Os discursos do elogio, normalmente proferidos sob esta nomeação em situações cerimoniais, traziam uma mensagem que, além de enaltecer (ou desmerecer) o caráter daquele objeto do louvor, lembravam aos ouvintes os valores compartilhados por aquela comunidade. Aristóteles (2005, p. 127) destaca que é interessante aproveitar características que podem ser consideradas próximas como atributos positivos no elogio, apresentando como exemplo o colérico e furioso descrito como franco. Também aconselha a observar o auditório para o qual se apresentará o orador, para que utilize as virtudes que lhes são consideradas realmente honrosas, evitando correr o risco de não ser compreendido ou de lançar mão de elementos irrelevantes para esta comunidade.

O estagirita faz uma diferenciação entre os discursos do gênero epidíctico, a saber: elogio, encomio, bênção, felicitação, conselho.

O elogio é um discurso que manifesta a grandeza de uma virtude. É, por conseguinte, necessário mostrar que as ações são virtuosas. Mas o encómio se refere às obras (...) e por isso fazemos encómio de quem realizou algo. (...) As bênçãos e as felicitações são idênticas uma à outra (...). O elogio e os conselhos pertencem a uma espécie comum; pois o que se pode sugerir no conselho torna-se encómio quando se muda a forma de expressão. De sorte que, quando quiseres elogiar, olha para o conselho que poderá dar; e quando quiseres dar um conselho, olha para o que se pode elogiar. (ARISTÓTELES, 2005, p.129)

Ao falar em tom de aconselhamento, o orador deve se dirigir à coletividade, incluindo-se entre aqueles que ouvem tal palavra, e ao elogiar o orador se dirige a uma figura específica, objeto de sua laudação, assim como na censura. É importante observarmos que mesmo que Aristóteles não se aprofunde sobre este exercício entre o elogio e o conselho, está posta uma relação entre eles, o que por si só já torna possível um vislumbre deste gênero entremeando os demais. Merece destaque também o uso da expressão de acordo com a intenção de comunicação do orador, se seu desejo é elogiar convém apropriar-se da expressão de uma maneira, se sua intenção é aconselhar, usa-se de outra forma, o que nos remete ao entendimento da linguagem como instrumento de construção de sentido, e, portanto, de poder. Utilizar-se da expressão conforme sua intenção de comunicação é um



exercício retórico de poder que interfere na interpretação do espectador e nas ações motivadas pela mensagem compartilhada.

Esta intenção de comunicação permanece viva em Cícero (2009<sup>8</sup>), ao determinar que as regras para o louvor e censura extrapolam o discurso, servindo também como regras para o bem viver de uma forma geral. Reafirma então o exercício de poder retórico por meio de um gênero discursivo que compila valores e costumes de uma comunidade, trata-os discursivamente e os compartilha como elogio ou censura a algo ou alguém, não como um fim em si mesmo, mas como um recurso com a função social de estabelecer as bases para uma vida plena em sociedade.

O estudo deste gênero em Cícero (2009; 2010<sup>9</sup>) é também voltado para o cultivo da benevolência do auditório, entendendo-o de uma maneira mais ampla, como parte dos outros gêneros. Em *Do Orador*, Cícero (2009) apresenta um diálogo entre Cátulo e Antônio, em que o elogio é apresentado como parte da natureza das coisas, não sendo necessária sua separação em um gênero específico, segundo o autor o conteúdo do epidíctico não se apoiaria na arte e sim na percepção do orador adquirida a partir da experiência (sobre as virtudes e vícios) em outras causas e na própria vida.

De fato, daquelas fontes de onde se tomam os preceitos para todos os ornamentos do discurso, será possível ornar também o louvor, e não faltaram aqueles elementos, pois, embora ninguém os ensine, quem é que não sabe o que deve ser elogiado num homem? (...) no que a natureza ou a fortuna concederam aos homens, podia suportar tranquilamente ser superado; naquilo que os próprios homens não podiam suportar serem vencidos; quem louvar alguém notará que deve tratar dos bens da fortuna; tais são os de estirpe, dinheiro, parentes, amigos, recursos, saúde, beleza, força, engenho e demais coisas que são do corpo ou externas; se os teve, fez bom uso deles; se não os teve, que passou sem eles com sabedoria; se os perdeu, que o suportou com moderação; depois, o que aquele a quem se louvar fez ou suportou com sabedoria, nobreza, coragem, justiça, grandeza, piedade, gratidão, humanidade, enfim, com alguma virtude. Aquele que quiser louvar perceberá facilmente esses pontos e os deste gênero; aquele que quiser vituperar, os seus contrários. (CÍCERO, 2009, p.203)

A virtude aparece também em Cícero como única fonte digna de louvor, sendo sua ausência o fator que inviabiliza o elogio e faz nascer a crítica (CÍCERO, 2009). O autor afirma que acima de tudo, os louvores dizem respeito à dignidade humana, tanto quando elogia-se a sabedoria, por exemplo, quanto quando censura-se a falta dela, pois o fim é que a dignidade seja ressaltada como exemplo do que deve ou não ser feito a fim de preservá-la ou resgatá-la. Cícero (2010) pondera que o

---

<sup>8</sup> Neste estudo utilizamos uma tradução feita por Adriano Scatolin (2009), em sua tese de doutorado conforme consta nas referências ao final do trabalho.

<sup>9</sup> Neste estudo utilizamos uma tradução feita por Nídia Pinheiro (2010), em sua dissertação de mestrado conforme consta nas referências ao final do trabalho.



Nº9 (2023)

epidíctico não é dado à argumentação direta, pois não trata sobre questões conflituosas e sim sobre aquilo que já é posto, as características da virtude ou do vício, e o que sobrevém ao seu exercício, sendo então, sua natureza mais voltada para movimentação dos ânimos dos ouvintes por meio de relatos e exposição de acontecimentos, de forma a amplificar e solidificar ainda mais os valores compartilhados em dado momento histórico. Assim, o autor concorda com Aristóteles (2005) sobre a amplificação, o exemplo e a narração como elementos discursivos característicos do gênero. Ele orienta ainda, que deve ser preocupação constante do orador nos discursos epidícticos a distinção entre as virtudes e os vícios, devendo por vezes deixar claros em seu discurso seus contrários como orientação ao auditório para que este não se confunda e não corrompa sua virtude.

É por esta razão que a capacidade de louvar e censurar se obtém a partir destas distinções entre o vício e a virtude. Mas é naquilo a que podemos chamar a estrutura do discurso que cumpre destacar certos pontos: nascimento, educação, instrução, formação do carácter, e episódios notáveis ou extraordinários, sobretudo, se parecerem ter resultado de intervenção divina. (CÍCERO, 2010, p.80)

Na tessitura do elogio Ciceroneano então, estes são os lugares-comuns: a fonte, onde o orador deve buscar uma construção discursiva que aponte as virtudes; os exemplos, ou por vezes os excessos e maus exemplos, sempre com palavras adequadas, observando o que exige cada ocasião, assim como o público para o qual fala, primando por ser agradável, e não inoportuno. Assim como em Aristóteles (2005) a censura acontece em perspectiva daquilo considerado virtuoso, sendo a manutenção, ou restauração, destas virtudes então, o grande fim também dos discursos dados à censura.

Para Quintiliano (1944), o gênero epidíctico também entremeia os outros gêneros retóricos, indo além de situações cerimoniais e assumindo antes um tom pragmático, sendo capaz de dar suporte ao processo de decisão presente tanto no deliberativo quanto no judicial, ao fornecer elementos de sentido que permitam ao auditório avaliar os envolvidos nas causas a partir da lógica das virtudes, de sua presença ou ausência. Sendo assim, seus discursos são imprescindíveis para que tomadas de decisão que afetam todo o coletivo sejam feitas levando em consideração valores, hábitos e costumes da sociedade no momento em que o conflito está sendo tratado discursivamente. Ele reafirma, assim como Cícero (2009, 2010), que o gênero epidíctico não tem como objetivo a persuasão, e sim a formação de juízo dos ouvintes do discurso como subsídio para tomada de decisão futura. E destaca, assim como os demais, a importância do se conhecer o auditório:

Porque é muito necessário conhecer os costumes dos ouvintes, e as opiniões que entre eles correm, para assim regularmos o discurso, fazer-lhes crer, que as coisas, que eles têm por louváveis, se acham nas pessoas que elogiamos; ou que aquelas, que eles detestam, se acham naqueles que vituperamos. (QUINTILIANO, 1944, p.118)



Mais uma vez a construção retórica apresentada como um operador social que capta valores predominantes na sociedade e os utiliza no discurso como elemento de identificação e coesão, o que faz com que ao mesmo tempo estes valores evocados sejam ainda mais reforçados e legitimados em um movimento constante de representações de mundo que se legitimam ou se atualizam discursivamente. São construções alicerçadas em aspectos comumente aceitos e que ancoram representações que servem a um propósito específico que pode ser particular, como no caso de um litígio, por exemplo. A atividade retórica, mesmo quando praticada na antiguidade, atende a motivações sociais que, especialmente em situações de louvor ou censura, interpreta e significa aspectos sociais da vida cotidiana dentro de um espectro do aceitável ou não, regulando, portanto, a ação social que se dará a partir da circulação de seus discursos.

Finalizando as considerações sobre o gênero epidíctico, observemos a visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), que se aproxima bastante de Quintiliano (1944), sobre a importância de seu apoio aos outros gêneros retóricos no que diz respeito à sustentação social, o que confere a ele um lugar central no processo persuasivo enquanto elemento que promove a coesão social e a legitimação de valores circulantes.

É nessa perspectiva, por reforçar uma disposição para a ação ao aumentar a adesão aos valores que exalta, que o discurso epidíctico é significativo e importante para a argumentação. Por não ser a reputação do orador a finalidade exclusiva dos discursos epidícticos, sendo no máximo uma consequência deles, é que um elogio fúnebre pode, sem indecência, ser pronunciado à beira de uma tumba recém-aberta, é que um discurso de quaresma pode visar a outra coisa que não a glória do pregador. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.56)

O epidíctico se caracteriza aqui não por ser um espetáculo, e sim uma dimensão em que o conforto dos valores compartilhados assegura uma comunicação mais harmoniosa, direcionada para a manutenção dessa segurança que garante ao auditório que suas crenças continuam em vigor. Importa-nos dizer que os autores também dão relevo ao potencial dos discursos epidícticos para mobilizar seu auditório para ações em momentos distintos daquele em que o discurso foi proferido, exatamente por movimentarem as disposições dos ouvintes, seja com elementos emocionais ou que provoquem identificação. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), os efeitos dos discursos deste gênero vão além de seu ato, sendo capazes de despertar seu auditório para ação no momento oportuno.

É destaque também para os autores a matéria sobre a qual repousa o gênero epidíctico: valores, caracteres, virtudes. Assim como os antigos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) entendem o gênero como aquele que trata sobre o que é adequado ao indivíduo para a sua correta integração social.



“Não receando a contradição, nele o orador transforma facilmente em valores universais, quando não em verdades eternas, o que, graças à unanimidade social, adquiriu consistência.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.57). O que nos remete novamente ao potencial para representação de realidades simbólicas que a retórica tem, sendo as construções discursivas as responsáveis por se apropriar da opacidade da língua para cristalizar visões de mundo que, frequentemente, podem beneficiar um grupo social em detrimento a outro.

### 3- Comunicação na era da Internet – O fenômeno *Instagram*

Para a devida compreensão do processo de formação do sentido no *corpus* escolhido cumpre tecermos algumas considerações acerca da Comunicação na dimensão virtual, bem como da rede social *online Instagram*. O surgimento da internet acontece como parte do processo de desenvolvimento dos meios de comunicação de maneira geral, iniciado praticamente de maneira simultânea ao desenvolvimento da linguagem, pois a necessidade de fazer-se compreender tornou-se tão urgente quanto a de fazer circular estes entendimentos por meio de registros, como as pinturas rupestres, por exemplo, e materiais que garantissem o compartilhamento de conhecimento, cultura e memória ao longo do tempo. Um importante marco histórico nesse sentido foi o desenvolvimento das primeiras formas de papel e impressão, na China do século III, seguindo para a Europa a partir do século VIII. (SILVA; LOURENÇO, 2014). De lá para cá, nos permitiremos alguns saltos no tempo, muitos foram os marcos históricos na Comunicação humana, entre eles o surgimento do rádio, e da televisão, por exemplo, que chegaram ao Brasil em 1923 e 1950 respectivamente, mudando a relação dos indivíduos com a informação e o entretenimento. (SILVA; LOURENÇO, 2014). Depois dessas duas mídias, a internet é, para Wolton (2003), o marco mais definitivo neste processo, não só por apresentar outras possibilidades de Comunicação, mas por alterar de forma irremediável a sua lógica, reorganizando a percepção e concepção das mais variadas práticas sociais. A criação da *Word Wide Web (WWW)*<sup>10</sup>, por volta de 1990, não só conectou computadores e tornou possível o compartilhamento de milhares de informações, mas também iniciou uma transformação no modo de vida dos sujeitos com acesso a este universo, especialmente no que diz respeito à sua presença nas redes sociais *online*.

A rede social *online* é um espaço virtual em que o sujeito cria sua personalidade digital por meio de um perfil com fotos, vídeos e textos que representem aquilo que ele considera relevante em matéria de valores e propósitos. Em seu perfil *online* o sujeito pode projetar a sua identidade conforme a

<sup>10</sup> Criada pelo pesquisador inglês Tim Berners-Lee. (SILVA; LOURENÇO, 2014)



realidade em que ele acredita. Estas redes são chamadas por Castells (2006, p.442) de “comunidades virtuais”, que reúnem as pessoas, no formato *online*, em torno de interesses em comum. O *Instagram* é uma dessas redes que reúne milhões de usuários ao redor do mundo. Esta plataforma foi desenvolvida pelo norte-americano Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger, sendo lançada oficialmente em 2010, disponível inicialmente apenas para usuários dos *smartphones* da marca *Apple*. A partir de 2012 os engenheiros de *software* desenvolvem uma versão para os *smartphones* com sistema operacional *Android* tornando-se então, um fenômeno digital. Em 2021 o *Instagram* alcançou a marca de 2 bilhões de usuários conectados, sendo eleita a segunda maior rede social *online* do mundo. Os brasileiros ocupam uma grande parcela deste número, sendo o segundo país em número de usuários da rede, ficando atrás somente dos Estados Unidos. (BARROS, 2022<sup>11</sup>)

Sempre alerta às mudanças no comportamento de consumo de seus usuários, bem como às novidades lançadas por seus concorrentes, o *Instagram* segue em constante evolução, ofertando cada vez mais possibilidades de compartilhamento de conteúdo, como criação e compartilhamento de filtros, memes, *sticker's* e muito mais. A inserção da funcionalidade de criação e circulação de vídeos, tanto em *stories*, quanto *reels* ou mesmo no *feed*, é resultado da constante análise de oportunidades frente a outras plataformas que também atuam no mercado, aumentando em muito a relevância da rede, como afirma Barros (2022). O estudo apresentado neste artigo analisa exatamente duas postagens neste formato, conforme detalharemos na seção de análise a seguir.

#### 4- Censura *online* - Análises

Esta é uma pesquisa de natureza básica, cujo intuito é ampliar os conhecimentos acerca do campo estudado por meio da compreensão de um dado fenômeno natural, neste caso a atividade de censura *online*. As análises aqui empreendidas visam descrever o objeto de estudo, censura digital, com vistas a investigar sua possível correspondência com a censura retórica. Para tanto apresentamos nas seções anteriores uma breve revisão bibliográfica que se ocupa do gênero retórico do elogio, a epidíctica retórica, e nesta seção apresentaremos um breve estudo de caso da rede *Instagram* ancorado em dois perfis de usuários (@eusougabriela e @eucrisguerra). Os dados foram coletados por meio de análise de conteúdo cujo filtro foi estabelecido pelo critério: a) polêmicas *online* envolvendo críticas e julgamentos direcionados aos perfis ou proferidos por eles. Para análise qualitativa dos dados estabeleceram-se as seguintes categorias de análise: Uso da figura retórica amplificação, própria do gênero epidíctico, efeitos de sentido e representação de valores

---

<sup>11</sup> BARROS, Matheus. O Instagram Completa 12 anos; Relembra a História da Rede Social. Disponível em: [Instagram completa 12 anos: relembra a história da rede social - Olhar Digital](#) Acesso em: Abril 2023



circulantes, escolhas lexicais, ligadas à dimensão da censura por meio de elementos inscritos no campo lexical da desqualificação, inadequação, e do medo e vergonha.

A amostra de análise foi selecionada da seguinte maneira:

- a) O critério em comum foi o gênero feminino e o envolvimento dos perfis em polêmicas *online* que viralizaram na rede;
- b) No perfil *@eusougabriela* a amostra foi selecionada entre os comentários direcionados à dona do perfil. Entre os mais de 18 mil comentários deixados em uma postagem da influencer, foram selecionados os mais recentes, com menos de duas horas de publicação, priorizando: patrocinadores, celebridades e pessoas que marcaram patrocinadores.
- c) No perfil *@eucrisguerra* a postagem em análise é um vídeo e foi considerada em sua totalidade, tendo destacados trechos relacionados às categorias de análise estabelecidas.

Antes de iniciarmos as análises propriamente ditas, importa-nos dizer ainda que os comentários selecionados no *@eusougabriela* foram os mais representativos por carregarem partículas que evidenciam o fenômeno em análise uma vez que fazem uso de elementos variados pertencentes à dimensão de sentido ligada à censura. Isso posto, passemos então à análise do *corpus*, começando pelo primeiro recorte, no perfil *@eusougabriela*.

#### 4.1 *@eusougabriela*<sup>12</sup> – Gabriela Pugliesi – (Instagram, abril 2020)

Gabriela Pugliesi, hoje chamada apenas de Gábi, é designer industrial e começou sua jornada como influencer digital próximo a 2010, no período em que os *blogs* aumentaram sua popularidade no Brasil. Compartilhando dicas de saúde e bem-estar a blogueira alcançou rapidamente um espaço relevante no formato digital, chegando a ter 150mil acessos mensais em seu *blog*: “*Tips4life*”. Em 2013 então, ela deixou a carreira no desenho industrial para se dedicar ao seu *blog* e ao canal no *youtube*, com o mesmo nome, iniciando também sua criação de conteúdo em outras plataformas como o *Instagram*, por exemplo. Nesta rede ela começou a compartilhando diariamente fotos de detalhes da sua vida cotidiana como alimentação balanceada, roupas, lugares visitados, atividades físicas, bem como mudanças corporais ocasionadas por seu estilo de vida, o que promoveu um grande engajamento do público transformando-a em uma *influencer* relevante no cenário nacional. Apesar de em seu perfil ela colecionar fotos e vídeos de uma vida saudável, volta e meia seu nome é envolvido em polêmicas dentro e fora das redes que vão desde assuntos ligados a relacionamentos

<sup>12</sup> O autogolpe de Gabriela Pugliesi. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/veja-gente/sem-nocao-e-fuga-de-patrocinadores-o-autogolpe-de-gabriela-pugliesi/>.



N°9 (2023)

amorosos da blogueira até acusações de exercício ilegal da profissão de nutricionista, por exemplo. A última grande polêmica envolvendo Gabriela ocorreu em 2020, quando a blogueira gravou um vídeo utilizando uma expressão popular de baixo calão ao dar uma festa em sua casa durante o período de isolamento social imposto pela pandemia de SARS Covid-19. A repercussão desta postagem é o que analisamos neste estudo intencionando de investigar um possível enquadramento retórico das críticas dirigidas a ela.

Neste recorte do gênero epidíctico dedicado à crítica então, nos atentaremos ao processo de amplificação provocado pelos comentários, os possíveis efeitos de sentido produzidos e as emoções e valores evocados. Como afirmam Aristóteles (2005, p.130) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.57) a amplificação é a estratégia logicamente ligada ao epidíctico por ser capaz de exaltar e firmar valores universais aumentando a adesão do público a eles, tornando ainda mais fortes as tramas do tecido social. Também Cícero (2009, p. 283) afirma que “a qualidade mais alta da eloquência é amplificar um tema pelo ornato, que serve não apenas para aumentar algo ou elevá-lo pelo discurso, mas também para rebaixá-lo e diminuí-lo”. Para isso o orador deve demonstrar como as más ações (no caso da censura) do objeto se filiam a vícios e defeitos de caráter capazes de ameaçar os valores estabelecidos, acordados por uma comunidade.

A censura nesta primeira parte do *corpus* é deflagrada por um discurso inicial, com apenas uma frase: “foda-se” a vida, em que a autora utiliza uma expressão considerada de baixo calão para se referir ao valor universal vida, que detona uma grande mobilização para censura e punição não só do comportamento, mas também da personalidade digital envolvida. No dia 25 de abril de 2020, a digital *influencer* Gabriela Pugliesi, com mais de 4 milhões de seguidores no *Instagram*, organiza uma festa em sua casa e publica durante a madrugada *stories*<sup>13</sup> em que ela comemora a companhia de vários amigos aglomerados no evento e dispara: “foda-se” a vida em uma das filmagens abraçada com suas amigas.

---

<sup>13</sup> Recurso pertencente à plataforma, em que o usuário pode publicar pequenos vídeos ao vivo em seu perfil, ficando 24h no ar.



A partir de então inicia-se uma onda de comentários de internautas no perfil da influenciadora no *Instagram*, censurando sua atitude em meio ao problema social vivido pelo mundo e buscando a mobilização das marcas representadas por ela para se posicionarem diante da ameaça à vida, um valor inquestionável. Apresentamos abaixo uma amostra destes comentários em que é possível observar o movimento de amplificação provocado por sua soma<sup>14</sup>, resultando na aplicação por parte de algumas marcas de sanções efetivas à influenciadora. Em sua maioria os comentários apresentam censuras violentas que reduzem a *influencer* a uma pessoa egoísta, desrespeitosa e irresponsável.



Figura 1- Comentário 1, 3, 4.

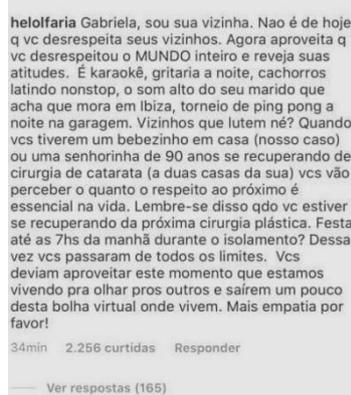


Figura 2 - Comentário 2

Para além do comportamento, as críticas dirigidas à Gabriela Pugliesi nestes comentários atingem também a sua figura, sua imagem digital, ligando-a a vícios como libertinagem e indolência, o que a torna menos confiável aos olhos de seu público.

Observamos também a enumeração de atividades realizadas por Gabriela em seu dia a dia encenando-as como atitudes viciosas, que revelam os defeitos de conduta dela e sua face desrespeitosa e egoísta. Como no segundo comentário em que a internauta diz: “(...) Não é de hoje que você desrespeita seus vizinhos. (...) É karaokê, gritaria à noite, cachorros latindo nonstop, o som alto do seu marido que acha que mora em Ibiza, torneio de ping e pong à noite na garagem.” Ao elencar tais passagens a oradora expressa sua indignação e convida o leitor a compactuar com ela desse sentimento.

A enumeração feita pela dona do comentário confere ritmo à narrativa e altera a disposição dos ouvintes na medida em que é capaz de despertar um crescente de sentimentos em relação ao fato narrado e, neste caso, ao objeto do discurso. Além da enumeração, como recurso para amplificação dos valores ameaçados e reforço dos efeitos de sentido, observamos que as escolhas lexicais contribuem de maneira definitiva com este processo e concorrem para o deslocamento da

<sup>14</sup> Gabriela Pugliesi tinha à época mais de 4 milhões de seguidores só no *instagram*, o que gerou acima de 18 mil comentários só nas duas horas seguintes após o ocorrido. Objetivando dinamizar a análise, foram recortados os 12 comentários mais relevantes como amostra.



personalidade digital de Gabriela, do lugar de influenciadora para o de desnecessária, e até nociva, na rede social *online*.

#### 4.1.1 Escolhas lexicais

Observamos intenções variadas nas escolhas lexicais dos comentários, porém todos apresentando termos e expressões ligados ao campo lexical das palavras pejorativas, que diminuem e desqualificam a influenciadora ao longo dos textos. Alguns também com o intuito de persuadi-la a adotar uma conduta considerada pela comunidade como correta, usam termos e expressões ligados ao campo lexical do medo, sentimento que permeia o contexto de produção dos discursos. Usam também termos e expressões ligados ao campo da repreensão, proibição, próprios da censura. Abaixo apresentamos em **negrito** sua presença nos textos:

- Tão pedindo **CAMINHÃO** PROS HOSPITAIS. Pq tá um **CAOS**. Minha prima **MÉDICA** (que pegou) chega **CHORANDO** em casa. Pq eles já tem que **ESCOLHER QUEM SALVAR**. (...) tem **JOVEM** saudável **MORRENDO**. (comentário 1)
- (...) Eu acho que **ESSA ATITUDE**, ainda mais pra um monte de gente que te segue e se inspira na sua vida saudável, foi **INADMISSÍVEL**. (comentário 1)
- (...) nesse momento **NÃO EH PERMITIDO INCENTIVAR** aglomeração. (comentário 1)
- Não é de hoje que **VOCÊ DESRESPEITA** seus vizinhos. Agora aproveita que **VOCÊ DESRESPEITOU O MUNDO** inteiro e **REVEJA** suas atitudes. (comentário 2)
- Dessa vez **VOCÊS PASSARAM DE TODOS OS LIMITES**. (comentário 2)
- Vcs deviam aproveitar esse momento que estamos vivendo pra olhar pros outros e saírem um pouco dessa bolha virtual onde vivem. **MAIS EMPATIA POR FAVOR!** (comentário 2)
- (...) Milhares de pessoas sendo **ENTERRADAS** em valas comuns! Milhares de pessoas **SEM PODER SE DESPEDIR** dos parentes. (comentário 3)
- (...) minha mulher, **MÉDICA**, **CORRENDO O RISCO DE SER CONTAMINADA** pq todo dia tá na **LINHA DE FRENTE** combatendo o **VÍRUS!** (comentário 3)
- **IRRESPONSÁVEL! IRRESPONSÁVEL demais!** **FODA-SE A SUA VIDA**, respeite a do próximo! (comentário 3)
- E quem sair de casa pra ir numa festa, eh **CRIMINOSO, IRRESPONSÁVEL!** (comentário 3)
- Gabriela só vira notícia por falar ou **FAZER MERDA**. (comentário 4)
- Tá na hora de **REPENSAR**. (comentário 4)

As escolhas lexicais ligadas ao medo acionam possíveis gatilhos mentais capazes de despertar grande temor no auditório, pela iminência deste mal (covid-19) chegar mais perto a partir de atitudes como a de Gabriela, classificada então, como inadmissível e irresponsável. A escolha da palavra mundo, no segundo comentário, amplia a nocividade do comportamento da influenciadora, de uma ação local para uma ação global, pois agora ela desrespeitou o mundo, o que pode causar ainda mais indignação no auditório e adesão ao discurso de defesa dos valores a partir da crítica severa. Conforme afirma Brandão (2011)

(...) essas atividades são encenadas de tal forma que nos são apresentadas como verdadeiros malfeitos, vícios, desvios de conduta e tem como efeito provocar, por acumulação uma reação emocional que amplia progressivamente o sentimento de repulsa (...) e, conseqüentemente, leva o leitor a aderir ao sentimento de indignação do locutor. Esse sentimento provoca no leitor uma percepção não de algo extraordinário, daquilo com que se deve comungar porque é eticamente consensual, como seria no discurso do elogio, mas a percepção disfórica do absurdo, de uma tópica fora do lugar, inconcebível. (BRANDÃO, 2011, p.62-63)

Percebemos a progressão desses sentimentos e a mobilização que eles causam a partir da adesão aos discursos compartilhados, elevando seus efeitos a outras instâncias de interação como veremos nos comentários seguintes. Alguns comentários apresentam um comportamento distinto dos anteriores, por lançarem mão de termos e expressões relacionadas a sentimentos negativos em relação à influenciadora ligados à preocupação com as marcas que mantém contrato com ela.

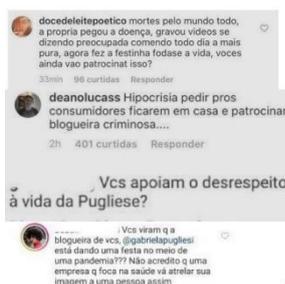


Figura 5 - Comentário 5, 6, 7, 8.

Figura 4 - Comentário 9 e 10.

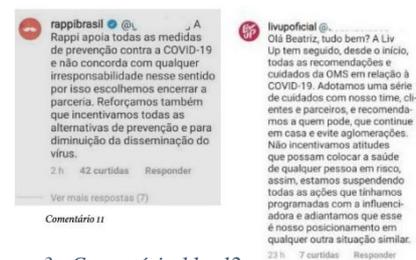
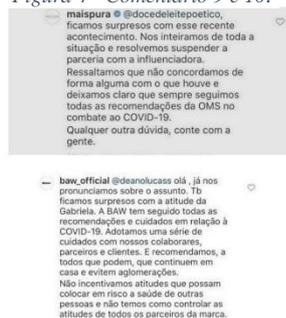


Figura 3 - Comentário 11 e 12

Estes recortes parecem demonstrar uma outra etapa do processo de censura *online* em que, a partir da adesão aos sentimentos de medo e revolta dos oradores, a percepção disfórica citada pela autora, leva também a um efeito de corresponsabilização das marcas com as quais a influenciadora tem contrato firmado, sendo a manutenção de tal parceria uma espécie de pacto com sua atitude desrespeitosa com o mundo, incentivadora da quebra da quarentena e, por consequência, de mais mortes. Esse efeito de sentido organiza a censura que mobiliza neste momento uma cobrança de posicionamento das



Nº9 (2023)

marcas. Com a função de incentivar a tomada de atitude os oradores lançam mão de termos e expressões ligados ao campo lexical do fazer, conforme destacado:

- MORTES pelo mundo todo (...) VOCÊS AINDA VÃO PATROCINAR ISSO? (comentário 5)
- HIPOCRISIA pedir pros consumidores fiquem em casa e patrocinar BLOGUEIRA CRIMINOSA. (comentário 6)
- VOCÊS APOIAM O DESRESPEITO À VIDA de Pugliesi? (Comentário 7)
- Vocês viram que a BLOGUEIRA DE VOCÊS (...) está dando uma festa no meio de uma pandemia? (comentário 8)
- NÃO ACREDITO q uma empresa q foca na saúde VÁ ATRELAR A SUA IMAGEM a uma pessoa assim. (comentário 8).

A internet permite a amplificação desses efeitos; medo, indignação, revolta, de forma surreal e incontrolável, passando a enxergar não mais somente o fato como uma ameaça à ordem social e aos valores nela estabelecidos, mas a própria pessoa (de quem se fala) como uma ameaça à vida. O volume de comentários publicados a todo instante se ocupa de expandir esses sentimentos pela teia virtual gerando uma comoção em torno do acontecido, em prol da proteção da vida, pois defender tal valor torna-se imprescindível para a sua manutenção, e *online* todos têm voz e se sentem compelidos, por esses efeitos de sentido, a falar, a se posicionar. As marcas então, temendo a intensificação das críticas e consequente perda de reputação, semelhante ao ocorrido com a influenciadora, partem para uma ação no mundo físico fruto da censura nascida nas redes sociais *online*.

Em resposta à mobilização crítica feita pelo público, algumas marcas replicaram comentários ou emitiram notas oficiais suspendendo sua parceria com Gabriela usando em seus textos termos e expressões que podem ser agrupados em um campo lexical de palavras ligadas a censura e punição, conforme destacado ao longo dos textos:

- Nos inteiramos de toda a situação e resolvemos SUSPENDER A PARCERIA com a influenciadora. (comentário 9 – marca: *Mais Pura*)
- NÃO CONCORDAMOS DE FORMA ALGUMA com o que houve (...). (comentário 9)
- NÃO INCENTIVAMOS atitudes que possam colocar em risco a saúde de outras pessoas (...) sendo assim tb NÃO APOIAMOS a atitude da Gabi e ESTAMOS SUSPENDENDO a parceria. (comentário 10 – marca: *Baw*)
- A Rappi (...) NÃO CONCORDA COM QUALQUER IRRESPONSABILIDADE nesse sentido por isso ESCOLHEMOS ENCERRAR A PARCERIA. (comentário 11 – marca: *Rappi*)



- NÃO INCENTIVAMOS atitudes que possam colocar a saúde de qualquer pessoa em risco, assim, ESTAMOS SUSPENDENDO as ações que tínhamos programadas com a influenciadora. (comentário 12 – marca: *Liv Up*)

A influenciadora teve ao todo oito<sup>15</sup> contratos suspensos após a onda de censura que atingiu o seu perfil a partir de seu comportamento inadequado durante a quarentena contra o avanço do coronavírus. Diferentemente dos internautas, seguidores ou não de Gabriela, seu comportamento em meio à pandemia e a forte censura sofrida por ela, amplificada pelo número incontável de comentários, causou às marcas um efeito de sentido ligado à vergonha e preocupação em ter seu nome envolvido em uma situação considerada pela comunidade como vergonhosa e desonrosa. Tendo em vista que, como afirma Aristóteles (2005),

(...) a vergonha é uma representação imaginária que afeta a perda de reputação, (...) sentiremos vergonha na presença daquelas pessoas cuja opinião nos interessa. Ora, interessa-nos a opinião de quem nos admira, de quem admiramos ou por quem queremos ser admirados (...) (ARISTÓTELES, 2005, p.179)

As opiniões daqueles que interessam às marcas foram compartilhadas em pequenos discursos críticos em que ao mesmo tempo censurava o comportamento vicioso da influenciadora, estabelecia para o orador um caráter virtuoso, o que contribuiu também para a sua rápida adesão, pois todos querem para si o que é belo e honroso. Também as empresas querem ser belas e honrosas aos olhos do auditório, por isso extinguiram sua ligação com a “causadora do mal”<sup>16</sup>, garantindo que sua imagem permanecesse positiva. A partir dessa análise observamos a presença da atividade de censura que chamaremos de censura mobilizadora, que tanto revela seu caráter retórico por vituperar comportamentos considerados inadequados em nosso tempo, quanto sua capacidade de mobilização potencializada por sua disseminação *online*, que resulta em ações punitivas posteriores ocorridas na dimensão física das interações sociais.

#### 4.2 @eucrisguerra – Cris Guerra – (Instagram, janeiro 2021)

Cris Guerra é uma publicitária mineira que ao sofrer a perda do pai de seu filho quando ainda estava grávida, decidiu criar um *blog* para deixar registrado as lembranças desse pai que seu filho só

<sup>15</sup> Gabriela Pugliesi perde parceria com empresas. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/gente.gabriela-pugliesi-perde-parcerias-com-empresas-apos-festa-durante-quarentena,70003284527#:~:text=A%20influenciadora%20digital%20Gabriela%20Pugliesi,sua%20casa%20no%20s%C3%A1bado%2C%2025.&text=A1%C3%A9m%20de%20Gabriela%2C%20a%20influenciadora,poss%C3%ADveis%20a%C3%A7%C3%B5es%20futuras%20com%20ela>.

<sup>16</sup> Também motivada pela vergonha, e pelo temor da continuidade da censura, a influenciadora desativou seu perfil nesta rede social *online*, ficando afastada de seu perfil no *Instagram* por 3 meses.



conheceria por intermédio dela. Assim nasce o “Cartas para Francisco”, um diário de memórias que posteriormente virou livro. Além do *blog* para o filho ela também criou o “Hoje eu vou assim”, blog em que ela compartilha assuntos ligados a moda consciente e intuitiva, tendo como carro chefe o compartilhamento de seus *look’s* do dia. Apesar destes conteúdos terem sido o ponto de partida para o aumento de sua visibilidade no universo digital, sendo bastante conhecida especialmente em Minas, a publicitária, optou por manter no *Instagram* apenas um perfil pessoal, o *@eucrisguerra*. Neste espaço ela concentra 183mil seguidores, com quem divide suas opiniões acerca de assuntos diversos, entre eles o etarismo. É este o tema do recorte escolhido para esta análise, um posicionamento da publicitária, feito em seu *Instagram*<sup>17</sup>, sobre etarismo que movimentou a internet por se dirigir a um vídeo veiculado pelo grupo humorístico porta dos fundos em seu canal no *youtube*. Tendo como protagonista o humorista Fábio Porchat, o vídeo em questão intitula-se “Responsável”<sup>18</sup> e retrata o personagem que, em meio a uma reunião de trabalho *online*, precisa supervisionar o acesso da mãe a mídias diversas para evitar que ela seja enredada pelos perigos de seus conteúdos, com destaque para o digital. Tal fato é apresentado como algo aceito e reconhecido pela sociedade de forma ampla e irrestrita. A fim de provar que este não é um acordo universal, Cris Guerra se levanta enquanto ouvinte para criticar e discordar do fato, pois, ele não representaria um auditório universal, e sim um particular, não podendo ser, portanto, aceito como premissa para nenhuma argumentação. Importa-nos destacar dois pontos: a) A oradora não questiona a natureza conteúdo do grupo, que é a sátira, e sim a construção identitária da mulher madura neste conteúdo específico. b) O texto em análise foi compartilhado em vídeo, o que acrescenta outros elementos de sentido a ele que no momento não serão analisados. Analisaremos a desconstrução do acordo por meio da censura observando os efeitos de sentido produzidos e a representação de valores circulantes, nos quais ela se apoia para a construção do sentido, partindo da análise de suas escolhas lexicais e dos processos de amplificação presentes no texto transcrito abaixo.

Quadro 2 – Transcrição<sup>19</sup> de parte da fala da publicitária Cris Guerra em seu *Instagram*

Não dá para continuar incentivando esse preconceito [00:01:30] [...] As pessoas estão vivendo cada vez mais e a velhice veio para ficar. Hoje a gente vive em média 35 anos mais do que viviam nossos bisavós. É uma segunda vida adulta. Em 2050 o número de pessoas com 65 anos no mundo vai triplicar. [00:01:42]. [...] O tempo passa sim, pra todo mundo o tempo todo. [...] Basta dar uma googlada pra ver que o negócio não é só comigo. [00:04:12]. A Madona já pode estacionar na vaga de idosos do shopping, ela tem 62 anos. O John Travolta tem 66, a Olívia Newton John tem 72, o Caetano e o Gil fizeram 78, e o Blay Brunner e Harrison Ford tem a mesma idade. A Rita Lee tem

<sup>17</sup> O Vídeo também está disponível em seu canal do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=8FbEVSyaRcQ> Acesso em: Janeiro de 2021.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2pSmNUhkfQ> Acesso em: Janeiro 2021.

<sup>19</sup> Para a realização desta transcrição utilizamos como base as normas previstas por Fairclough (2001) em seus estudos.



73, o Chico Buarque tem 76, o Jorge Mautner fez 80 esses dias. A Jane Fonda tem 83, a maravilhosa Fernanda Montenegro tem 90. Ninguém escapa Porchat, nem a jovem guarda: O Roberto e o Erasmo vão fazer 80 esse ano. [00:04:17]. [...] Esse estereótipo já era, não existe uma velhice, existem várias [00:05:16] [...] Um humor tão novo, não pode continuar reproduzindo essa visão ultrapassada sobre o envelhecer. [00:05:40]. [...] Esse vídeo é uma sugestão para vocês se conscientizarem desse preconceito [00:06:17] [...] Que as mulheres maduras, acima de 50 anos no Brasil, já são 29 milhões, mais precisamente 13,7% da nossa população. As mulheres maduras respondem por 50 % do consumo global, [00:07:13], [...] 48% das mulheres no Brasil afirmam ter sofrido discriminação no trabalho por conta da idade. [00:07:58]. [...] o etarismo é como todo preconceito uma grande burrice. [00:09:25]. Não é envelhecer que faz a vida mais difícil, é ficar aguentando piada das pessoas durante uma pandemia que já matou muita gente jovem e da qual muitos idosos saíram curados e fortes. [00:09:33]. [...] eu acho que vocês, talvez por serem jovens, tão um pouco distantes e precisam atualizar seu ponto de vista [00:10:52] [...] Atualiza Porchat. [00:11:06]. [...] o que envelhece mesmo é essa obsessão pela juventude. [00:11:06].

Fonte: Recorte do Texto publicado pela autora em seu perfil na rede social Instagram. Disponível em: <https://youtu.be/8FbEVSyaRcQ> Acesso em: Maio 2023.

Observemos a presença de dados como elementos base da crítica emitida pela publicitária:

- As pessoas estão vivendo cada vez mais e a velhice veio para ficar. Hoje a gente vive em média 35 anos mais do que viviam nossos bisavós. É uma segunda vida adulta. Em 2050 o número de pessoas com 65 anos no mundo vai triplicar. [00:01:42]
- (...) as mulheres maduras, acima de 50 anos no Brasil, já são 29 milhões, mais precisamente 13,7% da nossa população. As mulheres maduras respondem por 50 % do consumo global (...) [00:07:13]
- (...) 48% das mulheres no Brasil afirmam ter sofrido discriminação no trabalho por conta da idade. [00:07:58]

Os números falam por ela e comprovam que não é possível a persistência de um estereótipo de senilidade para as pessoas maduras, especialmente mulheres, não só por ser desrespeitoso, mas também porque essa população cresce em números e expressão todos os anos. A oradora entremeia sua censura com informações de fontes externas de maneira a construir um *ethos* confiável e pacífico não só para o ator a quem ela se dirige, mas também para o grande público que navega na internet. Ela diz: “(...) Não dá para continuar incentivando esse preconceito” [00:01:30], apresentando assim o ator, e o grupo, não só como preconceituosos, mas também como incentivadores desse preconceito, rebaixando o objeto do discurso e destacando tal comportamento como uma má ação, ofensiva e fora de contexto. Para dar suporte a esta afirmativa e sublinhar a fragilidade do fato representado pelo episódio “responsável” como acordo aceito universalmente, Cris Guerra encena um contexto de crescimento da população madura de forma muito ativa não só física, mas também economicamente, o que invalidaria ideia de velhos sem discernimento, que precisam de supervisão



dos filhos, apresentada no episódio. Tendo falado sobre este contexto histórico-social, ela fala um pouco sobre o seu caminho no envelhecimento e em seguida inicia um processo de amplificação em que ela traz em sua fala uma série de grandes nomes mundiais e nacionais que já passaram dos 60 anos. Lembrando que,

(...) a amplificação própria do discurso epidítico em geral, é uma estratégia fundamentalmente argumentativa, e não mera questão formal de estilo. Na retórica epidítica o orador também deve esforçar-se para trazer fatos que devem ser convincentes aos olhos do auditório. É preciso provar para persuadir e, para isso, o orador deve mostrar e demonstrar as boas e más ações do objeto, pois as ações são a manifestação das virtudes ou dos vícios das pessoas. (BRANDÃO, 2011, p.61-62)

Se uso é capaz de estabelecer certa credibilidade ao discurso, sendo diretamente ligado à qualidade do orador, é o que afirma Cícero (2009), ou seja, é de ordem puramente discursiva o manejo da amplificação enquanto recurso que valida a argumentação na medida em que confere a ela o brilho do detalhamento que só é capaz de utilizar a seu favor quem domina a causa tratada. No texto analisado, o recrutamento de várias personalidades respeitadas e admiradas por suas trajetórias únicas em suas áreas de atuação amplifica a beleza do envelhecer, gerando efeitos de sentido ligados ao muito que os idosos ainda podem fazer, ao quanto esse é um processo natural ou ainda que os grandes e famosos, assim como o próprio Fabio Porchat, também envelhecem.

“[...] O tempo passa sim, pra todo mundo o tempo todo. [00:03:55] [...] A Madona já pode estacionar na vaga de idosos do shopping, ela tem 62 anos. O John Travolta tem 66, a Olívia Newton John tem 72, o Caetano e o Gil fizeram 78, e o Blay Brunner e Harrison Ford tem a mesma idade. A Rita Lee tem 73, o Chico Buarque tem 76, o Jorge Mautner fez 80 esses dias. A Jane Fonda tem 83, a maravilhosa Fernanda Montenegro tem 90. Ninguém escapa Porchat, nem a jovem guarda. O Roberto e o Erasmo vão fazer 80 esse ano. [...]” [00:04:17]

Ao passo que evidencia que o tempo chega para todos, ela acrescenta elementos que novamente questionam a incapacidade da idade madura, apresentada como fato no episódio encenado por Porchat, pois estes grandes nomes e tantos outros, fazem parte de um auditório diferente daquele a quem se dirige o vídeo do grupo porta dos fundos. A interferência da idade na capacidade de discernimento de uma pessoa não seria então, um fato incontestável, e sim conclusão dessa argumentação específica que se dirige a um auditório particular, jovens, e não a um universal. A amplificação aqui exalta o processo de envelhecimento, buscando recolocá-lo como um valor na sociedade, servindo à censura como um argumento que contrapõe o comportamento vicioso expresso no vídeo, evidencia a indignação da oradora em relação a ele e expõe a incoerência do



discurso criticado, chamando a atenção para o erro sem, no entanto, atacar agressivamente o responsável.

Como afirma Brandão (2011, p.63) outros elementos compõe a organização do sentido no discurso dado à censura. Destacamos aqui as escolhas lexicais da oradora que questionam a autoridade de Fábio Porchat, e do grupo porta dos fundos, para falar sobre o assunto, construindo ao longo do texto uma imagem de desatualização e afastamento da realidade.

#### 4.2.1 Escolhas Lexicais

Com a função de desqualificar o objeto da censura, a oradora escolhe termos e expressões que juntos criam uma atmosfera de ignorância e desconhecimento sobre o assunto, pertencendo ao campo lexical das palavras pejorativas ligadas a ausência de conhecimento e, portanto, incapacidade relacionada ao tema levantado. Em negrito destacamos algumas passagens da fala de Cris Guerra.

- Basta dar uma “*googlada*” pra ver que o negócio não é só comigo. [00:04:12]
- Esse estereótipo já era, não existe uma velhice, existem várias (...) [00:05:16]
- Um humor tão novo, não pode continuar reproduzindo essa visão ultrapassada sobre o envelhecer. [00:05:40]
- (...) esse vídeo é uma sugestão pra vocês se conscientizarem desse preconceito (...) [00:06:17]
- O etarismo é, como todo preconceito, uma grande burrice. [00:09:25]
- Não é envelhecer que faz a vida mais difícil, é ficar aguentando piada das pessoas durante uma pandemia que já matou muita gente jovem e da qual muitos idosos saíram curados e fortes. [00:09:33]
- (...) eu acho que vocês, talvez por serem jovens, tão um pouco distantes e precisam atualizar seu ponto de vista (...) [00:10:52]
- Atualiza Porchat. [00:11:06]
- (...) O que envelhece mesmo é essa obsessão pela juventude. [00:11:12]

As escolhas feitas por ela inscrevem o discurso criticado em um lugar de superficialidade, como por exemplo ao dizer que para acessar o conhecimento atualizado, portanto mais próximo do real, “basta” uma rápida busca no *google*, reduzindo assim, a credibilidade não só do conteúdo, mas daqueles que o produziram. Como afirma Brandão (2011, p.64), “essas palavras, expressões ou fragmentos contribuem, pela sua repetição ou contiguidade semântica, para a coesão depreciativa que se quer construir visando a um efeito argumentativo”. Aliada aos outros elementos apresentados acima, estas escolhas lexicais completam o efeito de sentido de questionamento objetivo da validade do argumento apresentado como fato. A oradora inverte a lógica que concebe os jovens como detentores de autonomia e autoridade acerca do que é aceito socialmente na contemporaneidade inserindo partículas que criticam, informam e situam o grupo humorístico, aqui representado pela



Nº9 (2023)

figura de Fabio Porchat, como desatualizados e desinformados. A atividade de censura observada nesta parte do *corpus*, a qual chamaremos de censura informativa, questiona por meio da apresentação de dados, contrapõe por meio da apresentação amplificada de situações análogas e critica o objeto do discurso por meio de suas escolhas lexicais que delineiam um *ethos* imaturo e pouco confiável para os produtores do discurso criticado. Ela materializa um sentimento de indignação consciente e embasada da oradora com potencial para deflagrar uma onda de empatia e identificação no auditório, aderindo assim aos seus sentimentos (da oradora) e à percepção do absurdo contido no discurso censurado.

## 5- Considerações Finais

Concluimos retomando Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) para quem o gênero epidíctico ocupa lugar central entre os gêneros no processo argumentativo, pois o elogio e a crítica, ao estabelecerem o que é honroso ou desonroso, fornecem as bases para a atuação dos demais gêneros, uma vez que o que é belo tende também a ser bom e justo e, ao contrário, o vício tende a ser ruim e injusto. Entendendo as interações no ambiente digital como uma constante encenação da vida social que acontece em meio físico, se na vida física o gênero epidíctico é considerado central no sistema argumentativo, na vida digital não seria diferente. As redes sociais *online* funcionam como um grande sistema de amplificação retórico em que os discursos tomam proporções maiores e evidenciam potenciais ameaças aos valores acordados pelo coletivo. Por isso a censura é extremamente presente neste ambiente, pois ao mesmo tempo em que no virtual há uma liberdade de representação e interação social maior que na dimensão física, há, na mesma proporção, uma vigilância grande em relação à violação de valores inegociáveis em comunidades diversas. A censura traz à tona situações de ameaça, evoca os valores considerados legítimos e que devem ser defendidos por meio do repúdio das condutas inadequadas, buscando, assim como o elogio e os demais gêneros, a adesão do auditório em favor da questão levantada.

A análise do *corpus* permitiu que pudéssemos vislumbrar como os pressupostos retóricos contribuem na apreciação destes discursos possibilitando a inferência de dois tipos de censura *online*: a censura mobilizadora e a censura informativa. A censura mobilizadora é instaurada e compartilhada pelos vários oradores que compõem as redes, com destaque para aquela comunidade de seguidores em que os valores são ameaçados. Ela gera uma onda de sentimentos negativos em relação ao objeto do discurso que resulta, frequentemente, no julgamento e condenação da personalidade digital envolvida por parte daqueles que possuem prerrogativas para infligir algum tipo de sanção a ela,



Nº9 (2023)

como quando marcas cancelam contratos publicitários com influenciadores digitais a partir de críticas recebidas na rede, por exemplo. Nas redes sociais *online* a estratégia de amplificação da censura da má conduta é feita pelos comentários dos internautas, que podem atingir grandes volumes e serem compartilhados em outras redes, alcançando uma enorme proporção. A propagação do epidíctico, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.55) reforça uma disposição para a ação que, neste caso, consiste na mobilização de esforços para a determinação de uma ação como boa ou ruim e o posterior julgamento de uma personalidade digital como apta ou inapta para representação publicitária de uma (ou mais) dada marca em seu perfil pessoal, deslegitimando-a enquanto oradora confiável e detentora de algum tipo de autoridade.

Já a censura informativa tem seu ponto de partida em um comportamento ou discurso interpretado como inadequado. Diferente da anterior, a censura informativa vai além da crítica, pois apresenta um contraponto ao objeto da censura, por meio de dados, pesquisas, teorias que, ao mesmo tempo em que reforçam a inadequação do comportamento/discurso e, portanto, a necessidade da censura, oferecem um outro ponto de vista. Este tipo de censura acrescenta informações, propõe reflexões e convida ao debate a respeito do objeto da censura. Ela não ataca e não ensina, ela tem uma característica mais argumentativa, questionando e criticando enunciados tidos como aceitos, a partir de uma perspectiva diversa. O simples fato de questionar determinada proposição já é suficiente para que o enunciado tenha sua legitimidade diminuída, é o que afirmam Perelman e Tyteca (2014, p.60), e sendo este questionamento acompanhado de argumentos que justifiquem esta atitude (de questionar), torna-se possível condená-lo tanto por incoerência, baseando-se em dados concretos, por exemplo, quanto por ausência de força argumentativa, representando apenas uma conclusão pessoal. A censura informativa se apoia exatamente nesse questionamento de controvérsias ligadas aos fatos expostos por outros oradores buscando confrontar o objeto do discurso (um determinado fato) com outros fatos que demonstrem a sua fragilidade e inconsistência frente à realidade. Assim, este tipo de censura se dirige a outros oradores cujos discursos partem de fatos passíveis de discussão e crítica, não podendo ser, portanto, base para argumentação acerca da questão levantada.

As modalidades de censuras *online* apresentadas aqui demonstram, como dito por Brandão (2011, p.60) a pluralidade da censura, seu potencial persuasivo e seu longo alcance amplificado pela fluidez da rede. Ao contrário da expressão popular que nomeia os discursos compartilhados nas redes sociais como o “tribunal da internet”, concluímos que estes espaços se configuram na verdade como um grande palco para o gênero epidíctico que, especialmente pela censura, negocia valores e regula comportamentos a partir do que é ou não aceitável, mantendo a coesão social também no meio virtual. Este olhar inicial para os discursos dados à censura nas redes sociais *online* abre possibilidades



para estudos mais aprofundados acerca desta dimensão do gênero, e da própria Retórica aplicada ao meio digital.

### Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Retórica*. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2005. 320 p.

[BARTHES, Roland. A Retórica Antiga. In: Cohen, Jean, et. al. \(Orgs\). Pesquisas de Retórica. Petrópolis, Editora Vozes, 1975, p.3-100.](#)

BRANDÃO, Helena Nagamine. O Discurso Epidítico: Emotividade, Persuasão e Ação. In: EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia M. P. (Orgs.). Análises do Discurso Hoje. Volume 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2011. p.47-67.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 6.ed. Tradução de Roneide Venâncio. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 698p.

CÍCERO, M.T. Do Orador. In: SCATOLIN, Adriano. A Invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de *Ad Familiares*. 2009. 308 f. Tese. (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-19022010-165443/pt-br.php> Acesso em: Abril de 2023.

LOURENÇO, Graciele Martins. A Retórica Clássica no Século XXI: um olhar sobre o Storytelling Organizacional. 2016. 136f. *Dissertação* (Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: [ret\\_rica\\_cl\\_ssica\\_no\\_s\\_culo\\_xxi\\_14.03.17.pdf\(ufmg.br\)](#) Acesso em: Abril 2023.

MENDES, Eliana Amarante de M. *Retórica para Iniciantes*. Apostila do Curso: A Retórica e sua Pedagogia. Belo Horizonte: Escola de Letras da UFMG, FALE, 2016. Não Publicado.

MOSCA, S. L. D., Lineide (Org). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. São Paulo: Humanitas, FFLHC/USP, 2001, 2ed. 198p.

PERELMAN, C.; OBLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 15-125.



Nº9 (2023)

56

CÍCERO, M.T. Partições Oratórias. In: PINHEIRO, Nídia, E. M. Cícero, *As Divisões Da Arte Oratória: Estudo e Tradução*. 2010. 116 f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes – Literaturas Clássicas) – Faculdade de Letras, Universidade Do Porto, Porto, 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56752> Acesso em: Abril de 2023.

QUINTILIANO, Marcus Fábio. *Instituições Oratórias*. Tradução [de] Jerônimo Soares Barboza. São Paulo: Cultura, 1944. 2v. 355p. (Série Clássica Universal)

SILVA, Bárbara Amaral; LOURENÇO, Graciele Martins. Um estudo sobre argumentação no Facebook da Paróquia Nossa Senhora da Divina Providência. *Revista ContraPonto*, vol. 04, n. 06. Belo Horizonte: PUC Minas, 2014. p.13-16. Disponível em: [v. 4 n. 6 \(2014\): Linguística | ContraPonto \(pucminas.br\)](#) Acesso em: Maio 2023.



## A Argumentação em Orações Religiosas Cristãs encenadas por Líderes Evangélicos

### Neopentecostais do Brasil

#### Argumentation in Christian Religious Prayers staged by Neo-Pentecostal Evangelical Leaders in Brazil

Max Silva da Rocha<sup>20</sup>

Universidade Federal do Piauí

João Benvindo de Moura<sup>21</sup>

Universidade Federal do Piauí

Deywid Wagner de Melo<sup>22</sup>

Universidade Federal de Alagoas

Eduardo Pantaleão de Morais<sup>23</sup>

Universidade Estadual de Alagoas

**Resumo:** Neste artigo, buscamos analisar as possíveis estratégias argumentativas utilizadas através de orações religiosas cristãs de linha evangélica, encenadas pelo Missionário Romildo Ribeiro Soares e pelo Apóstolo Valdemiro Santiago de Oliveira, que são dois líderes religiosos neopentecostais de grande expressividade no Brasil. As orações foram adquiridas nos canais oficiais pertencentes aos referidos pastores e, por meio delas, verificamos a formulação de diferentes sentidos que almejam, em última instância, persuadir e ampliar a adesão já conquistada em outros momentos diante do auditório a que se destina a argumentação desses líderes. Para ancorar as nossas análises, recorreremos ao instrumental teórico-metodológico dos estudos retóricos e discursivos da linguagem. A partir disso, esse trabalho nos permitiu identificar que o discurso, manifestado nas duas orações, cria imagens de si que suscitam a credibilidade dos oradores; engendra uma tipologia argumentativa forjada na autoridade do discurso teológico; desperta efeitos passionais que tentam tocar o terreno emocional do auditório. Esses procedimentos persuasivos atuam de modo a fazer com que o auditório acredite e realize ações coordenadas por meio do discurso do orador sacro, mesmo que tal discurso apresente manipulação ou qualquer tipo de engodo.

**Palavras-chave:** Argumentação. Discurso religioso. Pastores evangélicos do Brasil.

**Abstract:** In this article, we seek to analyze the possible argumentative strategies used through evangelical Christian religious prayers staged by Missionary Romildo Ribeiro Soares and Apostle Valdemiro Santiago de Oliveira, who are two neo-Pentecostal religious leaders of great expressiveness in Brazil. The prayers were acquired in the official channels belonging to these pastors and, through them, we verified the formulation of different meanings that aim, ultimately, to persuade and expand

<sup>20</sup> msrletras@ufpi.edu.br

<sup>21</sup> jbenvindo@ufpi.edu.br

<sup>22</sup> deywid@arapiraca.ufal.br

<sup>23</sup> eduardo.pantaleao@uneal.edu.br



the adhesion already won in other moments before the audience to which the argumentation of these leaders is addressed. To anchor our analyses, we resorted to the theoretical and methodological instruments of rhetorical and discursive language studies. Based on that, this work allowed us to identify that the discourse, manifested in the two prayers, creates images of self that arouse the credibility of the speakers; it engenders an argumentative typology forged in the authority of the theological discourse; it arouses passionate effects that try to touch the emotional ground of the audience. These persuasive procedures act in such a way as to make the audience believe and perform actions coordinated by the speech of the sacred speaker, even if such speech presents manipulation or any kind of lure.

**Keywords:** Argumentation. Religious discourse. Evangelical Pastors of Brazil.

## Introdução

No âmbito do discurso religioso cristão de vertente evangélica, temos um aglomerado de gêneros orais e escritos, a exemplo da ladainha, da prece, do sermão, da oração, do testemunho, da homilia (Rocha, 2022), entre outros. Como escolha genérica, este trabalho tem como principal objetivo analisar possíveis estratégias argumentativas utilizadas por pastores evangélicos em dois exemplares do gênero oração religiosa cristã, pertencente à modalidade de língua oral. Com isso, acreditamos que será possível reconhecer que aspectos retóricos e discursivos são elementos intercalados e atuam conjuntamente na construção de sentidos desse gênero da oralidade. Para esse feito, analisamos a própria situação retórica que propiciou o uso e o acontecimento das orações selecionadas no âmbito deste estudo.

A escolha por estudar o gênero oração religiosa cristã se deu porque é um gênero deveras importante na sociedade contemporânea, uma vez que chefes religiosos, cotidianamente, agem retoricamente a fim de empreender diferentes finalidades por meio do gênero em tela. Em virtude disso, consideramos que o movimento religioso neopentecostal<sup>24</sup> tem crescido abundantemente nos últimos anos e os pastores evangélicos têm uma enorme responsabilidade por esse crescimento, uma vez que se tornam “celebridades”. Por assim dizer, é necessário compreender “que o discurso religioso encontra-se na raiz da nossa constituição sociocultural e por isto está sempre presente no mundo contemporâneo” (Peña-Alfaro, 2005, p. 12), razão por que carece de estudos que possam mostrar o funcionamento retórico e discursivo desse tipo de discurso que tem grande potencial influenciador em nossa sociedade brasileira. No bojo desta cadeia de influência, aparecem as inúmeras estratégias

---

<sup>24</sup> Nos cultos das igrejas neopentecostais, temos “espaços que oferecem a oportunidade de expressar todo tipo de emoções nas orações, cantos e gestos. Assim, os cultos conseguem transmitir uma experiência de dignidade e de respeito a pessoas que normalmente são maltratadas por uma vida dura. Muitas vezes, são ajudadas por curas divinas ou por exorcismos, outras recebem motivação suficiente para romper com drogas e outros vícios” (Dreher, 2013, p.512).



argumentativas, também consideradas por Morais (2019), como Dispositivos Argumentativos, capazes de potencializar os discursos de ordem afetiva ou racional. “O conceito de Dispositivo Argumentativo foi desenvolvido, de modo a figurar todo mecanismo linguístico que serve de gatilho para a efetivação, sustentação e o fortalecimento do argumento” (Morais, 2019, p. 52).

Ademais, a primeira oração escolhida para a nossa análise tem como orador o Missionário Romildo Ribeiro Soares, que é fundador, líder e atual administrador da Igreja Internacional da Graças de Deus (doravante, IIGD). É uma instituição fundada na década de 1980 e que reúne mais de um milhão e meio de membros e mais de cinco mil templos espalhados por todo o Brasil, além de outros países pelo mundo afora. Essa igreja possui um canal próprio de TV aberta (RIT TV), além de estar na TV por assinatura. O próprio R. R. Soares tem cerca de quatrocentos mil inscritos em seu canal do *YouTube* e mais de quatrocentos e setenta mil seguidores no Instagram. Isso faz com que seus discursos sejam consumidos por uma grande audiência que escapa, às vezes, apenas dos seus próprios fiéis.

Já a segunda oração escolhida para análise tem como orador o conhecido Apóstolo Valdemiro Santiago, que é fundador, líder e atual administrador da Igreja Mundial do Poder de Deus (doravante, IMPD). Essa igreja surgiu no final da década de 1990 e, rapidamente, se espalhou pelo país. É uma instituição religiosa com mais de trezentos mil membros e com cerca de cinco mil templos espalhados pelo Brasil e por outros países do mundo. Essa instituição de vertente evangélica também possui um canal aberto (TV Mundial) e outro com o mesmo nome na plataforma virtual do *YouTube*, com mais de trezentos e trinta mil inscritos; ela também está presente em diversas operadoras de TV por assinatura. Valdemiro possui cerca de cento e noventa mil seguidores no Instagram e, vez ou outra, aparece em programas de TV de outras emissoras, a exemplo do SBT e da Rede TV!. É um chefe religioso muito ativo nas mídias de sua igreja, uma vez que, comumente, realiza longos cultos com transmissão ao vivo.

A partir dessas informações acima apresentadas, vemos dois oradores que têm uma grande audiência e influência social na vida das pessoas que fazem parte das referidas igrejas capitaneadas por eles. Entre outros gêneros, eles se utilizam da oração religiosa cristã para agirem retórica, discursiva e socialmente em determinados momentos do culto que realizam em suas instituições. Quando proferem as orações, produzem diferentes sentidos, cuja finalidade não se reduz a um ou outro propósito, mas sim a diversos propósitos comunicativos. Às vezes, oram para confortar as pessoas, para convencê-las ou persuadi-las a aceitar alguma proposição posta ao assentimento, para solicitar a cura dos membros da igreja, além de outros objetivos, como será possível observar nos momentos de análise mais à frente.

É importante considerar que não apenas as pessoas que estão no templo constituem a audiência desses oradores, mas também as que os acompanham virtualmente. Devido o advento tecnológico, “o discurso religioso tradicional foi modificado e novas práticas sociais são desenvolvidas, o que acarreta modificações nas relações sociais” (Peña-Alfaro, 2005, p. 19). Desse modo, até as pessoas que estão



em casa assistindo pela televisão ou por meio de outro tipo de suporte tecnológico poderão ser convencidas, persuadidas por alguma proposição apresentada por meio do gênero discursivo oração religiosa cristã.

Sobre as questões metodológicas que ancoram este trabalho, afirmamos que se trata de uma pesquisa de natureza básica, de abordagem qualitativa, com fontes de informação primária e com objetivos descritivos, explicativos e interpretativos (Paiva, 2019). As orações selecionadas foram adquiridas por meio da plataforma virtual do *YouTube*. De posse desse material, procedemos às transcrições de acordo com as normas específicas dos estudos conversacionais. Ambas as orações estão disponíveis de forma gratuita e pública e qualquer pessoa pode ter acesso na íntegra. Elas foram proferidas pelos já mencionados oradores no ano de 2021. O contexto de produção se deu em meio à pandemia da covid-19 e, por isso, em alguns momentos, será possível perceber a menção ao coronavírus.

Além das considerações iniciais, finais e referências bibliográficas, o nosso trabalho está dividido em duas grandes seções assim delineadas: a primeira aborda um percurso teórico sobre os estudos retóricos e discursivos da linguagem, pontuando alguns aspectos imprescindíveis dessa perspectiva teórica a que nos filiamos; a segunda apresenta considerações sobre as análises nos dois exemplares do gênero oração, enfatizando a tríade *ethos*, *logos* e *pathos*. Certamente, este trabalho propiciará, de algum modo, uma contribuição, à luz dos estudos retóricos e discursivos, acerca de estratégias argumentativas do gênero oração religiosa cristã em sua modalidade oral, efetivado em denominações religiosas cristãs neopentecostais aqui do Brasil.

## 1 Os estudos retórico-discursivos da linguagem

Ancorados nos estudos retóricos e discursivos da linguagem, entendemos que é possível lançar mão de categorias dessas áreas disciplinares a fim de analisar de que maneira são utilizadas estratégias persuasivas em orações cristãs, realizadas por renomados líderes religiosos evangélicos brasileiros durante as suas celebrações sacras. Quando pensamos a retórica, é necessário destacar que recorreremos, precipuamente, às contribuições de Aristóteles (2011) e, depois, de outros teóricos, a exemplo de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), considerados os pioneiros que realizaram um verdadeiro resgate dos estudos retóricos da linguagem, adicionando novas informações como, por exemplo, uma exaustiva tipologia argumentativa, dividida em quatro grandes grupos de argumentos por ligação e dissociação, os quais servem de comprovações para a argumentação do orador ante o seu auditório.

Ao mencionar os estudos discursivos da linguagem não queremos dizer com isso que nos filiamos a uma perspectiva materialista, ao contrário, centramos as nossas forças teóricas em uma análise do discurso mais contemporânea, cuja formulação compreende que o sujeito enunciador possui intencionalidade, mesmo que esta não seja totalmente controlada por ele. Nesse sentido, é de nosso



interesse seguir as teorizações preconizadas por Charaudeau (2019), haja vista a discussão sobre o ato de linguagem e o quadro comunicacional. Também consideramos sobremaneira relevante os estudos realizados por Maingueneau (2020), ao tecer uma rica discussão acerca do *ethos* na análise do discurso. Não menos importante ainda são as contribuições de Amossy (2020), uma vez que insere a argumentação no quadro teórico da análise do discurso. Por tudo isso, resolvemos estabelecer um diálogo com esses autores, objetivando analisar as orações religiosas cristãs selecionadas.

Partimos, inicialmente, da ideia de que a teoria retórica é mesmo uma arte de persuadir o outro por meio do discurso (Reboul, 2004). O próprio filósofo grego afirmou: “pode-se definir a retórica como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de propósito para criar a persuasão. Nenhuma outra arte possui tal função” (Aristóteles, 2011, p. 44). Nessa esteira aristotélica, descobrir o que é adequado para persuadir é a grande tarefa que realiza a retórica. Essa disciplina de diacronia milenar mostra de que maneira elementos persuasivos são utilizados no discurso e como engendram diferentes efeitos de sentido que podem, de uma maneira ou de outra, influenciar as crenças e as opiniões de sujeitos. A retórica tem o poder de convencer (no terreno racional) e persuadir (no terreno emocional).

Para Abreu (2009), essa dupla função não é dicotômica, nem conflituosa, ao contrário, permanece imbricada e, às vezes, é indissociável. Mesmo assim, entendemos que o convencimento trabalha no sentido de fazer com que o outro pense como nós; já a persuasão almeja que o outro realize as ações que desejamos que ele realize. Assim sendo, para conseguir persuadir o orador precisa projetar uma imagem crível de si; necessita criar um discurso que possa ser confiável diante de seu auditório social; e carece despertar paixões que comovam e tornem o seu auditório dócil. São dessas características que emerge a famosa tríade retórica aristotélica, composta pelo *ethos*, *logos* e *pathos*, que é responsável por constituir as bases sólidas de um discurso de característica argumentativa.

Esses três elementos apresentados dessa maneira são a mola propulsora da teoria retórica, uma vez que representam os alicerces da argumentação. O primeiro está para o orador, o segundo para o discurso e o terceiro para o auditório. “Há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espíritos; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar” (Aristóteles, 2011, p. 45). O mestre grego ainda afirma que se um desses aspectos falhar, o orador poderá colocar todo o seu projeto de influência a perder. Portanto, esses três mosqueteiros da ação retórica carecem estar bem articulados, para que seja possível conquistar a adesão do auditório, uma vez que “a partir do momento em que argumentamos acerca de um objeto do mundo, estamos tentando influenciar alguém, buscando inseri-lo em um quadro específico de crenças e convicções possíveis no interior de uma determinada comunidade de fala” (Moura, 2020, p. 49).

Conceitualmente, o *ethos* refere-se à construção da imagem de si que o orador apresenta antes e no momento de sua argumentação. Para Aristóteles (2011, p. 45), “a persuasão é obtida graças ao



N°9 (2023)

caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito”. Consoante Barthes (2001, p. 78), “o *ethos* é, no sentido próprio, uma conotação: o orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, diz: eu sou isto, não sou aquilo”. Já Amossy (2019, p. 9) preleciona que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. De acordo com Charaudeau (2018, p. 118), “o *ethos* é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem”. Conforme o entendimento de Maingueneau (2020, p. 13), temos que “o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma ‘imagem’ do locutor exterior a sua fala”.

Como podemos visualizar nessas definições, a prova retórica pelo *ethos* caminha numa mesma direção: trata-se de uma imagem, um caráter, uma moral que o orador engendra através do discurso com o objetivo de conquistar a sua audiência. Caminhando nessa linha de raciocínio, há de se considerar a existência de um *Macroethos*, isto é a existência de vários *ethé* que ligam-se à imagem do orador por haver certa semelhança entre tais imagens. A esse respeito, Morais (2019, p. 72-73, grifo do autor) considera que “o *Macroethos* racional é uma categoria maior, em que as demais se inserem, sendo um caráter que remete a outras categorias menores de *ethos*, como ao de verdadeiro, de imperativo, de autoridade e a outros”. Notadamente, essas características fazem-se presentes na figura de líderes religiosos, em sua maioria. Mesmo com conceituações que apresentam diferenças aqui e ali entre os autores mencionados, assumimos que todas elas se voltam ao fio condutor aristotélico, uma vez que é na retórica que encontramos as primícias acerca da referida categoria. Sabemos, no entanto, que não vivemos mais no mundo grego de XXV séculos atrás, mas concordamos que a retórica é uma disciplina atemporal e que as novas formulações da análise do discurso são de grande valia para ampliar esses conceitos, ampliando ainda mais o seu alcance teórico e analítico.

No que concerne ao *logos*, para Aristóteles (2011, p. 46), “enfim, a persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta”. Já para Mateus (2018, p. 108), “o *logos* indica, assim, as provas discursivas, argumentativas e racionais provenientes de um raciocínio coerente. Estas provas artísticas dizem respeito ao modo como os indivíduos alegam ou objetam algum assunto prático”. E como preconiza Meyer (2007, p. 27), “o *lógos* pode agradar, comover, instruir, mas também convencer por meio de argumentos”. Diz respeito, desse modo, ao encadeamento de argumentos no discurso.

Com base nessas explicações, entendemos que a categoria do *logos* representa o conjunto de técnicas argumentativas (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014) que o orador utiliza no momento de sua enunciação. Como ele terá de se adaptar ao seu auditório idealizado, sondar as crenças, os valores e os ânimos dos seus ouvintes, isso fará com que o orador selecione determinados argumentos ao invés de outros. Para tanto, recorrerá a uma espécie de celeiro virtual ou lugares da argumentação, construído



em sua memória a fim de comprovar cada ato retórico encenado. O mau uso dos argumentos poderá fazer desmoronar todo o empreendimento argumentativo, razão por que se atesta a importância do *logos*.

No tocante ao *pathos*, o mestre Aristóteles (2011, p. 45) defende que “a persuasão pode ser obtida através dos ouvintes quando o discurso afeta suas emoções; com efeito, os julgamentos que emitimos variam segundo experimentamos sentimentos de angústia, ou júbilo, amizade ou hostilidade”. Conforme o entendimento de Mateus (2018, p. 110), “o *pathos* é uma arma poderosa. Emoções como medo, raiva, vergonha ou piedade podem ser usadas como provas artísticas capazes de despertar impressões persuasivas”. Para Figueiredo (2020, p. 40-41), “a instância do *pathos* se refere ao auditório e ao conjunto de emoções nele presentes. Como mencionado, um discurso ganha poder persuasivo quando o orador consegue, para além do campo racional, atingir habilmente o terreno passional de seu auditório”, acessando a um conjunto de valores que esteja no campo da disponibilidade.

As teorizações acima atestam a noção de que o *pathos* se refere ao conjunto de emoções ou paixões que o orador pretende despertar em seu auditório. Concordamos com Mosca (2017, p. 16) quando afirma que “em nossos dias, não se pode discutir o processo da argumentação, sem que se trate da função que as emoções nele desempenham”. As paixões, quando são despertadas de maneira estratégica e eficaz pelo orador, têm o potencial de levar o auditório ao assentimento de alguma proposta em discussão. No universo religioso cristão de esfera evangélica, por exemplo, o uso argumentativo de paixões é exacerbado pelos oradores com objetivos comunicativos diversos. As paixões cumprem o papel de suscitar diferentes sensações que provocam no auditório dor ou prazer, haja vista que “nos afetos, os enunciados projetam intenções de sentimentos variados, sobretudo, aqueles que despertam a raiva, a misericórdia, a esperança, a alegria, a revolta, entre outros” (Morais, 2019, p. 76).

Postas essas questões teóricas, iremos adentrar em nossa análise, a fim de, especificamente, identificar e interpretar os possíveis elementos retóricos e discursivos que foram utilizados pelos líderes evangélicos, objetivando influenciar o auditório visado que é composto, predominantemente, pelos fiéis da IIGD e IMPD. Centraremos nosso gesto analítico, sobretudo, na tríade *ethos*, *logos* e *pathos*, uma vez que representa as bases da arquitetura retórica e subsidia a nossa análise retórico-discursiva. As orações religiosas cristãs evangélicas destacadas neste trabalho estão recheadas de efeitos de sentido que mostram as possíveis crenças que são defendidas pelos oradores religiosos que pretendem manter, ampliar e conquistar novos fiéis para o rebanho eclesiástico, aumentando, dessa maneira, o número de dízimos, ofertas, votos, além de inúmeras campanhas que visam arrecadações.

## 2 Análise retórico-discursiva em orações religiosas cristãs evangélicas



Nº9 (2023)

Nesta seção, apresentamos as análises sobre os possíveis elementos persuasivos presentes em dois exemplares do gênero oração religiosa cristã encontrada na modalidade de língua oral. A seguir, temos a primeira oração e, em seguida, o procedimento analítico.

## 2.1 A oração do Missionário R. R. Soares<sup>25</sup> (IIGD)

Pai eu entro em oração agora pra abençoar todas as pessoas que aqui vieram... essa casa tá se tornando oh Deus o local das bênçãos das pessoas... tem gente que é meio acanhado tire esse acanhamento... e não dá o testemunho pai... eu quero TODO MUNDO curado... feliz... eu não quero que um saia daqui triste ao contrário... cada reunião que nós tivermos fazendo aqui o senhor vai trazer o povo do norte do sul do leste do oeste... e vai operar eu quero o povo levantando a cabeça voltando a viver... voltando a cantar e nada de ficar escondido dentro de casa com medo do covid... que quando o bicho quer entrar ele entra em qualquer lugar... mas ele tá AMARRADO EM NOME DE JESUS... e não vai entrar coisa nenhuma... agora Deus eu vou usar o teu poder pra abençoar essas pessoas em o NOME DE JESUS CRISTO eu paraliso TODA a ação do inimigo na sua vida e digo a você espírito da doença espírito da enfermidade... eu estou exigindo agora... eu estou mandando... manda meu irmão que esse mal vai sair agora... eu estou repreendendo em NOME de CRISTO... não vai poder ficar não vai permanecer... é hora agora não fica olhando pro lado não eu tô orando por você ora agora... eu tô mandando esse mal embora... A BRIGA É MINHA COM O DEMÔNIO... concentre a sua fé LIGUE-SE EM DEUS que o poder do ESPÍRITO SAN-TO vai passar em SUA VI-DA e vai curar agora... Pai eu oro por essa pessoa que tá com mal na garganta... mal sério oh Deus... ela vai ficar livre agora assim como o Senhor lá em fortaleza curou aquela mulé de tendinite num grau ELEVADÍ-SSIMO... de doença mas Deus agora ela está LIVRE... essa pessoa vai sair esse mal agora eu estou agora dizendo em nome de Jesus... dor enfermidade atrite artrose tendinite bursite desde o alto da cabeça até a planta dos pés... saia... vá embora... vá embora dos dedos dos pés também agora... nada de um dedo encavalado no outro não demônio... sai daí agora vá embora é agora e una-se comigo... todo mal sai agora EM NOME DE JESUS... (Fonte: Oração realizada durante um culto do Missionário R. R. Soares, na Igreja Internacional da Graça de Deus, em 09/11/2021).

Nesta oração em tela, temos o orador Missionário R. R. Soares que, por meio do gênero oração religiosa cristã, age retoricamente diante de sua audiência, constituída por fiéis presentes no templo e outros apenas virtuais, pertencentes à igreja desse chefe religioso. Em Alves Filho (2011, p. 137), vemos que esse autor coloca a oração como um gênero discursivo e que é comumente utilizado com o propósito comunicativo de confortar. Concordamos parcialmente com a afirmação desse teórico, uma vez que a oração também pode, em certas ocasiões, se prestar a esse propósito. No entanto, ela não se resume em apenas confortar, mas também a propósitos outros que podem apresentar diferentes finalidades como veremos mais à frente por ocasião do nosso momento de análise retórico-discursiva.

<sup>25</sup> A oração na íntegra está disponível no seguinte endereço eletrônico: [https://www.youtube.com/watch?v=YZGiouArZsA&ab\\_channel=Mission%C3%A1rioRRSoares](https://www.youtube.com/watch?v=YZGiouArZsA&ab_channel=Mission%C3%A1rioRRSoares). Acesso em 25 de set. 2022.



Inicialmente, nesta oração, o líder religioso postula o seguinte: “Pai eu entro em oração agora pra abençoar todas as pessoas que aqui vieram...”. A partir dessa enunciação, fica bastante claro nesse pequeno ato retórico da oração religiosa que o orador utiliza a prece com o fito de abençoar as pessoas que foram até o templo religioso. Por meio do verbo “abençoar”, notamos que o orador apresenta um *ethos* que possui um lugar de legitimidade e também legitimação, a fim de prover uma bênção às pessoas que se fizeram presentes na referida denominação religiosa que R. R. Soares preside. Como sabemos, o próprio orador é o fundador, líder e atual administrador dessa instituição e isso mostra o potencial ideológico que está por trás desses dizeres. Assim, o orador, discursivamente, revela possuir uma voz autorizada por Deus, capaz de prover bênçãos aos seus inúmeros seguidores presentes ou distantes.

Adiante, o missionário apresenta um outro objetivo que, certamente, está implícito em seu discurso, quando ressalta: “essa casa tá se tornando oh Deus o local das bênçãos das pessoas... tem gente que é meio acanhado tire esse acanhamento... e não dá o testemunho pai...”. Como podemos verificar, o orador lança mão da oração para manifestar a sua crítica ao comportamento de alguns fiéis que são “acanhados” e não dão o “testemunho” na igreja. Nesse sentido, como o orador não pode, por si próprio, resolver tal problemática, ele recorre ao gênero oração com o propósito de criticar esses comportamentos que, segundo esse líder religioso, são reprováveis em sua instituição religiosa, já que o testemunho, por exemplo, serve para declarar as bênçãos recebidas. Podemos pensar aqui na possibilidade de o orador despertar no auditório a paixão da desvergonha, a fim de que este possa ser mais participativo no culto. Permitir aos fiéis contar os testemunhos é um dos métodos principais das igrejas neopentecostais, uma vez que tal prática endossa mais ainda a credibilidade da igreja e do líder que a preside.

Notamos que o Missionário R. R. Soares se dirige incisivamente à sua audiência, uma vez que ele representa a maior liderança que esse auditório confia. Por meio de um novo objetivo comunicativo, desta vez ancorado na construção de um *ethos*, ou seja, apresentando uma imagem positiva de si mesmo como uma espécie de guia-profeta, capaz de solver os infortúnios que acometem a vida dos membros de sua igreja, ele afirma: “eu quero TODO MUNDO curado... feliz... eu não quero que um saia daqui triste ao contrário... cada reunião que nós tivermos fazendo aqui o senhor vai trazer o povo do norte do sul do leste do oeste...”. Constatamos, nesse ato retórico, que o orador recorre ao argumento da inclusão da parte (pontos cardeais) no todo (território brasileiro), uma vez que defende a ideia de que pessoas de diferentes pontos e lugares do Brasil precisam estar presentes nas reuniões da IIGD para que elas possam ser curadas durante as reuniões e, por conseguinte, fiquem felizes. A garantia da cura está justamente relacionada ao poder da oração proferida por R. R. Soares, que se apresenta como um homem ungido por Deus, separado para abençoar e trazer curas aos que padecem de males.

O uso da expressão encapsuladora “TODO MUNDO” cria a ideia de que o orador é alguém inclusivo, que se importa com todos e não apenas com alguns dos seus seguidores. Diante do exposto,



ele se autopromove e endossa mais ainda essa construção do *ethos* como alguém que é inclusivo, acolhedor, um líder por excelência que pastoreia as suas ovelhas. Com um discurso deveras subjetivo e emocional, fundamentado em aspectos da oralidade, esse ministro evangélico apresenta zelo e cuidado por seus adeptos, razão por que podemos falar em um objetivo que está implícito nesta oração religiosa cristã: estabelecer laços de amizade com as pessoas que fazem parte da referida igreja, para que elas possam ver nele um *ethos* de líder religioso, capaz de conduzi-los à cura, à felicidade e, sobretudo, a Deus, razão por que vislumbramos aqui os efeitos possíveis que o *pathos* pode despertar nesse auditório cristão através da paixão da amizade, estabelecendo laços passionais que persuadem.

Na sequência dessa oração, o líder da IIGD continua procurando suscitar a paixão da amizade em sua audiência, mas logo após isso vemos uma crítica ferrenha à atitude de seus fiéis ante à pandemia da covid-19, quando salienta: “e vai operar eu quero o povo levantando a cabeça voltando a viver... voltando a cantar e nada de ficar escondido dentro de casa com medo do covid... que quando o bicho quer entrar ele entra em qualquer lugar... mas ele tá AMARRADO EM NOME DE JESUS... e não vai entrar coisa nenhuma...”. Nesse ato retórico, o orador critica as atitudes provenientes do isolamento e do distanciamento sociais em virtude do coronavírus, o qual, na data dessa oração, já havia ceifado a vida de mais de 614 mil pessoas apenas no Brasil. Por meio do argumento de autoridade, recorrendo ao nome de Jesus, o orador sacro postula que o vírus letal estaria “amarrado”, ou seja, impossibilitado de causar quaisquer tipos de infortúnios aos fiéis. Além disso, o orador tenta anular a paixão do medo que naquele momento poderia estar acometendo o auditório e a substitui pela paixão da confiança, no sentido de que a crença em Deus seria o suficiente para se livrar do vírus e da contaminação.

Um fato curioso é que o próprio Missionário R. R. Soares, um homem idoso e do grupo de risco, foi acometido por essa doença letal e quase veio a óbito em meados do ano de 2021. Mesmo assim, por meio da oração, ele ordena para que as pessoas não fiquem em casa com medo da covid-19. Outro episódio polêmico se deu com a venda de água consagrada pelo referido líder religioso. Ele afirmou que tal líquido poderia curar o coronavírus. Então, além das tentativas de criticar e ordenar, ele se utiliza de mais uma, confortar, pois o vírus, graças à oração proferida pelo líder evangélico, está amarrado e não vai entrar nas casas das pessoas, razão por que poderão sentir tranquilidade, mas não poderão, em hipótese alguma, deixar de frequentar a igreja do Missionário evangélico. Entendemos que a insistência para que as pessoas não deixassem de frequentar a igreja ocorre, sobretudo, por causa dos dízimos, ofertas, votos, campanhas, ou seja, a arrecadação financeira seria prejudicada drasticamente, comprometendo severamente as finanças da IIGD. Isso explica as atitudes vociferadas do orador, a fim de não permitir a escassez econômica em sua denominação, mesmo que tal atitude pudesse ir contra as questões sanitárias e comprometer a vida de muitas pessoas que iam aos cultos.

No andamento dessa oração, o líder religioso novamente se autopromove, despertando uma imagem de si (*ethos*) como alguém que tem uma íntima relação com Deus, chegando, até mesmo a utilizar-se do poder divino. Ele enuncia: “agora Deus eu vou usar o teu poder pra abençoar essas



peças em o NOME DE JESUS CRISTO eu paraliso TODA a ação do inimigo na sua vida e digo a você espírito da doença espírito da enfermidade... eu estou exigindo agora... eu estou mandando...". Como verificamos, além de abençoar as pessoas, R. R. Soares novamente evoca a ação de ordenar, pois ele, enquanto chefe religioso, ordena que o mal saia da vida das pessoas. Para isso, se serve do nome de Jesus como forma de argumento de autoridade, cuja função é comprovar essa enunciação diante de sua audiência. O nome de Jesus representa, dentro da Religião Cristã, um lugar de autoridade, de prestígio. Também podemos pensar nas paixões do amor, da compaixão, da benevolência, da amizade, uma vez que o orador pede a Deus em favor de seus fiéis, demonstrando, desse modo, um cuidado por eles. Todavia, isso entra em choque, pois, como vimos, o mesmo orador, nessa oração, ataca o isolamento social, objetivando fazer com que as pessoas saíssem de casa e fossem para a igreja.

Um pouco mais à frente, o orador ordena e orienta o comportamento de seus seguidores por ocasião da expulsão do mal de suas vidas. Ele assevera: “manda meu irmão que esse mal vai sair agora... eu estou repreendendo em NOME de CRISTO... não vai poder ficar não vai permanecer... é hora agora não fica olhando pro lado não eu tô orando por você ora agora... eu tô mandando esse mal embora... A BRIGA É MINHA COM O DEMÔNIO... concentre a sua fé LIGUE-SE EM DEUS que o poder do ESPÍRITO SAN-TO vai passar em SUA VI-DA e vai curar agora...”. Em um primeiro momento, verificamos que o orador ordena e orienta o comportamento dos fiéis para que eles também ajam, ou seja, participem na coconstrução da oração em tela. Em um segundo momento, o líder religioso lança uma crítica contra as pessoas que estão desatentas, justamente no momento exato da oração em que se espera que os membros estejam concentrados. Em um terceiro momento, o orador novamente se autopromove como alguém que é capaz de brigar com o demônio e até mesmo vencê-lo. Assim, por meio dessa enunciação, é formulado um *ethos* de um líder religioso com poderes sobrenaturais como se fosse um senhor da guerra espiritual, capaz de libertar os fiéis de possíveis mazelas que possam lhes afligir severamente, sobretudo, na saúde física e espiritual, causadas pelo demônio. O orador recorre ao argumento de autoridade, engendrado através dos nomes de Cristo e do Espírito Santo, a fim de comprovar diante do auditório a sua ligação direta com as crenças da religião cristã.

No trecho seguinte, o religioso evangélico relata e aprecia as doenças que acometem a vida das pessoas. Ele lança: “Pai eu oro por essa pessoa que tá com mal na garganta... mal sério oh Deus... ela vai ficar livre agora assim como o Senhor lá em fortaleza curou aquela mulé de tendinite num grau ELEVADÍ-SSIMO... de doença mas Deus agora ela está LIVRE... essa pessoa vai sair esse mal agora eu estou agora dizendo em nome de Jesus...”. Reconhecemos aqui que o orador relata os problemas de saúde, aprecia como problemas sérios e afirma que tal pessoa será curada. O Missionário R. R. Soares narra um acontecimento passado, com o objetivo de trazer à tona um exemplo do que aconteceu com uma mulher, a qual foi curada de tendinite. O argumento pelo exemplo serve como prova, ou seja, do mesmo modo que a cura veio para uma pessoa, também poderá vir para outras que participam da



oração e acreditam que Deus poderá ouvir o clamor realizado por esse líder evangélico. Os efeitos passionais estão aflorados, uma vez que o orador apresenta uma preocupação com a saúde de seu povo, demonstrando, desse modo, cuidado, zelo, amizade, piedade, compaixão, amor. O auditório poderá enxergar em R. R. Soares um grande líder que se preocupa demais com seus fiéis.

Nesse sentido, trazer exemplos para essa oração é, certamente, uma estratégia argumentativa que esse chefe religioso utiliza. Consciente ou não do poder persuasivo, o fato é que a argumentação pelo exemplo tem o poder de angariar a adesão de um auditório. No final desse ato argumentativo, o orador evoca, mais uma vez, sua autopromoção, uma vez que se apresenta como alguém que está dizendo que o mal vai sair através de sua ordenança. Destarte, podemos afirmar que essa formulação está arraigada à construção de um *ethos* como alguém que realmente é capaz de expulsar o mal da vida das pessoas, mas tudo isso “em nome de Jesus”. As vias de acesso ao sentido desses atos retóricos se dão por meio dos argumentos que são encadeados. Sem eles, provavelmente, o auditório não creditaria confiança no orador e a argumentação desmoronaria por completa.

Finalmente, no último momento retórico dessa oração, o orador enuncia: “dor enfermidade atrite artrose tendinite bursite desde o alto da cabeça até a planta dos pés... saia... vá embora... vá embora dos dedos dos pés também agora... nada de um dedo encavalado no outro não demônio... sai daí agora vá embora é agora e una-se comigo... todo mal sai agora EM NOME DE JESUS...”. Verificamos que o orador almeja expulsar o mal da vida das pessoas que estavam presentes no templo ou de modo virtual. Antes mesmo de ordenar a expulsão, o religioso relata cada doença que ele almeja expulsar. Além disso, coloca a culpa no demônio, como sendo o principal responsável por tais enfermidades, por isso que este deve ser expulso da vida dos fiéis, para que seja possível recuperar a saúde. Como o gênero oração é uma ação retórica, o orador age de acordo com o estatuto permitido nesse gênero. É no momento da oração que se busca a cura, a libertação, o conforto, as bênçãos, a prosperidade, entre outros propósitos.

O chefe religioso ordena que seus adeptos unam-se com ele nesse momento de oração, ao passo que entrega a oração em nome de Jesus, razão pela qual cria-se uma ideia de que o Missionário R. R. Soares acredita em um possível poder vindo da parte de Jesus, mas também se coloca como um chefe religioso que tem a legitimidade de expurgar o mal. O argumento de autoridade evocado atesta o poder da oração, já que o nome de Jesus representa o nome mais importante no seio da religião cristã. Sabendo disso, o orador se adapta ao seu auditório e atua de modo a conquistar a confiança dos seus ouvintes custe o que custar. Portanto, a argumentação em tela trilha caminhos que efetivam a construção do *ethos*, outorgando credibilidade ao orador; do *pathos*, despertando efeitos passionais que podem, de um modo ou de outro, influenciar as crenças e as ações desse auditório; e do *logos*, comprovando a argumentação por meio de procedimentos que versam sobre a autoridade, a voz autorizada no discurso.



## 2.2 A oração do Apóstolo Valdemiro Santiago<sup>26</sup> (IMPD)

Nós entramos em oração na tua presença Senhor... oramos ao Deus do céu como disse Daniel o teu filho... só a ti porque do Senhor vem a salvação... do Senhor vem o socorro... do Senhor vem o livramento venha vida luz... a luz está no Senhor... e o teu povo veio te servir... e pedir os teus cuidados... pedir a cura... a libertação... a abertura das portas... porque tá aprovado que no louvor... na oração as portas se abrem... então toca neles Pai... toca no que está no limite... toca não que está na dor... na angústia na depressão na humilhação... passando privações... passando vergonha opróbrio... meu Deus ouça nossa oração... meu Pai... a tua promessa... é para aqueles que te servem que te seguem... a tua palavra diz os que me servem... eu honrarei... então meu Pai responda e faz o teu povo sair daqui hoje transformado abençoado... restaurado toca neles Senhor... toca na criatura que vem buscar pelo filho... a mãe... ora pelo filho drogado alcoólatra... o pai de família pede portas abertas... muitos pedem a cura... a cura do câncer... do coronavírus da lepra... a cura do reumatismo da infecção... do tumor no cérebro... do cisto do mioma... da úlcera gastrite... da leucemia... meu Deus das dores nos músculos nos ossos o desgaste dos ossos... a contaminação do sangue... meu pai restaura o teu povo... prospera a vida deles... como no deserto o Senhor providenciou recursos trazendo o maná... e depois as codornizes... então faça Pai o improvável o impossível... acontecer... provoca mudanças na vida do teu povo dos seus filhos... que o mundo veja que não somos órfãos... que não louvamos oramos adoramos em vão... não Senhor... sabemos muito bem quem temos crido... conhecemos um Deus... o Deus que tudo faz... por isso Pai entregamos nas suas mãos... e repreendemos o espírito de morte... o espírito de loucura... o espírito de dor de desânimo... Satanás você que quer fazer essa pessoa desistir da fé... você que tenta abalar a estrutura a fé dessa criatura... eu dou ordem a você que vá embora... ESPÍRITO MALIGNO vai embora... o mal vai embora... a igreja receba a vitória... receba a cura a libertação... a mudança a transformação... diga eu recebo... em nome de Jesus... amém... glorifica o Senhor... (Fonte: Oração realizada durante um culto do Apóstolo Valdemiro Santiago, na Igreja Mundial do Poder de Deus, em 18/04/2021).

Esta segunda oração tem como orador o conhecido Apóstolo Valdemiro Santiago, que é fundador, líder e atual administrador da IMPD. Ele é dissidente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada, liderada e administrada pelo Bispo Edir Macedo. Em um de seus cultos religiosos neopentecostais, Valdemiro Santiago realizou a oração destacada para agir retoricamente sobre seus adeptos. Durante o uso desse gênero da oralidade, constatamos algumas interpelações que, certamente, propiciam diferentes efeitos de sentido por meio do referido gênero oral.

Como vemos, inicialmente, o Apóstolo Valdemiro Santiago se utiliza dessa oração com o fito de enaltecer o poder de Deus, ao enunciar: “Nós entramos em oração na tua presença Senhor... oramos ao Deus do céu como disse Daniel o teu filho... só a ti porque do Senhor vem a salvação...”. Notamos que o apóstolo brasileiro vai pontuando os atributos da referida Divindade cristã, cultuada por esse chefe religioso e também por seus seguidores da IMPD. Para isso, esse líder evangélico busca fundamentar a sua argumentação por meio de um argumento de autoridade, baseado em um documento escrito, visto que cita o profeta Daniel, o qual possui um livro escrito no Antigo Testamento do cânon

<sup>26</sup> A oração na íntegra está disponível no seguinte endereço eletrônico: [https://www.youtube.com/watch?v=PAP-g8qgRNY&ab\\_channel=BISPOCASTELO](https://www.youtube.com/watch?v=PAP-g8qgRNY&ab_channel=BISPOCASTELO). Acesso em 01 de nov. 2022.



bíblico. Essa enunciação comprobatória de uma voz autorizada se apresenta como ônus da prova nesse discurso. Ademais, o orador enaltece a Deus, ao falar de salvação, socorro, livramento, ou seja, elementos que, especificamente nessa oração, estão associados diretamente a essa Divindade tão cultuada na religião cristã, uma vez que Deus tem o poder para conceder ao povo tais benesses.

Em seguida, o orador tem a finalidade de apresentar a Deus os pedidos dos fiéis da IMPD, os quais estão precisando da ajuda divina para a aquisição de libertação, cura, abertura de portas, entre outras possíveis benfeitorias provindas do campo espiritual, sobrenatural: “o teu povo veio te servir... e pedir os teus cuidados... pedir a cura... a libertação... a abertura das portas...”. Provavelmente, o Apóstolo Valdemiro Santiago, ao enunciar dessa maneira e por meio dessa oração, busca fazer com que Deus atenda os pedidos realizados por meio desse líder religioso, o qual tem, diante de seus seguidores, credibilidade e legitimidade para tal ato retórico, ao ponto de ser considerado alguém bem próximo e bem íntimo de Deus, uma vez que não é neutra a nomenclatura de Apóstolo, como se fosse um dos doze discípulos de Jesus. Isso faz com que o *ethos* de profeta de Deus, de homem escolhido e separado para uma missão espiritual interpele o auditório para acreditar na unção apostólica que é atribuída a Valdemiro Santiago. No mesmo excerto, o orador dramatiza, uma vez que clama a Deus para obter provisões para os seus fiéis da IMPD, suscitando, assim, efeitos passionais possíveis, por exemplo, da paixão da amizade, do amor, da benevolência, da caridade, da compaixão.

No momento argumentativo seguinte, percebemos que o orador passa a exigir de Deus a cura das pessoas, as quais se encontram em momentos sobremaneira difíceis ocasionados pela dor, depressão, humilhação, privações, vergonha: “então toca neles Pai... toca no que está no limite... toca não que está na dor... na angústia na depressão na humilhação... passando privações... passando vergonha opróbrio...”. Com isso, também vislumbramos que é objetivo do líder evangélico orar pelas pessoas que estão enfermas, para que elas sejam curadas desses males que assolam os fiéis da IMPD. Com efeito, como a oração é para que Deus ajude os membros da igreja de Valdemiro Santiago, podemos falar que, implicitamente, esse Apóstolo visa, por meio dessa oração, estabelecer laços passionais que suscitem a paixão da amizade com as pessoas, com seus fiéis, pois ele provavelmente se preocupa com as mazelas que lhes acometem, motivo pelo qual procede à oração religiosa, que é dirigida a Deus, para que haja mudança de vida, cura, milagres, libertações e prosperidade. Por meio do *ethos* de profeta de Deus, engendra os efeitos oriundos do *pathos*, uma vez que o orador em tela clama a Deus para curar as pessoas e essa atitude poderá despertar paixões ante o seu auditório, estabelecendo imagens positivas do orador, como um pastor que realmente se preocupa com as suas ovelhas.

Adiante, verificamos que, novamente, o orador almeja fundamentar sua argumentação de forma comprobatória, ao prelecionar que: “a tua palavra diz os que me servem... eu honrarei... então meu Pai responda e faz o teu povo sair daqui hoje transformado abençoado...”, ou seja, o orador recorre a um argumento de autoridade para comprovar a sua enunciação. Essa expressão “a tua palavra diz”



está remetendo à Bíblia Sagrada que, no meio cristão, é considerada, comumente, como sendo a Palavra infalível de Deus. Em seguida, constatamos que o Apóstolo ora para que Deus possa restaurar as pessoas que estão passando por momentos difíceis. O orador relata as doenças que acometem as pessoas, para que Deus possa curá-las: “muitos pedem a cura... a cura do câncer... do coronavírus da lepra... a cura do reumatismo da infecção... do tumor no cérebro... do cisto do mioma... da úlcera gastrite... da leucemia...”. Tais moléstias são diversas e a oração do chefe religioso é justamente direcionada no sentido de que essas doenças possam desaparecer da vida dos fiéis. Desse modo, o orador endossa mais ainda efeitos passionais de amizade, amor, compaixão, benevolência, caridade, demonstrando um *ethos* de solidário, ratificando sua preocupação com a vida dos seus membros que semanalmente frequentam a IMPD e que contribuem financeiramente com essa instituição.

Por meio dessas asserções apresentadas com visadas persuasivas, verificamos de que maneira ocorre a construção de diferentes pedidos a Deus por meio da oração. Logo após, também podemos constatar que o orador segue orando para que Deus possa restaurar a vida de cada pessoa que está sofrendo. Em seguida, Valdemiro Santiago ora para que Deus possa prosperar a vida dos seus membros: “prospera a vida deles... como no deserto o Senhor providenciou recursos trazendo o maná... e depois as codornizes... então faça Pai o improvável o impossível... acontecer”. Como meio de fundamentar sua argumentação, o orador evoca um argumento pelo exemplo, ou seja, do mesmo modo que Deus prosperou recursos alimentares ao povo hebreu no deserto, ele precisa fazer algo semelhante a esse povo da IMPD que está em oração. Dessa forma, o orador exige de Deus a cura das pessoas e, de modo imperativo, interpela Deus para que essa Divindade possa agir. O modo como o orador enuncia suscita alguns sentidos, sobretudo, o de se colocar como alguém com um *ethos* de profeta, capaz de exigir coisas a Deus. Às vezes, cria-se a ideia de que esse líder religioso possui uma relação tão próxima com a Divindade cristã que é capaz, por ele mesmo, de dar ordens a Deus, a fim de conseguir seus desejos ante às pessoas que lhe ouvem ou assistem durante a celebração que é realizada.

No momento final, o Apóstolo Valdemiro se utiliza da oração para repreender o mal da vida das pessoas, o qual é manifestado por meio dos espíritos de morte, de loucura, de dor, de desânimo que, segundo esse mesmo chefe religioso: “eu dou ordem a você que vá embora... ESPÍRITO MALIGNO vai embora... o mal vai embora... a igreja receba a vitória... receba a cura a libertação... a mudança a transformação... diga eu recebo... em nome de Jesus... amém... glorifica o Senhor...”. O orador apresenta uma imagem positiva de si, construindo um *ethos* de senhor da guerra espiritual, uma vez que é ele quem detém o poder capaz de batalhar, vencer e expelir Satanás da vida das pessoas que estão sofrendo de alguma enfermidade. Também, nesse momento argumentativo, o orador apresenta elementos passionais que têm o potencial de despertar diferentes sensações no auditório, já que os fiéis podem, realmente, crer que toda a doença desapareceu, que todo o mal foi embora juntamente com o espírito maligno, ou seja, o principal responsável por todos os infortúnios causados nas vítimas. Nesse



sentido, a paixão da confiança necessita ser sentida e experienciada pelo auditório a fim de que seja concretizada a visada persuasiva que é lançada pelo Apóstolo Valdemiro Santiago através da oração.

Assim, também é possível notar que o líder da IMPD cria um *ethos* de solidário, isto é, de alguém que se importa com os seus seguidores e, ao mesmo tempo, mostra, em seu discurso, uma valoração de líder, de chefe religioso que sabe conduzir o rebanho e até mesmo livrá-lo do principal inimigo, neste caso específico, Satanás, os espíritos malignos e toda a sorte de enfermidades que os demônios colocam nas pessoas. O auditório poderá sentir segurança na figura de seu principal líder, pois enxerga nele um homem diferenciado, um profeta de Deus que se lança contra as potestades do mal, objetivando lutar em prol de seu povo. A argumentação apresentada via discurso indica que a construção do *ethos* do Apóstolo Valdemiro Santiago projeta um potencial de visada persuasiva que consegue arrebatá-lo cada vez mais um número maior de seguidores e patrocinadores de sua obra religiosa.

Desse modo, percebemos que o Apóstolo Valdemiro Santiago é um orador habilidoso e estrategista, uma vez que mobiliza elementos persuasivos que conseguem conquistar a adesão do auditório. Isso pode ser comprovado quando ligamos a televisão na TV Mundial e visualizamos milhares e milhares de pessoas que dão testemunhos de curas, prosperidade, entre outros. Além disso, quando olhamos o império<sup>27</sup> material construído pelo referido religioso por meio de aquisições de fazendas, emissora de TV, gravadoras, imóveis, aviões, tudo isso comprova que o tipo de argumentação que Valdemiro utiliza tem logrado êxito diante de seu auditório. Servindo-se do *ethos*, do *logos* e do *pathos*, como três instâncias inter-relacionadas de todo ato argumentativo, esse orador sacro age de modo a angariar cada vez mais fiéis que possam acreditar em seu chamado apostólico e, desse modo, contribuir financeiramente com a IMPD e, desse modo, fazer com que o referido orador adquira mais dinheiro.

Por meio dessa leitura retórica, conhecemos apenas uma pequena parcela dos efeitos de sentido que são produzidos por meio do discurso do Apóstolo Valdemiro Santiago. Certamente, em outros gêneros discursivos como sermões, testemunhos, aconselhamentos, cerimônia batismais, entre outros, poderemos mais bem entender as visadas persuasivas que esse orador lança diante de seu auditório. As habilidades argumentativas encontradas servem como prova de que o discurso religioso evangélico carece de mais pesquisas em retórica, argumentação e análise do discurso, razão por que devemos trilhar novos caminhos de análise acerca desse fenômeno que tanto influencia as crenças e as opiniões de nossa sociedade brasileira e, de modo avassalador, recruta pessoas para esse lugar tão polêmico.

---

<sup>27</sup> Sobre o enriquecimento desse líder religioso, é possível consultar mais informações nos seguintes endereços eletrônicos: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/nova-industria-da-fe-ameaca-poder-da-universal-do-reino-de-deus-3379207.html>. E em: <https://www.intercept.com.br/2022/12/05/mansao-espetacular-atolada-em-dividas-e-de-apostolo-valdemiro-santiago-diz-prefeitura-de-ilhabela/>. Acesso em 10 de jan. 2023.



Antes mesmo de encerrar as nossas análises, é importante criar um novo conceito para o gênero discursivo que vimos estudando nesta investigação. A partir deste trabalho, definimos a oração religiosa cristã de linha evangélica como um gênero de instância locutiva monologal, construído a partir da modalidade de língua oral, inscrito na tipologia argumentativa, por meio do qual um orador utiliza categorias de língua e de discurso com o objetivo de convencer (no plano das ideias) e de persuadir (no plano das emoções) o auditório visado, formulando, para esse intento, diferentes imagens de si positivas, argumentos variados e paixões que têm o poder de despertar sensações de dor ou prazer. Além disso, é um gênero que pode acontecer dentro ou fora de uma igreja, reverberando sua dinamicidade e plasticidade, enquanto um gênero que é tão praticado no mundo ocidental.

### 3 Considerações finais

O discurso religioso cristão de vertente evangélica apresenta diferentes nuances que precisam ser investigadas no interior dos estudos argumentativos e discursivos da linguagem. Com isso, poderemos compreender as estratégias persuasivas que muitos chefes religiosos recorrem quando produzem seus discursos. Neste trabalho, analisamos apenas dois exemplares do gênero discursivo oração. Reconhecemos que é um material muito limitado para que seja possível fazer generalizações ou mesmo caracterizar e descrever um gênero oral tão importante como este. Mesmo assim, lançamos mão de um sólido instrumental teórico-metodológico que nos forneceu resultados expressivos, no sentido de mostrar visadas persuasivas engendradas por renomados pastores evangélicos neopentecostais brasileiros que têm grande número de fiéis no Brasil e em vários países do mundo, sendo responsáveis por influenciar as crenças e as opiniões de sujeitos que acreditam nesses chefes religiosos.

De modo geral, podemos notar que as duas orações religiosas cristãs analisadas neste trabalho procuram cumprir diferentes propósitos e essa categoria influencia a forma do gênero. A oração, enquanto um gênero da oralidade, possui construtos teóricos próprios e uma relativa tipificação que deve ser considerada em relação ao domínio discursivo a que se filia, neste caso, o religioso cristão de linha evangélica. Esse gênero ainda apresenta marcas próprias da subjetividade individual dos oradores, pois, como vimos, o Missionário R. R. Soares e o Apóstolo Valdemiro Santiago possuem estilos próprios, individuais, que influenciam decisivamente na construção do próprio estilo do gênero destacado. Enquanto o primeiro orador sacro busca, com mais incisividade, construir uma imagem positiva de si (*ethos*), o segundo almeja comprovar a sua argumentação (*logos*) e esses aspectos conduzem o gênero oração a diferentes características formais e funcionais que almejam levar o outro à adesão.

As estratégias retórico-discursivas empreendidas nas orações se mantiveram alicerçadas na tríade manifestada pelo *ethos*, *logos* e *pathos*, numa relação imbricada e até mesmo indissociável.



Imagens de profeta de Deus, senhor da guerra espiritual; paixões da confiança, da indignação, do amor, da benevolência; argumentos como os de autoridade, exemplo, pragmático, tudo isso foi utilizado discursivamente com o objetivo de tornar o auditório dócil, visando arrebatá-lo por meio da racionalidade e da emotividade. Sem dúvidas, esta última se manteve mais aflorada nas duas orações estudadas, uma vez que os pastores evangélicos estabeleceram modos argumentativos que puderam, de algum modo, despertar possíveis efeitos passionais no auditório visado.

Nas análises aqui realizadas, constatamos que o gênero oração, enquanto ação social e retórica, não se resume em apenas confortar as pessoas, mas também a outros objetivos comunicativos com funções sociais. De nossa parte, propiciamos uma possível contribuição, na expectativa de que outros estudos possam ser realizados na área dos estudos retóricos e discursivos da linguagem ou em outras áreas disciplinares com o objetivo de se debruçarem sobre o gênero oração religiosa cristã na modalidade de língua oral. Como mostramos neste estudo, os oradores utilizaram diferentes estratégias persuasivas que foram mobilizadas a fim de agirem retoricamente. Estudá-las à luz dos estudos retóricos e discursivos é deveras importante, para que possamos compreender que todo gênero é uma instância social, comunicativa, retórica e discursiva, arraigada a efeitos de sentido que efetivam ideias, crenças e pontos de vista sobre os mais diversos fenômenos linguageiros que influenciam as nossas vidas.

Concluimos este trabalho com a seguinte citação do professor doutor Luiz Antonio Ferreira: “A palavra é mesmo uma entidade mágica. Fugidia, ela faz perseguir um sentido. Às vezes, se esconde e não nos permite entendê-la em plenitude, mas, ainda assim, nos arrebatava, encanta, envolve e toma conta de nossos corações e mentes” (Ferreira, 2015, p. 7). Assumimos que do mesmo modo acontece com a pregação que é proferida em igrejas evangélicas, a exemplo do que vimos durante as análises das orações que apresentamos em nosso estudo. A palavra, falada ou escrita, é uma entidade mágica!

## Referências

- ABREU, A. S. (2009). *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. São Paulo: Ateliê.
- ALVES FILHO, F. (2011). *Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez.
- AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth. (org.). (2019). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- AMOSSY, R. (2020). *A argumentação no discurso*. Tradução de Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto.
- ARISTÓTELES. (2011). *Retórica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro.
- BARTHES, R. (2001). *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes.



Nº9 (2023)

CHARAUDEAU, P. (2018). *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto.

CHARAUDEAU, P. (2019). *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

DREHER, M. N. (2013). *História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal.

FERREIRA, L. (2015). *A. Leitura e persuasão: princípios de análise Retórica*. São Paulo: Contexto.

FIGUEIREDO, M. F. Ampliação e aplicabilidade analítica da “trajetória das paixões”. In: FIGUEIREDO, M. F.; GOMES, A. M.; FERRAZ, L. (org.). (2020). *Trajetoária das paixões: uma retórica da alma*. Franca: Unifran.

MAINGUENEAU, D. (2020). *Variações sobre o ethos*. Tradução Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola Editorial.

MATEUS, S. (2018). *Introdução à retórica no séc. XXI*. Covilhã: Editora LabCom.IFP.

MEYER, M. (2007). *A retórica*. São Paulo: Ática.

MORAIS, E. P. D. (2019). *O macroethos racional e o afetivo na argumentação do julgamento do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff*. Campinas/SP: Pontes Editores.

MOSCA, L. S. Paixões, emoções e afetividade na trilha do tempo: lugar no discurso. In: FIGUEIREDO, M. F.; VIDAL, G. R.; FERREIRA, L. A. (orgs.). (2017). *Paixões aristotélicas*. Franca/SP: Unifran.

MOURA, J. B. D. (2020). *Análise discursiva de editoriais do jornal Meio Norte: um retrato do Piauí*. Teresina: EDUFPI. Disponível em: <http://editorapathos.com.br/analise-discursiva-de-editoriais-do-jornal-meio-norte-um-retrato-do-piaui/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

PAIVA, V. L. M. D. O. E. (2019). *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola.

PEÑA-ALFARO, A. A. (2005). *Estratégias discursivas de persuasão em um discurso religioso neopentecostal*. 2005. 234 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. (2014). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.

REBOUL, O. (2004). *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes.

ROCHA, M. S. D. (2022). *A retórica no discurso religioso: oradores protestantes e o sermão oral*. Campinas/SP: Pontes Editores.



Nº9 (2023)



Nº9 (2023)

**“GÊNERO GRAMATICAL NÃO SE RELACIONA COM O SEXO DO SER HUMANO”:  
UMA ANÁLISE DO ETHOS DO AUTOR DO PROJETO DE LEI 1740/2021**

**“GRAMMATICAL GENDER IS NOT RELATED TO THE SEX OF THE HUMAN BEING”:  
AN ANALYSIS OF THE ETHOS OF THE AUTHOR OFF BILL 1740/2021**

Dayvid Oliveira de Andrade<sup>28</sup>

Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe

Marcia Regina Mariano<sup>29</sup>

Professora associada da UFS - Universidade Federal de Sergipe

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o ethos do autor do Projeto de Lei (PL) Ordinária 1740/2021, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe). A emenda da proposta sustenta estabelecer medidas de proteção ao direito dos estudantes pernambucanos em relação ao aprendizado da Língua Portuguesa de acordo com a norma culta, além de abonar orientações legais de ensino. Trata-se, portanto, de um projeto que visa coibir a utilização da denominada “linguagem neutra” ou “linguagem não-binária”. Como sustentação teórica, nos embasamos nos pressupostos da Argumentação e da Retórica (AMOSSY, 2013; ARISTÓTELES, 2011; MARIANO, 2020) e do Direito Linguístico e Conflito Linguístico (ABREU, 2018; NELDE, 1996; SILVA, 2021). Tratando-se da análise do discurso apresentado no PL, adotamos uma metodologia qualitativa e interpretativista, considerando os postulados de ethos prévio e ethos discursivo (AMOSSY, 2013) para averiguar o modo de dizer discursivo de 09 trechos que compõem a justificativa da propositura. Através das análises, observamos que o ethos prévio conservador do deputado estadual se reafirma em vários trechos da justificativa analisada e se desdobra nos ethos discursivos nacionalista e culto/pseudo-culto.

Palavras-chave: Ethos; Linguagem não-binária; Argumentação e Retórica; Direito e Conflito Linguístico.

---

<sup>28</sup> falecomdayv@gmail.com

<sup>29</sup> ma.rcpmariano@academico.ufs.br



## ABSTRACT

This article aims to reflect on the ethos of the author of the Ordinary Law Project 1740/2021, which is being processed by the Legislative Assembly of the State of Pernambuco (Alepe). The amendment to the proposal supports establishing measures to protect the right of students from Pernambuco in relation to learning the Portuguese language in accordance with the cultured norm, in addition to supporting legal teaching guidelines. It is, therefore, a project that aims to curb the use of the so-called “neutral language” or “non-binary language”. As theoretical support, we are based on the assumptions of Argumentation and Rhetoric (AMOSSY, 2013; ARISTÓTELES, 2011; MARIANO, 2020) and Linguistic Law and Linguistic Conflict (ABREU, 2018; NELDE, 1996; SILVA, 2021). In the case of the analysis of the speech presented in the PL, we adopted a qualitative and interpretive methodology, considering the postulates of previous ethos and discursive ethos (AMOSSY, 2013) to verify the discursive way of saying 09 excerpts that make up the justification of the proposal. Through the analyses, we observed that the previous conservative ethos of the state deputy is reaffirmed in several passages of the justification analyzed and unfolds in the nationalist and cult/pseudo-cult discursive ethos.

Keywords: Ethos; Non-binary language; Argumentation and Rhetoric; Law and Linguistic Conflict.

## Introdução

Este artigo dimanou do diálogo proposto entre as áreas da Argumentação e da Retórica e o campo do Direito Linguístico. O tema proposto surgiu após profundas reflexões e pesquisas temáticas, pois estivemos interessados em pôr em voga um assunto que fosse atual, dissensual e que, direta ou indiretamente, dispusesse de alguma ligação com a proposta temática da dissertação<sup>30</sup> em curso.

Assim, ao ponderarmos sobre a comunidade LGBTQIAP+, refletimos acerca de vidas que foram e ainda são marginalizadas pela sociedade. São vozes silenciadas, com seus algozes minimizados e suas existências discriminadas. No entanto, mesmo com tantas feridas abertas, buscam representação, respeito, dignidade e equidade, tendo coragem para enfrentar a violência e o preconceito.

---

30 Sob os postulados dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), a dissertação em andamento se propõe em investigar de que maneiras a população LGBTQIAP+ tem se posicionado sobre as suas representações na mídia. Tendo como ponto de partida a série *Heartstopper*, da Netflix, analisamos os discursos disseminados por esse público no *YouTube*.



No domínio da língua, pessoas marginalizadas e ocultadas da sociedade podem reivindicar um espaço de representação na linguagem por meio de uma prática discursiva. A língua não é imparcial. Pelo contrário, ela abarca manifestações políticas, sociais, históricas e culturais (MAGALHÃES; CARDOSO; PÔRTO, 2021). Nos últimos anos, acompanhamos o efervescente debate envolvendo a “linguagem não-binária”, ou “linguagem neutra”, “linguagem inclusiva”, ou, ainda, “linguagem sem gênero”, que se apresenta como um conjunto de formas linguísticas para se comunicar de maneira a não demarcar o gênero para pessoas.

Nas Ciências Sociais, a ideia de gênero está voltada para o papel coletivo e comportamental do grupo, extrapolando o entendimento de que gênero é o que identifica e diferencia o homem da mulher, ou seja, o gênero masculino e feminino. O termo gênero se refere tanto ao gênero social, que é relativo à identificação de uma pessoa, quanto ao gênero gramatical, atinente à propriedade gramatical.

Para Colling (2015), o conceito de gênero social extrapola o binarismo (homem x mulher; masculino x feminino) e abarca, também, as sexualidades que não foram enquadradas na forma sociocultural de nomear os sexos, como as pessoas gays, lésbicas, *queer* etc. Ainda para a autora, no português brasileiro, a diversidade de identidades de gênero social não é contemplada, tendo em vista o marco hegemônico de privilegiar, no vocábulo, o masculino para englobar todas as pessoas.

Na busca por uma linguagem não-sexista, aplicam-se termos como “e”, “@” e “x”, por exemplo, para extrapolar as costumeiras formas masculina e feminina, sendo o “e” mais utilizado nos últimos anos<sup>31</sup>. Na nossa sociedade, existem pessoas que não se identificam com essa marcação binária na linguagem e, por isso, reivindicam seu espaço.

Diante do exposto, consideramos propício analisar um projeto de lei (PL) cujo alvitre seja coibir a variação, na norma gramatical portuguesa, para além do binário masculino e feminino. No Brasil, 34 projetos de lei que buscam impedir a utilização do gênero não-binário na Língua Portuguesa tramitam nas Assembleias Legislativas. É o que aponta o levantamento realizado pela Agência Diadorim<sup>32</sup>.

As proposições com o intuito de coibir a variação na norma gramatical para além do masculino e feminino estão presentes em dezenove estados brasileiros e no Distrito Federal. A região Sudeste do

---

31 O uso de todas, todos e todes em discursos do início do terceiro mandato do governo Lula gerou debate. Confira mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2023/01/todos-todas-e-todes-uso-de-linguagem-neutra-por-novo-governo-gera-debate-nas-redes.shtml> .

32 Confira o levantamento completo através do link: <https://adiadorim.org/reportagens/2021/12/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra/> .



país concentra o maior número de projetos, onze. Em seguida, temos o Nordeste, com dez, o Centro-Oeste e o Sul, ambos com 06 proposituras, e o Norte, com apenas 01, no estado do Amazonas.

Rondônia foi o primeiro estado brasileiro a ter uma lei aprovada e sancionada<sup>33</sup>. A Lei nº 5.123<sup>34</sup> entrou em vigor em outubro de 2021 e proíbe a linguagem não-binária na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas e em editais de concursos públicos, a ser aprovada e sancionada. Em novembro do mesmo ano, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a lei<sup>35</sup>, sob o argumento de que a mesma fere a Constituição Brasileira, pois é incompatível com a liberdade de expressão, e enviou o caso para julgamento dos demais ministros. Em fevereiro de 2023, o STF formou maioria e derrubou a lei<sup>36</sup>, caracterizando-a como inconstitucional.

A nível nacional, tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Projeto de Lei 211/2021<sup>37</sup>. Assim como os demais, tal proposição também busca estabelecer supostas medidas protetivas à Língua Portuguesa, neste caso, demanda coibir a utilização da denominada linguagem não-binária.

Neste trabalho, optamos por analisar uma proposição da região Nordeste do país. Durante a nossa pesquisa, observamos que a construção discursiva da justificativa do Projeto de Lei 1740/2021, do Estado de Pernambuco, destoava das demais, pois há a presença marcante de argumentos mais elaborados. Como se trata da justificativa de uma proposição, consideramos que o autor do projeto se posiciona discursivamente.

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar o ethos do deputado estadual autor do Projeto de Lei 1740/2021. A sustentação teórica está concentrada nos postulados da Argumentação e da Retórica (AMOSSY, 2013; ARISTÓTELES, 2011; MARIANO, 2020) e do Direito Linguístico e Conflito Linguístico (ABREU, 2018; NELDE, 1996; SILVA, 2021). Tratando-se da análise do discurso apresentado no PL, adotamos uma metodologia qualitativa e interpretativista, considerando as concepções de ethos prévio e ethos discursivo (AMOSSY, 2013) para guiar as nossas análises.

Em razão da justificativa do PL 1740/2021 ser demasiadamente extensa, selecionamos 09 trechos para traçar as ponderações. O nosso critério foi identificar os fragmentos em que o ethos do deputado estadual estava em maior evidência. Através das análises, observamos que o ethos prévio

33 Confira mais detalhes em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/10/21/governo-de-rondonia-proibe-uso-da-linguagem-neutra-em-escolas-publicas-e-privadas.ghtml> .

34 Acesse a íntegra da Lei nº 5.123 através do link: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/9987> .

35 Mais detalhes podem ser acessados em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/ministro-do-stf-derruba-lei-de-rondonia-que-proibia-linguagem-neutra-em-escolas.shtml> .

36 Confira em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-02/stf-tem-maioria-para-derrubar-lei-que-proibe-uso-de-linguagem-neutra> .

37 A proposição está disponível no link:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2268964> .



conservador do autor se reafirma em vários excertos da justificativa analisada, além do destaque para a presença discursiva dos *ethos* nacionalista e culto ou pseudo-culto.

Destarte, o nosso trabalho está estruturado em quatro partes. Na primeira, discutimos sobre os postulados do *ethos*, apresentando as perspectivas de autores como Amossy (2013), Aristóteles (2011) e Mariano (2020). Em seguida, discorremos sobre Direito Linguístico e Conflito Linguístico, tomando como base os pressupostos debatidos por Abreu (2018), Nelde (1996) e Silva (2021). Na terceira parte, apresentamos as análises, considerando as concepções de *ethos* prévio e *ethos* discursivo (AMOSSY, 2013) para averiguar o modo de dizer discursivo de 09 trechos que compõem a justificativa do PL 1740/2021. Para culminar a pesquisa, expomos as considerações finais.

## 1 O *ethos* como meio de persuasão

Na Grécia, por volta do século V a.C., tem início o desenvolvimento da Retórica ocidental, protagonizada, especialmente, por Córax, Platão e Aristóteles. Ao longo dos séculos, os estudos retóricos evoluíram e se (re)configuraram. No entanto, Aristóteles pode ser considerado o responsável por sistematizar esse saber no ocidente, inclusive em torno da concepção dos três tipos de meios de persuasão: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*.

Há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador [o *ethos*]; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito [*pathos*]; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar [*logos*]. A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito (ARISTÓTELES, 2011, p. 45).

Entendemos, pois, que em Aristóteles o *ethos* está baseado no caráter e na integridade do ser discursivo, ou seja, a imagem construída de si pela oradora, ou orador, no discurso; já o *pathos* é definido pelas emoções e paixões humanas que são aguçadas no auditório; e o *logos* é caracterizado pelo raciocínio rigoroso da oradora ou do orador, isto é, o discurso em si. Dentre esses três meios de persuasão, Aristóteles (2011) considera o *ethos* como o mais importante, especialmente em razão de ser construído pelo modo de dizer discursivo, na enunciação. Então, para o autor, o *ethos* se configura como a imagem discursiva criada no discurso com o intuito de persuadir.

Entendemos que a Retórica Aristotélica se consagrou como a base dos estudos discursivos contemporâneos envolvendo a argumentação. Em contrapartida, apesar das suas pertinentes contribuições, as concepções aristotélicas não conseguem mais contemplar todas as demandas da linguagem e do discurso na atualidade. Na hodiernidade, a noção de *ethos* tem sido abordada por diferentes perspectivas.



Nos estudos contemporâneos neorretóricos e discursivos, a noção de éthos tem sido retomada sob diferentes olhares, a partir da valorização dos aspectos sócio-históricos que envolvem o discurso, das instâncias de enunciação e do efeito de sentido de identificação com o auditório, por exemplo (MARIANO, 2020, p. 243-244).

A concepção de ethos aristotélica não é anulada ou invalidada pelo desenvolvimento de outras perspectivas. Pelo contrário, a dilatação de tais perspectivas “a complementam, podendo auxiliar na análise dos discursos contemporâneos. Em comum, tais abordagens mantêm o que nos parece crucial para a apreensão do ethos: o que vale é o ethos construído na enunciação, pelo modo de dizer” (MARIANO, 2020, p. 244). Portanto, apesar de haver concepções pós-aristotélicas sobre ethos que se distanciam em partes do que fora proposto pelo autor, tais abordagens concordam que o modo de dizer discursivo é o crucial para a compreensão do ethos.

Neste trabalho, assumimos a percepção de ethos elaborada por Amossy (2013), que considera a importância do ethos anterior à enunciação. Compreendemos que no mundo globalizado as informações são múltiplas e o acesso é rápido. Podemos pesquisar na internet, por exemplo, sobre determinada oradora e criar imagens prévias antes mesmo que ela se manifeste discursivamente. Tal percepção contraria a visão aristotélica de ethos.

Para Amossy (2013), a concepção de que a eficácia da palavra está ligada à autoridade do orador está presente na intersecção das disciplinas dos campos da Retórica, da Pragmática e da Sociologia. O ethos da Pragmática, no viés aristotélico, é construído na interação verbal, ou seja, puramente interno ao discurso. Na Sociologia, o ethos se instaura na troca simbólica organizada por eixos sociais e por posições institucionais exteriores ao discurso. Na Retórica, a autora pontua a doxa, isto é, a opinião popular, como determinante para o estabelecimento do ethos.

[...] pode-se dizer que a construção discursiva do ethos se faz ao sabor de um verdadeiro jogo especular. O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável competente que ele crê ser as do público. Fator determinante no estabelecimento do ethos, a doxa compreende o saber prévio que o auditório possui sobre o orador (AMOSSY, 2013, p. 124).

À vista disso, estabelece-se o que autora conceitua como ethos prévio, quer dizer, o auditório presume uma visão da oradora, ou orador, antes mesmo que ela, ou ele, faça a construção da imagem de si no discurso. Essa imagem influencia, especialmente, se se tratar de um político, por exemplo, o qual exerce uma vida pública pelo cargo que ocupa. Assim, ele pode ser conhecido pela imagem que a imprensa faz dele, pelo que está explanado em suas mídias e pela imagem associada ao partido que ele integra. Entretanto, o ethos construído pelo modo de dizer no discurso ainda é o mais importante a ser considerado.



No momento em que toma a palavra, o orador faz uma ideia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme às exigências de seu projeto argumentativo (AMOSSY, 2013, p. 125).

No discurso, o ethos prévio da pessoa que enuncia pode ser reafirmado ou contrariado, de forma mais ou menos consciente, de acordo com o seu modo de dizer, que constitui o ethos discursivo. Assim, Amossy (2013) compreende que o auditório pode manter uma opinião prévia da oradora, mas é no dizer discursivo que o ethos será construído, o que firma uma noção de ethos que o compreende não apenas interno, linguageiro, como na Retórica, nem apenas externo, institucional, como na Sociologia.

Portanto, consideramos os postulados de ethos desenvolvidos por Amossy (2013) para este trabalho. Por se tratar de uma propositura elaborada por um político, o qual exerce uma vida pública pelo cargo que ocupa, nas nossas análises apresentamos o ethos prévio e o ethos discursivo do deputado estadual pernambucano, autor do PL 1740/2021, conforme os conceitos apresentados anteriormente. Dando continuidade ao nosso embasamento teórico, no item seguinte articularemos sobre os pressupostos de Direito Linguístico e Conflito Linguístico.

## 2 Direito Linguístico e Conflito Linguístico

Os estudos sobre Direito Linguístico são constituídos, essencialmente, na interseção entre a Linguística e o Direito, pois esse campo possui, desde o seu nascimento, natureza multidisciplinar. O advento do Direito Linguístico, como escopo de estudo, está, intrinsecamente, vinculado aos marcos históricos do final da Segunda Guerra Mundial e da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ABREU, 2016; GONÇALVES, 2018).

No Brasil, autores como Abreu (2018) e Mayoword (2020) alertam para a urgência no desenvolvimento de uma Teoria Geral do Direito Linguístico, a qual possa expor seus subsídios substanciais, comuns e específicos do Direito Linguístico como um campo de estudo. Isso porque, em nosso país, essa área ainda está em desenvolvimento teórico e conta com enfoques pouco explorados, especialmente quando se trata sobre um possível método analítico. Assim, compreendemos que:

O campo dos direitos linguísticos, diferentemente daquilo que muitos ainda pensam, não se constitui apenas por uma lista de direitos individuais e/ou coletivos aos quais as pessoas fazem jus. Mais que isso, diz respeito a uma Teoria dos Direitos Linguísticos que fundamenta o estudo das normas de direito linguístico, quando estes estão vinculados aos direitos humanos, ao direito constitucional, ao direito administrativo etc. Interessa-se, igualmente, pelas fontes desse direito linguístico (direito internacional dos direitos humanos, direito constitucional, direito comparado, costumes das



populações etc.); pela identificação de princípios aplicáveis a essas normas (territorialidade, personalidade etc.); pela identificação de metaprincípios geradores dessas normas (dignidade humana, igualdade etc.); pelas possibilidades hermenêuticas e de aplicação das normas de direito linguístico aos casos concretos, bem como pelas formas jurídicas de garantia de materialização desses direitos linguísticos a todos os seres humanos (ABREU, 2018, p. 51-52).

Podemos perceber, então, que o Direito Linguístico tem uma perspectiva coletiva, mas também individual, pois tem o compromisso de assegurar o direito a todos os indivíduos da sociedade. Nesse sentido, Varennes (2001) considera o Direito Linguístico como viés constituidor dos direitos humanos básicos, como os direitos de proteção a mulheres e crianças.

Por conseguinte, Skutnabb-Kangas e Phillipson (1995) elencam que o Direito Linguístico está focado em perspectivas primordiais como a dignidade, a liberdade, a igualdade, a não discriminação e a identidade. Assim, confirma-se a estreita relação dessa área com os Direitos Humanos. Portanto, o Direito Linguístico, como campo de estudo, se preocupa com a elaboração, aplicabilidade, investigação e análise das normas que versam sobre as línguas e os direitos de uso delas por parte dos indivíduos e/ou grupos falantes, sejam esses minoritários ou não.

É justamente pelo fato do Direito Linguístico se preocupar com esses pressupostos que nos propomos a analisar o Projeto de Lei 1740/2021, cuja temática versa sobre a denominada linguagem não-binária. Como veremos mais adiante nas análises, o deputado estadual pernambucano, autor da referida proposição, classifica os falantes da linguagem neutra como uma minoria sociolinguística. Nesse sentido, suscitamos o debate elencado pelo âmbito do Direito Linguístico no que tange as relações de poder e conflitos linguísticos.

Conforme os postulados de Skutnabb-Kangas e Phillipson (1995), o Direito Linguístico é um tipo de Direito Humano e abster as pessoas de Direitos Humanos pode gerar conflitos. Portanto, quando nos voltamos para a temática desta pesquisa, entendemos que há um conflito linguístico quando se trata da denominada linguagem não-binária. De um lado, há pessoas que se sentem discriminadas e não se identificam com o binarismo de gênero masculino e feminino. Do outro, existem indivíduos conservadores que defendem a manutenção desses dois gêneros, como é o caso do autor da proposição analisada.

O Conflito Linguístico é concebido por Nelde (1996) como uma ocorrência inerente a uma situação de contato linguístico que está associada de maneira particular a elementos extralinguísticos, como questões étnicas e políticas. Tratar sobre gênero, especialmente no Brasil, é uma pauta polêmica, pois envolve questões de poder, de ideologia etc.



Desse modo, devemos refletir sobre o viés de poder que a língua exerce, pois busca-se a manutenção do privilégio que a língua detém. Em uma situação de conflito linguístico, consoante Dubinsky e Davies (2018), a língua será frequentemente utilizada como ferramenta de poder de uns sobre outro (s), tendo em vista que o poder congrega os valores ideológicos, religiosos, morais etc.

Ao nos voltarmos para a temática deste trabalho, ressaltamos que estamos abordando acerca de um conflito intralinguístico, ou seja, interno à própria Língua Portuguesa. No âmbito do Direito e Conflito Linguístico, temos as dissertações de Mayoword (2020) e Silva (2017), por exemplo, que abordam os conflitos entre a Língua Portuguesa, que detém o título de língua oficial do Brasil, e as línguas minoritárias, como as indígenas, as quais vêm conquistando títulos de línguas cooficiais. Mas as perspectivas assumidas são sempre a Língua Portuguesa em contraposição a uma outra.

No entanto, ao debruçarmos esta pesquisa em um conflito intralinguístico à Língua Portuguesa, nos deparamos com a escassez de estudos voltados para esta temática. Para entendermos e abordarmos, especialmente nas nossas análises, sobre esse conflito linguístico que propomos, consideramos que “para averiguar as causas de um conflito linguístico, é necessário considerar cuidadosamente a situação de contato, que revela muito sobre a natureza das diferenças sociais ou outras que caracterizam uma situação de contato linguístico” (SILVA, 2020, p. 23). Assim, o advento de uma linguagem não-binária contraria o entendimento hegemônico da sociedade, criando uma tensão.

Ao buscarmos exemplos de conflitos sobre a língua e linguagem que adentraram num embate de âmbito legislativo, extrapolando a discussão das fronteiras da academia científica, assim como a propositura que analisamos nesta pesquisa, encontramos o parecer executado por Silva (2021) acerca do PL nº 10/2021, o qual tem por objetivo a vedação do uso de novas formas de flexão no gênero gramatical e de números das palavras no português brasileiro.

No parecer técnico, o autor verificou que o PL nº 10/2021 apresentava uma concepção equivocada da norma culta e do direito à sua apreensão pela pessoa humana por desconhecer a estrutura e o funcionamento das línguas e a dinamicidade das normas linguísticas. Ademais, foi apontado o desconhecimento do seu propositor no tocante às mudanças e variações linguísticas e suas respectivas validações sociais, tendo em vista que elas não são regulamentadas por legislação.

Ademais, existem casos em que a discussão sobre língua, linguagem e sociedade estiveram presentes em termos de dispositivos legislativos no Brasil e foram sancionadas como lei. Apresentamos dois casos que foram apontados na pesquisa desenvolvida por Magalhães, Cardoso e Pôrto (2021).

O primeiro episódio é o da Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero gramatical para nomear profissão ou grau em diplomas, devendo



constá-la nos textos, correspondentemente ao sexo com o qual se identifica a pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido, sancionada por Dilma Rousseff, que no exercício do cargo apresentava-se como *Presidenta da República*. Outro caso de legislação sobre política linguística de flexão de gênero gramatical pode ser observado na Lei nº 2.749, de 2 de abril de 1956, sancionada pelo então presidente da república Juscelino Kubitschek, cujo Art. 1º e principal normatiza:

O gênero gramatical dêsse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexeologia do idioma. Devem portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genéricamente variáveis, assumindo, conforme o caso, eleição masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome (BRASIL, 1956).

Portanto, compreendemos que as políticas voltadas para o Direito Linguístico podem criar ou resolver conflitos linguísticos. Mayord (2020) enfatiza a necessidade de compreender o Direito Linguístico no Brasil a partir de uma visão decolonial. Ao nos depararmos, especificamente, com o PL 1740/2021, percebemos a manutenção de uma sistematização conservadora e que confronta a ideia de possível desconstrução dessa estrutura social. No item seguinte, procedemos com a apresentação das nossas análises.

### 3 Análise do ethos do autor do Projeto de Lei 1740/2021

Tratando-se da análise do discurso apresentado no PL 1740/2021, consoante os conceitos apresentados anteriormente, adotamos uma metodologia qualitativa e interpretativista, considerando os postulados de ethos prévio e ethos discursivo de Amossy (2013). Conforme a autora, o orador constrói sua imagem não apenas quando fala de si, mas, principalmente, pelo modo de dizer, indiciado na enunciação, quando ele reafirma, refuta ou complementa sua imagem anterior ao discurso.

O discurso lhe oferece todos os elementos de que tem necessidade para compor um retrato do locutor, mas ele os apresenta de forma indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita. Assim, um estilo pontuado de exclamações permite induzir o caráter impetuoso ou colérico do locutor, enquanto um falar lacônico e rude, que não se prende a convenções de polidez, pode indicar um homem íntegro que diz a verdade sem meias palavras. Aquele que louva a qualidade de seus adversários se apresenta como um homem honesto e imparcial; o que enche seu discurso de alusões eruditas e de citações parece um homem culto. É o conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem. Se esta é sempre em última instância singular, é preciso ver, entretanto, que a reconstrução se efetua com a ajuda de modelos culturais que facilitam a integração dos dados em um esquema preexistente (AMOSSY, 2013, p. 126-127).



Assim, serão considerados como indícios da construção do ethos do orador nos fragmentos analisados: o contexto do discurso, as escolhas lexicais, os temas, as pontuações e os elementos de ordem ideológica. As análises estão organizadas da seguinte forma: inicialmente, verificamos o ethos prévio do deputado estadual autor do PL; em seguida, averiguamos o modo de dizer discursivo do referido deputado em 09 trechos que compõem a justificativa da propositura, considerando o ethos prévio anteriormente analisado. Por se tratar de uma justificativa extensa, selecionamos os fragmentos que concebemos apresentar o ethos discursivo do autor em maior evidência.

### 3.1 Análise do ethos prévio do deputado estadual autor do Projeto de Lei Ordinária 1740/2021

Quando o PL 1740/2021 foi proposto na Assembleia de Pernambuco, o parlamentar que o elaborou gozava do seu primeiro mandato como deputado estadual. Como vimos na Introdução deste trabalho, são 34 projetos que tramitam nas assembleias do Brasil com o intuito de coibir a utilização da denominada linguagem não-binária. O Estado de Pernambuco, especificamente, registra 03 proposituras, das quais decidimos analisar o PL 1740/2021.

Em 2018, emergiu, no Brasil, uma onda conservadora que se apropriou de características da nacionalidade brasileira tomando-as como partidárias. A defesa da família tradicional, a salvaguarda da religião cristã e a resistência contra a diversidade de gênero são pautas defendidas por esse grupo. Dentro desse contexto, muitos políticos que compartilham desses ideais foram eleitos.

No caso específico da denominada linguagem não-binária, que é a temática abordada neste trabalho, os projetos de lei que objetivam coibir a sua utilização foram suscitados após uma escola do Rio de Janeiro adotar esse formato em sala de aula<sup>38</sup>, visando oportunizar a experiência escolar mais tolerante e inclusiva para os alunos. Em razão desse acontecimento, os deputados estaduais que compartilham da ideologia conservadora, espalhados nas assembleias do país, passaram a elaborar proposituras em defesa do binarismo de gênero masculino e feminino.

Foi nessa onda que o PL 1740/2021 foi proposto na Assembleia de Pernambuco. Como o nosso foco é o ethos do autor da propositura, em nossa análise buscamos contemplar o que foi elaborado por Amossy (2013), quando pontua que o ethos prévio pode ser constituído pela imagem que a imprensa faz do indivíduo, pelo que está explanado nas suas mídias e pela imagem associada ao partido o qual ele integra.

Em 2018, o referido autor do projeto foi eleito por Pernambuco para o seu primeiro mandato como deputado estadual. À época, estava associado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>39</sup>,

38 Para entender melhor o caso, leia a reportagem em: <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/escola-do-rio-de-janeiro-adota-linguagem-neutra-na-sala-de-aula-querides-alunos/> .

39 Confira mais informações sobre o PTB em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/partido-trabalhista-brasileiro> .



configurado como extrema-direita, cujas ideologias são o conservadorismo social e nacional, o militarismo, o patriotismo, o anticomunismo e o nacionalismo brasileiro.

No pleito de 2022, em que foi reeleito para o segundo mandato na Assembleia de Pernambuco, o deputado se vinculou ao partido União Brasil (UNIÃO)<sup>40</sup>, caracterizado como centro-direita, que surgiu da fusão entre o Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL). Como ideologia, o União Brasil defende o conservadorismo liberal, o liberalismo econômico e conservador.

No site do deputado estadual pernambucano<sup>41</sup>, verificamos que ele é formado no curso de Arquitetura e Urbanismo e sua vida profissional é dedicada ao urbanismo e ao segmento de obras públicas. Ele é cristão, casado com uma mulher e pai de dois filhos. Entre as pautas defendidas estão o transporte público, a saúde e o turismo.

Em um folder de campanha para a reeleição, o deputado elenca os princípios resguardados por ele<sup>42</sup>. Observamos que ele se posiciona como defensor da família e da vida, servo de Deus, defensor da liberdade, que tem compromisso com os quatro cantos de Pernambuco, acredita na primazia dos pais sobre a educação dos filhos e defende os direitos da população.

Portanto, construímos um ethos prévio conservador desse deputado. Trata-se de um homem branco, pai de família, com nível superior completo, com filiações partidárias de direita, cristão e defensor das concepções tradicionais de sociedade. Como o modo de dizer discursivo é mais importante que essa imagem prévia, nos dispomos a averiguar os 09 trechos das justificativas do PL 1740/2021 para compreendermos se esse ethos prévio é confirmado ou não discursivamente e quais outros ethos discursivos são suscitados.

### **3.2 Análise do ethos discursivo do deputado estadual autor do Projeto de Lei Ordinária 1740/2021**

Ao analisarmos o ethos prévio do deputado estadual pernambucano, juntamente com o contexto em que foi elaborado o PL 1740/2021, verificamos uma imagem de conservador. No entanto, para as análises, é o modo de dizer discursivo que devemos levar em maior consideração, sendo que esse ethos prévio pode ou não se confirmar. Logo, passemos às análises dos 09 trechos que compõem a justificativa da referida propositura.

---

40 Para conhecer mais sobre o partido, acesse: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/uniao-brasil>.

41 As informações estão disponíveis em: <https://romerosalesfilho.com.br/>.

42 O folder está disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1ZyyHU9LCdemd6f3u5z46ZUaD\\_JGs7-xW/view](https://drive.google.com/file/d/1ZyyHU9LCdemd6f3u5z46ZUaD_JGs7-xW/view).



Fragmento 1: “A partir do descobrimento do Brasil por Portugal, com as grandes navegações a partir do século XV d.C., o nosso país adotou a língua portuguesa, derivada do latim vulgar, provindo do Império Romano, como língua oficial da nação brasileira. A língua portuguesa é patrimônio nacional, que tem servido como instrumento de expressão da nação brasileira desde a sua fundação e como tal deve ser preservada”.

O fragmento exposto acima é o primeiro parágrafo do texto que compõe a justificativa do PL 1740/2021. Já neste trecho, temos a confirmação do ethos prévio de conservador, o qual se desdobra em um ethos nacionalista. O autor utiliza o termo “descobrimto” para se referir à chegada dos portugueses ao Brasil. Ao pautar um tema que remonta ao Brasil colonial, o deputado faz escolhas lexicais para suscitar elementos de ordem ideológica de nacionalidade (“nosso país adotou a língua portuguesa”; “língua oficial da nação brasileira”; “língua portuguesa é patrimônio nacional”; “instrumento de expressão da nação brasileira”) para defender um purismo linguístico português.

Atentemos, especialmente, para a escolha lexical “adotou” para se referir à língua portuguesa. Tal preferência revela uma distorção da compreensão da história social do nosso país. Afinal, o deputado desconsidera todos os conflitos linguísticos de imposição da Língua Portuguesa aos povos originários da terra, como exemplo temos o projeto pombalino<sup>43</sup>, no Brasil colonial. Ademais, ao remontar a um passado de uma língua derivada do Latim, a qual proveu do Império Romano, em defesa do purismo linguístico português, o autor desconsidera os estudos sociolinguísticos sobre variação e mudanças linguísticas, pois não mais falamos o português advindo de Portugal.

Fragmento 2: “A Constituição da República de 1988, dispõe no seu artigo 13, que ‘a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil’, por sua vez, o artigo 210, § 2º, dispõe que ‘o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa’, não deixando qualquer dúvida de que a língua portuguesa é o idioma oficial que deve ser adotado para o todo o ensino no território nacional. Por sua vez, no artigo 205, da Carta Magna, está claramente disposto que ‘a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho’, ou seja, como dever do Estado, da família e com a colaboração da sociedade, qualquer medida que se pretenda adotar em termos de ensino, deve ser submetida a amplo debate social, e com a aprovação de legislação para que valha em toda nação, como é natural num país democrático. Isto significa que é absolutamente autoritário e antidemocrático que movimentos, tais como os que propagam o chamado ‘dialeto’ ou ‘linguagem não-binária ou neutra’, que hodiernamente toma de assalto as escolas, pretendam modificar a língua oficial impondo diretamente nas salas de aula, o ensino de uma linguagem que substitua a gramática e a língua oficial, sem um amplo debate social, político, filosófico e jurídico e sem aprovação maciça da população pernambucana”.

---

43 Sugestão de leitura para conhecer o projeto pombalino e a imposição da língua portuguesa: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13788/44/44>.



N°9 (2023)

Ao se apoiar na legislação brasileira, percebemos um tema que destaca o *ethos* culto do autor (“A Constituição da República de 1988, dispõe no seu artigo 13”; “por sua vez, o artigo 210, § 2º”; “Por sua vez, no artigo 205, da Carta Magna”). Ele utiliza das citações para reforçar elementos de ordem ideológica conservadora (“não deixando qualquer dúvida de que a língua portuguesa é o idioma oficial que deve ser adotado para o todo o ensino no território nacional”). No entanto, há algumas descontextualizações e contradições.

A Língua Portuguesa detém o prestígio de ser o idioma oficial da República Federativa do Brasil, porém, não é o único falado na nossa nação. Vale destacar que a cooficialização de línguas é uma política linguística que busca, através de um instrumento legal, assegurar que uma língua falada em nosso território compartilhe juridicamente o *status* de oficialidade com outra língua oficial e/ou cooficial<sup>44</sup>. O que não é o caso da linguagem não-binária. No entanto, o autor da propositura a caracteriza como uma neolingagem (“dialeto”; “modificar a língua oficial”; “linguagem que substitua a gramática e a língua oficial”), desconsiderando, mais uma vez, as variações e mudanças linguísticas que são típicas de uma língua.

O fato é que existe uma validação social por parte dos cidadãos em adotar essa linguagem. São vozes silenciadas que buscam representação na língua. Desconsiderando a importância dessa linguagem inclusiva, o deputado assume uma postura austera e faz escolhas lexicais afiadas (“absolutamente autoritário e antidemocrático”; “hodiernamente toma de assalto”; “pretendam modificar”; “impondo”), reforçando o seu *ethos* conservador diante da polêmica.

Fragmento 3: “Assim, entende-se que o que está em curso no nosso Estado, no Brasil, e conseqüentemente no Ocidente é uma tentativa de destruir não só o veículo pelo qual expressamos e transmitimos valores universais, mas principalmente a tentativa de reescrever a história para as gerações vindouras, de modo que não sejam capazes de se conectar aos elementos civilizacionais, reerguendo-os dos escombros. A manobra orwelliana de destruir o arcabouço civilizacional é inteiramente rebatida também pelo parecer técnico abaixo disposto, tecido pela professora de português CÍNTIA CHAGAS, o que motivou a apresentação do presente Projeto de Lei para que tenha alcance estadual. Projetos similares estão tramitando em Casas Legislativas em outros estados e também nacionalmente, na Câmara dos Deputados. Eis o parecer: ‘Este projeto tem a finalidade principal de zelar pelo direito, assegurado aos estudantes brasileiros, a uma educação de qualidade, conforme consta no texto da Constituição Federal, inserido em todo ordenamento jurídico pátrio, no artigo 205. Além dele, ampara-nos também o artigo 13 da nossa Carta Magna, segundo o qual ‘A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil’. (Formada em Letras pela UFMG, Cíntia Chagas é professora de português com maior visibilidade midiática do país, Instagrammer (possui mais de 220.000 seguidores e selo de verificação), palestrante e escritora. Correspondente da

44 Sugestão de leitura para aprofundar o conhecimento sobre a cooficialização de línguas no Brasil: <https://blog.ufes.br/kyriafinardi/files/2019/07/Pinheiro-Finardi-Porcino-2019.pdf> .



N°9 (2023)

Jovem Pan há mais de 4 anos, colunista do jornal Estado de Minas e do Jornal da Altetosa, já foi capa do G1, destaque no Jornal da Globo, tema no Jornal Nacional e no SPTV. Participou de diversos programas de TV, como o programa The noite e o Programa da Eliana. A professora também saiu em vários jornais e revistas, como O Globo, IstoÉ Gente e Veja. Escritora, possui dois best-sellers pela editora Harper Collins.)”.

Como vimos na Introdução deste trabalho, outros projetos de mesmo cunho tramitam nas casas legislativas do país. Tal tema é frisado neste trecho pelo autor da propositura que analisamos. Seguindo a mesma postura do trecho anterior, o autor escolhe termos lexicais severos para se referir aos indivíduos que defendem a linguagem não-binária (“tentativa de destruir”; “manobra orwelliana”; “destruir o arcabouço civilizacional”; “escombros”).

Para reafirmar a ideologia conservadora, nacionalista e cristã do deputado, são utilizados elementos que idealizam um embate entre os que defendem a linguagem inclusiva e os que defendem os considerados princípios universais (“tentativa de destruir não só o veículo pelo qual expressamos e transmitimos valores universais, mas principalmente a tentativa de reescrever a história para as gerações vindouras, de modo que não sejam capazes de se conectar aos elementos civilizacionais, reerguendo-os dos escombros”). É como se travasse uma guerra entre o bem e o mal.

Além disso, aparece um parecer elaborado por uma professora de português. O deputado destacou o nome da professora em letras maiúsculas. Inseriu uma citação direta e, logo após, entre parênteses, há informações sobre a docente. Ao utilizar uma fonte, acreditamos que o deputado procurasse validar o seu ponto de vista, reforçando o seu ethos culto/pseudo-culto. O que mais nos chamou a atenção foi o fato do deputado buscar autenticar a credibilidade da professora por meio da sua visibilidade na mídia e não pelo campo de produção acadêmica científica (“maior visibilidade midiática do país”; “Instagrammer (possui mais de 220.000 seguidores e selo de verificação)”; “Participou de diversos programas de TV”), o que abre margem para o questionamento da validade do poder da citação e dessa característica do orador, o que nos leva a propor que, na realidade, trata-se de um ethos pseudo-culto.

Fragmento 4: “Ocorre que, recentemente, temos visto, nas redes sociais, um movimento em prol da ‘linguagem neutra’ ou ‘linguagem não binária’, em que se pede a troca das terminações, nas palavras, -a e -o por -e, -@ ou -x. Segundo os defensores desse dialeto, tratar-se-ia de uma maneira de diminuir o preconceito contra aqueles que não se identificam com o gênero masculino, tampouco com o feminino, os chamados não binários. Então, palavras como menina e menino dariam lugar a menine, menin@ ou meninx; todos daria lugar a todes, tod@ ou todx, por exemplo. Esse movimento tem tomado tamanha proporção que alcançou, em novembro do ano passado (2020), uma escola do Rio de Janeiro, cuja circular de comunicação aos pais saiu nos mais diversos jornais brasileiros. Nesse documento, os responsáveis pelo Colégio Franco-Brasileiro afirmaram: ‘(...) tornamos público o nosso suporte institucional à adoção de estratégias gramaticais de neutralização de



gênero em nossos espaços formais e informais de aprendizagem'. Entretanto, esse tipo de medida, além de inconstitucional, não possui absolutamente nenhum embasamento científico. Vejamos, pois, o que o linguista Joaquim Mattoso Câmara Júnior, um dos mais renomados estudiosos do nosso idioma, cujas pesquisas em linguagem vêm sendo desenvolvidas desde 1940, diz sobre o assunto. Em seu artigo 'Considerações sobre o gênero em português', um dos principais trabalhos produzidos no Brasil sobre o tema, Mattoso Câmara explica que o gênero feminino é, em português, uma particularização do masculino. Essa particularização é feita pela terminação 'a', que é diferente da terminação neutra 'o', não havendo, então, nenhuma causa relacionada a um suposto machismo, mas às características morfológicas da língua portuguesa".

Devemos recordar, conforme verificamos no ethos prévio, que o autor da propositura é um arquiteto e urbanista por formação, e que está debatendo sobre linguagem. Ao abordar sobre a utilização, nas redes sociais, de termos que remetem à linguagem não-binária, o deputado reconhece a regularidade social da mesma. Quando cita o caso do colégio que adotou a neutralização de gênero, o deputado faz uma escolha de ordem ideológica em rechaçar tal atitude ("esse tipo de medida, além de inconstitucional, não possui absolutamente nenhum embasamento científico"). É a forma do seu ethos conservador se posicionar diante da polêmica, tendo em vista que o campo científico, especialmente a sociolinguística, tem discutido abertamente acerca dessas mudanças e variações, além de não haver lei que coíba a utilização dessa adequação.

Além disso, o deputado pernambucano se apoia em um linguista na busca de reforçar e validar o seu ponto de vista. É uma citação descontextualizada. O linguista é um dos mais importantes do nosso país, mas abarca um pensamento mais estruturalista sobre língua. As Ciências Sociais, com ênfase nos campos da língua e da educação, têm se distanciado da perspectiva estrutural, apesar de reconhecer sua importância, e se dedicado a outras abordagens que consigam abarcar as significativas mudanças e variações que acontecem na nossa sociedade. Assim, é limitado demais posicionar o "o" como o termo neutro da Língua Portuguesa, como fez o deputado ao suscitar o seu ethos culto/pseudo-culto, e tentar negar comportamentos que rejeitam a busca pela equidade ("nenhuma causa relacionada a um suposto machismo, mas às características morfológicas da língua portuguesa"). É um reforço ao sistema patriarcal, que ainda insiste em predominar nas nossas vivências.

Fragmento 5: "Outra informação relevante e incontestável de que a 'linguagem neutra' não possui ancoragem linguística vem do fato de o masculino, na língua portuguesa, já ser neutro, valendo para pessoas do gênero masculino, do gênero feminino e para os indivíduos que não se identificam com nenhum dos gêneros. Isso se dá pelo seguinte fato: no latim, havia três gêneros, o masculino (terminado em -o), o feminino (terminado em -a) e o neutro (terminado em -u). Na passagem do latim para o português, devido à semelhança da terminação masculina com a terminação neutra, adotou-se o masculino para designar o próprio masculino e também o neutro. É por isso que, em exemplo dado pelo renomado pesquisador e professor da Unicamp, Sírio Possenti, 'dizemos que o circo tem dez leões, mesmo que



tenha cinco leões e cinco leoas, mas não dizemos, no mesmo caso, que tem dez leoas. Também é por isso que se pode dizer que todos nascem iguais em direitos, o que inclui as mulheres, mas não se incluiriam os homens se a forma fosse ‘todas nascem iguais em direitos’”.

Podemos perceber que o ethos culto/pseudo-culto do deputado pernambucano não abre margem para ser contestado (“relevante e incontestável”; “não possui ancoragem linguística”), mesmo tendo formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo. Ele reconhece a neutralidade de gênero no Latim, do qual a Língua Portuguesa derivou, como foi supracitado no primeiro fragmento da propositura. No entanto, não abre espaço para uma possível neutralidade no português (“o masculino, na língua portuguesa, já ser neutro, valendo para pessoas do gênero masculino, do gênero feminino e para os indivíduos que não se identificam com nenhum dos gêneros”; “adotou-se o masculino para designar o próprio masculino e também o neutro”). Não há a busca em saber o motivo pelo qual há pessoas que lutam por um espaço na linguagem além do binarismo feminino e masculino. O que prevalece é a sua verdade.

Ademais, ao trazer uma citação de mais um linguista, o autor da propositura contempla elementos de ordem ideológica conservadora. É defendida a ideia de que as mulheres devem se reconhecer no “todos” mas os homens não podem se identificar no “todas”. Há uma contradição: como o deputado deseja impor que as pessoas que não se reconhecem na dicotomia mulher e homem sejam contempladas pelo “todos”? É a manutenção de um pensamento patriarcal e uma perspectiva afunilada acerca da realidade social em que estamos inseridos.

Fragmento 6: “Além disso, mesmo que nenhum desses argumentos existissem, a ‘linguagem neutra’, por si só, não faz sentido, uma vez que gênero gramatical não se relaciona com o sexo do ser humano. A palavra dentista, por exemplo, termina em -a e não faz distinção de gênero, uma vez que pode haver o dentista e a dentista. Logo, percebe-se a total falta de conhecimento linguístico dos apoiadores dessa causa, que resvala na bizarrice”.

Vejamos que no parágrafo anterior o deputado pernambucano, cujo ethos culto/pseudo-culto não abriu espaço para ser contestado, assumiu a perspectiva de que o “o” designaria o masculino, o “a” o feminino e os homens, as mulheres e os que não se reconhecem nesse binarismo estariam sendo contemplados pelo “o”, que seria a neutralidade no português. Agora, ele contraria o que disse (“gênero gramatical não se relaciona com o sexo do ser humano”). O não-binarismo é uma questão de identidade, não biológica. Inserido na sua ordem ideológica, o autor da propositura escolhe o termo “bizarrice” para se referir aos que lutam em prol da linguagem não-binária. Assim, ele tropeça no paradoxo de que defender essa variação trata-se de uma perspectiva de identidade e não de sexo biológico.

Fragmento 7: “Portanto, fica claro que não há outras motivações a não ser as ideológicas para suscitar a defesa desse dialeto, cujo uso apenas prejudica e



N°9 (2023)

exclui os demais cidadãos. Os surdos, por exemplo, teriam dificuldade de fazer a leitura labial se o interlocutor fizesse uso da ‘linguagem neutra’; os cegos teriam mais dificuldade ainda de adaptação, uma vez que os softwares de leitura não fazem a tradução não binária; por fim, seria imposto aos disléxicos, que representam sete por cento das crianças em fase escolar, maior dificuldade ainda de leitura. Fora a maioria esmagadora da população, que não entende por que razão a língua portuguesa deveria ser modificada em prol de uma minoria não binária”.

Vejamos como as escolhas lexicais do autor da proposta buscam apontar a linguagem não-binária como prejudicial para os demais (“prejudica e exclui”; “imposto”; “dificuldade” utilizada por três vezes), sem considerar que essas pessoas se sentem e são acometidas pela falta de representatividade e espaço. Nessa ordem de elementos ideológicos, o deputado situa as pessoas não-binárias como “minorias” e considera os iguais a ele como “maioria” social. É um posicionamento hostil da prática conservadora achar que as consideradas minorias devem se curvar aos que acham ser a maioria.

O deputado pernambucano, em nenhum momento, abre margem para entender essa realidade linguística sob a perspectiva de quem a anseia. Vejamos que ele pauta temas de outras comunidades marginalizadas pela sociedade e pelos próprios poderes públicos (“surdos”; “cegos”; “disléxicos”) para minimizar a luta pela linguagem não-binária. No Direito Linguístico, todos os indivíduos devem ter suas garantias, especialmente no tocante às minorias. Observemos que ao passo que o deputado reconhece a existência de pessoas que se identificam como não-binárias, ele as caracteriza como “minorias” linguísticas. É um conflito linguístico interno à Língua Portuguesa. No entanto, não podemos esquecer que a comunidade surda e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) travaram, e ainda travam, conflitos externos à Língua Portuguesa, para que seus direitos linguísticos sejam assegurados. Mas são classificados como minorias linguísticas, apesar de possuírem direitos garantidos. Então, é superficial demais utilizar tais argumentos.

Fragmento 8: Deste modo, não podemos permitir que a língua portuguesa, que serviu até o presente momento como meio de expressão em nosso Estado, Terra de tantos gênios literários, que serviu para nomes de vulto da literatura, música, poesia, oratória, política e filosofia brasileiras, seja destruída por movimentos ou modismos que ameaçam ruir todo o nosso patrimônio histórico e cultural.

As escolhas lexicais do deputado seguem o mesmo padrão agressivo (“destruída”; “modismos” “ameaçam ruir”). O ethos nacionalista (“não podemos permitir”; “nosso patrimônio histórico e cultural”) coloca ele e os que pensam como ele num patamar de defensores da nacionalidade brasileira, como se essa variação linguística estivesse compromissada em apagar da história e da memória o entendimento de Língua Portuguesa que eles têm.



Mais uma vez, o parlamentar utiliza elementos de ordem ideológica para dar um entendimento de embate: os conservadores, que valorizam o purismo da Língua Portuguesa lutando contra o “modismo” da linguagem não-binária que anseia “ruir” o “patrimônio histórico e cultural” do país. Todavia, o autor da propositura se esquece que o campo das artes, muitas vezes, foi e é vanguardista em criar e utilizar variações linguísticas.

Fragmento 9: “Pelos motivos expostos, é de urgente importância que os Nobres Pares apoiem a tramitação e a aprovação da presente propositura, que visa defender a Língua Portuguesa”.

Na busca em “defender a Língua Portuguesa” e “pelos motivos expostos” sob a égide dos ethos conservador, nacionalista e culto/pseudo-culto, o autor da propositura faz a escolha lexical “urgente” para ponderar que os demais parlamentares possam se unir à causa, apreciem e aprovem o PL. Assim, nas análises dos fragmentos selecionados, acompanhamos que o deputado pernambucano recorre a um tempo remoto da Língua Portuguesa, sob o viés do purismo linguístico e conservador, problematiza o movimento e a pauta em prol da linguagem neutra, sob o seu viés de ordem ideológica, e busca evidenciar, através dos seus argumentos, que a Língua Portuguesa corre riscos de “ruir” devido aos questionamentos em relação ao binarismo de gênero masculino e feminino.

#### 4 Considerações finais

Este trabalho se propôs a analisar o ethos do autor do Projeto de Lei Ordinária 1740/2021 e acreditamos ter contemplado o nosso objetivo. À luz do Direito Linguístico e Conflito Linguístico, ao pautarmos a temática da denominada linguagem não-binária, entendemos que se trata de um conflito interno à Língua Portuguesa. De um lado, existem pessoas que não se identificam no binarismo masculino e feminino e buscam, na norma gramatical, a neutralidade de gênero, ou seja, visam garantir um direito linguístico. Do outro, um grupo conservador que se posiciona contrário ao movimento.

Sob os postulados da Argumentação e da Retórica, identificamos, nas nossas análises, o ethos prévio e o ethos discursivo do deputado estadual pernambucano, autor da propositura. Acreditamos, ainda, ter feito considerações que contribuíram de forma além da verificação do ethos. Como ethos prévio, retomamos uma imagem de conservador do parlamentar, que foi reafirmada em vários fragmentos analisados e se desdobrou nos ethos nacionalista e culto (ou pseudo-culto, visto que utiliza fontes pouco confiáveis (como dados da mídia), descontextualizados ou desatualizados).

Entendemos que o assunto podia ser abordado e analisado sob outras perspectivas, mas acreditamos ter mantido o foco no ethos e ter contemplado o que propomos inicialmente. Ademais, ressaltamos que não objetivamos validar ou não a propositura analisada. Ao abordar a temática desta



pesquisa, pleiteamos ponderar sobre um conflito linguístico que extrapolou a discussão acadêmica e instaurou-se no âmbito legislativo.

Assim, consideramos ter contribuído para o avanço da discussão sobre a linguagem não-binária. Contudo, julgamos que ainda há muito a se discutir e estudar para se chegar a uma plena concordância acerca dessa temática. Apesar de ter nos incomodado o fato de não encontrarmos, até a finalização da escrita desta pesquisa, nenhum projeto com o objetivo de assegurar o direito linguístico às pessoas que não se identificam com os gêneros masculino e feminino, acreditamos no poder e contribuição do âmbito acadêmico-científico, o qual tem a maior autoridade para verificar e apontar as variações e normas linguísticas e suas respectivas validações sociais que acontecem na nossa língua. Portanto, confiamos na reflexão social e científica que este trabalho pode (e deve) provocar e nas ações que podem ser ocasionadas a partir do mesmo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R. N. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil: considerações à luz de uma emergente teoria dos direitos linguísticos. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1324#:~:text=Os%20processos%20diretos%20de%20nacionaliza%C3%A7%C3%A3o,consolidadas%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional%2C%20ou>. Acesso em: 03 nov. 2022.

ABREU, R. N. *Os direitos linguísticos: possibilidades de tratamento da realidade plurilíngue nacional a partir da constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. São Cristóvão, 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. Tradução Dilson F. da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2013. pp. 119-143.

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). *Retórica*. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112605.htm). Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 2.749, de 2 de abril de 1956. Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L2749.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L2749.htm). Acesso em: 08 mar. 2023.

COLLING, A. M. Elxs, el@s e n\*s. *Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/169-noticias-2015/547637-elxs-els-e-ns>. Acesso em: 29 fev. 2023.

DAVES, W.D; DUBINSKY, S. *Language conflict and language rights: Ethnolinguistic perspectives on human conflict*. New York: Cambridge, 2018.



Nº9 (2023)

97

GONÇALVES, J. S. S. *Direitos linguísticos no acesso ao direito à educação por migrantes forçados no Brasil: Estado, práticas e educação superior*. Pelotas, 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MAGALHÃES, E. H. da S.; CARDOSO, F. O. F.; PÔRTO, B. C. F. Reflexões formais e sociodiscursivas: a linguagem não-binária no português brasileiro sob a ótica dos estudos linguísticos. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 20, n. 1, 2021. p. 171-199.

MARIANO, M. R. C. P. As funções do discurso epidítico na política e a imagem de si. Análise do discurso da cerimônia de posse de Marcelo Déda. *Revista Metalinguagens*, v. 7, n. 1, julho de 2020, pp. 240-264.

MAYWORM, M. C. C. *Cooficialização de línguas em municípios brasileiros: uma perspectiva à luz do direito linguístico*. 2020. 126f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

NELDE, Peter Hans. Language conflict. In: COULMAS, F. (ed.). *The handbook of sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1996. p. 285-300.

*PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 1740/2021*. In: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=6780&tipoprop=p>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SILVA, L. N. F. da. *Direitos linguísticos e sua permeabilidade no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: um estudo no âmbito da CIDH*. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SILVA, P. A. P. da. Instituto de Estudos da Linguagem. *Ofício IEL-Dir*. 03/2021. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 26 fev. 2021. Disponível em: [https://www.iel.unicamp.br/sites/default/files/Parecer\\_e\\_oficio\\_pl10\\_21.pdf](https://www.iel.unicamp.br/sites/default/files/Parecer_e_oficio_pl10_21.pdf) . Acesso em: 13 mar. 2023.

SKUTNABB-KANGAS, T.; PHILLIPSON, R. *Linguistic human rights: overcoming linguistic discrimination*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1995.

VARENNES, F. de. Language Rights as an Integral Part of Human Right. *International Journal on Multicultural Societies*, v. 3, n. 1, p. 15-25, 2001.



Nº9 (2023)



**“VEM VACINAR”: ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS EM UMA CAMPANHA DE  
VACINAÇÃO CONTRA O SARAMPO NO BRASIL**

**"VACCINATE": PERSUASIVE STRATEGIES IN A MEASLES VACCINATION  
CAMPAIGN IN BRAZIL**

CARLA BALAN RISSATO DE BARROS <sup>45</sup>

DOUTORANDA EM LINGUÍSTICA PELA UNIVERSIDADE DE FRANCA

**RESUMO:**

Este artigo se apoia nos pressupostos da Retórica Aristotélica e nos estudos de Ferreira (2015), Abreu (1999), Reboul (1998), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), e na Retórica da Imagem, com os preceitos de Barthes (1990). A partir dessa teoria, analisamos uma campanha de vacinação contra o Sarampo (texto multimodal), postada na rede social *Instagram*, no dia 10 de maio de 2022, produzida com vistas a persuadir o auditório a se vacinar contra essa doença, até então erradicada, mas que se manifestou novamente em nosso país. De acordo com o Butantan, principal produtor de imunobiológicos do Brasil, houve considerável queda na cobertura vacinal no país. Assim, enquanto parte da população adere ao discurso pró-vacinação, muitos o rechaçam, apoiados em diversas justificativas. Sendo assim, nesse contexto polarizado, verificamos quais artifícios retóricos foram utilizados pelo orador na campanha selecionada. Observamos os recursos constituintes do *logos*, no texto verbal e imagético, como os tipos de argumentos, lugares e as figuras retóricas. O intuito foi verificar como os recursos racionais são capazes de mobilizar paixões no auditório e atingir, assim, o *pathos*. Nossa análise é, então, pautada nas lentes da Retórica e do percurso das paixões, apresentado por Aristóteles (2011). A partir deste estudo, discutimos informações sobre vacinação, argumentação e saúde.

**Palavras-chave:** estratégias persuasivas; *pathos*; vacinação.

**ABSTRACT:** This article is based on the assumptions of Aristotelian Rhetoric and on the studies of Ferreira (2015), Abreu (1999), Reboul (1998), Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996), and on the Rhetoric of the Image, with the precepts of Barthes (nineteen ninety). Based on this theory, we analyze a measles vaccination campaign (multimodal text), posted on the social network Instagram, on May 10, 2022, produced with a view to persuading the audience to vaccinate against this disease, which until then had been eradicated, but which manifested itself again in our country. According to Butantan, the main producer of immunobiologicals in Brazil, there was a considerable drop in vaccination coverage in the country. Thus, while part of the population adheres to the pro-vaccination discourse, many reject it, based on various justifications. Therefore, in this polarized context, we verified which rhetorical devices were used by the speaker in the selected campaign. We observe the constituent resources of the logos, in the verbal and imagetic text, such as the types of arguments, places and rhetorical figures. The aim was to verify how rational resources are able to mobilize passions in the audience and thus reach pathos. Our analysis is, therefore, based on the lens of Rhetoric and the path of passions, presented by Aristotle (2011). From this study, we discuss information about vaccination, argumentation and health.

---

<sup>45</sup> carlab\_rissato@hotmail.com



**Keywords:** persuasive strategies; *pathos*; vaccination.

## Introdução

Neste artigo, tecemos considerações acerca de uma campanha de vacinação contra o sarampo, divulgada na página da rede social *Instagram* de uma clínica de vacinação particular, localizada na cidade de Ribeirão Preto-SP, no dia 10 de maio de 2022. Nesse contexto retórico, consideramos a clínica de vacinação como orador, afinal o discurso foi proferido por meio de sua postagem; e a população que segue a página na rede social, como auditório.

Observamos, em nosso estudo, como os recursos racionais, que constituem o *logos*, contribuíram para emanar emoções no auditório e levar à persuasão. Vale ressaltar que as discussões a respeito da racionalidade e das paixões suscitadas por meio do discurso estão ancoradas nos estudos da retórica antiga e das neoretóricas, compreendidos a partir dos estudos de Ferreira (2015), Aristóteles (2011), Abreu (1999), Reboul (1998), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), e na Retórica da Imagem, com os preceitos de Barthes (1990). Sendo assim, vejamos alguns aspectos teóricos que fundamentam a nossa análise.

## Racionalidade e emoção: os recursos do *logos* e as paixões emanadas no auditório

A Retórica é, de acordo com Aristóteles (2011), a faculdade de observar os recursos para alcançar a persuasão em cada caso. Para o filósofo, todos fazemos uso dessa arte, mesmo que sem métodos. Para Reboul (1998), a Retórica promove a persuasão através do discurso. Dessa maneira, é evidente que, em nossas interações sociais, estamos em contato e fazemos uso de distintos recursos retóricos, seja em uma conversa descontraída ou em situações mais formais.

Merece destaque na história da retórica o filósofo grego, Aristóteles, precursor dos estudos na área. Nasceu em Estagira, localizada no litoral, entre Salônica e o Monte Atos, na Grécia. Não sabemos, ao certo, o ano de seu nascimento, mas estima-se que tenha sido em 384 a. C.

Ferreira (2015) descreve que a retórica surgiu no século V a.C., na Grécia, em Siracusa, após a queda do general Trasíbulo, que ocasionou a solicitação de restituição de terras subtraídas pelo governo tirano. O primeiro tratado retórico foi escrito em 465 a.C., por Tísias e Córax, oradores, que se mobilizaram em favor às pessoas que perderam as terras.

Em 427, Górgias apresentou a retórica a várias partes da Grécia, proferiu enunciados ricos em figuras e raciocínios. Conquistou, então, um número considerável de pessoas com o seu discurso. Seus discípulos eram chamados “sofistas”, pois apresentavam vocação pedagógica.



Para Reboul (1998, p. 9): “[...] pode-se dizer que os sofistas criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo”. O objetivo dos sofistas era produzir discursos belos e convincentes. Contudo, Platão e Aristóteles, filósofos gregos, não aderiram ao discurso de Górgias, por considerá-lo superficial e não compactuado com a verdade. A partir do Século I a. C., a retórica chegou ao ocidente, com Cícero, que a elevou a grande arte. Cícero refletiu sobre a retórica aristotélica e, de acordo com Ferreira (2015), evidenciou toda a beleza e força da palavra.

Em seu percurso histórico, a retórica enfrentou grandes desafios: o Positivismo, que valorava apenas o pensamento científico e, também, o Romantismo, que enaltecia a sinceridade e não aceitava os recursos retóricos. Assim, a retórica, nas palavras de Ferreira (2015, p. 45), “declinou, sim, mas não morreu”.

Após esse período conturbado, a arte retórica renasceu, na Europa, com o surgimento da nova retórica, que pretendia interpretar os discursos e não mais, exatamente, ensinar a produzir textos. Para a neoretórica, de Perelman e Tyteca (1996), as relações entre a humanidade surgem no mundo, repleto de opiniões, abre-se, portanto, espaço para o universo passional.

A Retórica se pauta na tríade: *ethos*, *logos* e *pathos*, que constituem o cânone *inventio*<sup>46</sup> - a *invenção*, o que, para Reboul (1998), consiste em fazer um levantamento dos argumentos que serão usados no discurso. Vale ressaltar que, para levar o auditório à persuasão, é necessário o correto ajuste dessas três provas retóricas. Dessa forma, é possível persuadir pelo caráter do orador (*ethos*), pelo discurso propriamente (*logos*) e, também, pelas paixões despertadas no auditório (*pathos*). Neste artigo, nos atentamos aos recursos do *logos* e como ele pode mobilizar o *pathos*.

O *logos* constitui a parte lógica e racional, isto é, corresponde aos recursos argumentativos. Para Aristóteles (2011), é o *como* a argumentação é construída e determina os raciocínios utilizados para persuadir, ou seja, constitui a prova lógica. Os recursos do *logos* determinam como o orador apresenta o seu discurso embasado nos interesses de seu auditório. Para Ferreira (2015, p. 78), “O *logos*, dentre as provas, se encarrega do discurso persuasivo, pois por meio dele demonstramos o que parece ser verdade de acordo com o que se conhece sobre cada assunto”.

Há, portanto, por parte do orador, o desejo de firmar um acordo com o auditório, por isso, ele traz à baila múltiplas provas, figuras retóricas, tipos de argumentos e lugares para atingir o seu público e promover a identificação, aceitação e adesão ao discurso.

Abreu (1999), define as figuras retóricas como recursos linguísticos usados a favor da argumentação. São consideradas figuras retóricas: a metáfora, metonímia, prosopopeia, reticências, anáfora, assíndeto, polissíndeto, ironia, hipérbole, etc. Para Fiorin (2021), as figuras cumprem papel

---

<sup>46</sup> Para Aristóteles (2011), os discursos retóricos se organizam em quatro etapas: a invenção (compreender o assunto e reunir argumentos pertinentes); disposição (colocar os argumentos em ordem), elocução (redigir o discurso) e ação (proferir o discurso).



argumentativo, uma vez que complementam o argumento para que exerça bem a sua função. Em suas palavras, (2021, p. 27), “O argumento é o que realça, o que faz brilhar uma ideia”.

Com relação aos tipos de argumentos<sup>47</sup>, que também observamos em nossa análise, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) os dividem em *quase-lógicos*, os *baseados na estrutura do real* e os *argumentos que fundam a estrutura do real*. Para os autores (1996, p. 220):

A argumentação quase-lógica se apresentará de uma forma mais ou menos explícita. Ora o orador designará os raciocínios formais aos quais se refere prevalecendo-se do prestígio do pensamento lógico, ora estes constituirão apenas uma trama subjacente.

Isto é, os *argumentos quase-lógicos* se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos, de forma, mais ou menos, explícita. Para Abreu (1999), são assim denominados, porque muitas incompatibilidades não dependem de aspectos formais, mas sim da natureza das coisas ou, até mesmo, das interpretações humanas.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) também descrevem os *argumentos baseados na estrutura do real*, que estabelecem uma relação entre juízos admitidos e outros que se busca promover. Podem ser denominados: pragmático, do desperdício, da direção, da superação e da autoridade.

Por sua vez, ainda em consonância com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), os *argumentos que fundam a estrutura do real* são os argumentos que se apoiam no que é aceito para um caso particular (exemplo, ilustração e modelo), e os que procuram reestruturar alguns elementos do pensamento em conformidade com esquemas aceitos em outros campos (a analogia e a metáfora).

Nessa espreita, quando se trata de fundamentar os valores e a argumentação, os autores sugerem que podemos recorrer a premissas de ordem geral, denominadas *lugares*, das quais derivam os *tópicos*, que designam rubricas em que podemos classificar os argumentos. Para os teóricos, desde a Retórica Clássica, o orador faz uso de argumentos prontos, os chamados *lugares da argumentação*. Representam conceitos de onde são retirados argumentos que valem para uma infinidade de circunstâncias. São diversos, mas merecem destaque, por serem relevantes em nossa análise, os seguintes:

*De quantidade*, que afirmam que algo é melhor do que outro com base em razões quantitativas. O todo é melhor do que a parte, um maior número de bens é preferível a um menor número. Para Abreu (1999), nesse lugar, são comuns dados estatísticos e porcentagens. *Da essência*, que concede valor de superioridade aos indivíduos, enquanto representantes de determinada essência.

Por fim, a Retórica também observa o *pathos*, que é constituído pelas emoções/paixões que podem ser movidas no auditório, a fim de alcançar a persuasão. De acordo com Aristóteles (2011), as paixões promovem mudanças nos julgamentos do auditório. O filósofo propôs o percurso das quatorze

---

<sup>47</sup> Os detalhes acerca dos argumentos que forma substanciais em nossa análise serão traçados no tópico destinado à análise.



paixões, constituído por: *cólera, calma, amor, ódio, temor, confiança, vergonha, impudência, favor, compaixão, indignação, inveja, emulação e desprezo*.

Vale destacar que foram substanciais em nossa análise as seguintes paixões: *temor*, o medo acerca de uma dor ou da projeção de um mal iminente; *confiança*, que é sinônimo de “segurança” e o contrário do medo e a *indignação*, que consiste na fúria pela felicidade alheia, quando estes não a merecem.

Para o filósofo, o percurso causa os seguintes efeitos: paixão – mudança de julgamento – ação. O primeiro estágio consiste em ser afetado, através do discurso, por uma das paixões da trajetória. Após as emoções serem movidas, haverá a mudança de julgamento, isto é, o auditório considerará o discurso válido e terá, de acordo com Aristóteles (2011), não somente a alma, mas também o corpo afetado, o que o conduzirá ao estágio seguinte: a ação, última etapa, em que o auditório confirma ter sido persuadido.

Como supracitado, neste artigo analisamos os artifícios retóricos presentes em uma campanha de vacinação contra o sarampo. Verificamos e descrevemos como os recursos do *logos* são capazes de mobilizar paixões no auditório. Sendo assim, a partir dos pressupostos elencados, partamos, portanto, à análise da campanha de vacinação selecionada.

### **Um passeio pela história das campanhas de vacinação**

Em consonância com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz - as vacinas surgiram no século XVIII, quando o médico Edward Jenner desenvolveu a vacina antivariólica. Dessa época, até os dias atuais, houve o intuito de persuadir as pessoas a se vacinarem, visto que, como já comprovado cientificamente, as vacinas evitam doenças que podem causar sérios danos à saúde e até a morte.

No Brasil, a primeira vacina, contra varíola, chegou em 1804, através do Marquês de Barbacena, conforme dados da Fiocruz. Após trinta anos, ela se tornou obrigatória e colaborou significativamente para o controle da doença. Em 1903, Oswaldo Cruz, diretor-geral de saúde pública do Brasil, realizou a campanha de vacinação contra a febre amarela, em moldes militares.

De acordo com o Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação (2014), documento do Governo Federal, o PNI – Plano Nacional de Imunização – foi regulamentado pela Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e pelo Decreto nº 78.321, de 12 de agosto de 1976, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE). Ele disponibiliza vacinas gratuitas e calendário de vacinação atualizado para todas as idades.

Para Bezerra (2018), o governo brasileiro tornou obrigatória a vacinação das crianças e dos adolescentes na Lei 8.069/90, o que já havia sido determinado com relação às doenças específicas, como se observa na Lei 1.261/1904. Isso fez com que diversas doenças graves, e até mortais, fossem



erradicadas, isto é, deixassem de existir no mundo, como a poliomielite e o sarampo, e outras estivessem em processo de erradicação, o que contribuiu positivamente com a saúde da população e, conseqüentemente, com as políticas públicas de saúde.

Contudo, para que houvesse aceitação e credibilidade das vacinas, foi necessário um trabalho de educação em saúde. As primeiras campanhas de vacinação no Brasil surgiram, em consonância com informações da Fiocruz, em 1961, era contra a poliomielite, em projetos experimentais em Petrópolis-RJ e Santo André-SP. Mas, somente em 1962 foi instituída oficialmente a primeira campanha de vacinação, dessa vez contra a varíola.

Entretanto, mesmo com ampla divulgação e anos de educação em saúde, muitas pessoas deixam de se vacinar. De acordo o site do Instituto Butantan, o maior produtor de vacinas e soros da América Latina e o principal produtor de imunobiológicos do Brasil:

A cobertura vacinal no Brasil vem despencando nos últimos dez anos, deixando a população – especialmente o público infantil – mais vulnerável a doenças que já estavam erradicadas no país, como sarampo e poliomielite, e que podem deixar sequelas ou causar mortes. Embora o índice de vacinação ideal seja acima de 90%, as taxas gerais de imunização têm ficado abaixo desse valor desde 2012, chegando a 50,4% em 2016. No último ano, a porcentagem foi de 60,7%, segundo informações do DATASUS do Ministério da Saúde.

Devido à queda na cobertura vacinal, doenças, até então erradicadas, voltaram a acometer a população, como o sarampo, por exemplo, que estava ausente do território nacional desde 2016 e voltou a circular no país em 2019, de acordo com dados do portal do G1. A cobertura vacinal da doença caiu de 92% para 76%, nos últimos anos. Segundo informações da página do Butantan, produtor de soros e vacinas (2022):

Esse decréscimo na vacinação vem contribuindo para o surgimento de novos surtos de sarampo, uma doença altamente contagiosa, transmitida por gotículas respiratórias, que provoca sintomas como tosse, coriza, olhos inflamados, dor de garganta, febre e irritação na pele com manchas vermelhas. Em casos mais graves, pode causar pneumonia e inflamação no cérebro.

Trata-se, portanto, de uma doença imunoprevenível, mas que está de volta ao nosso contexto social devido à queda de cobertura vacinal.

Relembremos que, para Ferreira (2015, p. 98), “A retórica existe onde há uma questão a ser debatida. Por isso atua no interior do discurso polêmico: aquele em que duas ou mais pessoas ou facções emitem opiniões discordantes”. Como levar o auditório a reconsiderar a vacinação contra o sarampo é, então, a polêmica que permeia a argumentação aqui discutida.

### **Pic Pic de amor: uma campanha de vacinação em análise**

A campanha de vacinação sobre a qual delinearemos observações trata-se de um post, isto é, uma postagem da página @picpicdeamor, veiculada na rede social *Instagram*, no dia 10 de maio de



2022. “Pic Pic de amor” é o perfil de uma clínica de vacinas particular, localizada em Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo.

O nome da clínica é, também, o da página do *Instagram*. Por meio de uma redução de palavra *pic pic*, em lugar de *picada*, faz referência à ação de vacinar, bem como ao amor que esse gesto pode demonstrar, uma vez que as vacinas podem salvar vidas e erradicar doenças.

A escolha do corpus deu-se devido à polêmica atual no que concerne à queda de cobertura vacinal e retorno da doença Sarampo, até então erradicada. Selecionamos um post de uma clínica de vacinação particular justamente para verificarmos como uma empresa privada, que vende vacinas, busca persuadir a população a comprar a vacina, levando em conta que o Sistema Único de Saúde – SUS – a oferece na rede pública.

O post é multimodal, isto é, composto por texto verbal e imagético. É constituído por sete abas com informações sobre o sarampo, doença viral, erradicada desde 2016 no Brasil, mas que se manifestou novamente nos últimos anos. A postagem destaca, portanto, a importância da vacinação para prevenir o retorno da doença. Para Figueiredo e Ferreira (2018), os textos multimodais constroem significados a partir da imagem, havendo uma interação entre texto verbal e imagético. Nesse sentido, as imagens também são capazes de provocar emoções no auditório.

Sabemos que todo discurso é proferido por um orador, com vistas a persuadir um auditório<sup>48</sup>. Para isso, haverá mobilização de variados recursos retóricos, que compõem o que chamamos de *logos*. A imagem do orador, isto é, o que ele aparenta ser, constitui o *ethos*, que também é de extrema relevância para determinar o curso da argumentação.

Antes de adentrarmos a nossa análise propriamente, é importante fazermos uma breve explanação acerca das proposições de Barthes (1990) sobre a Retórica da imagem, já que o nosso discurso vincula texto verbal e imagético.

### **Cores e ícones como elementos persuasivos: um olhar para a Retórica da imagem**

Como ressaltam Figueiredo e Ferreira (2018), o texto multimodal renova os preceitos retóricos e é uma maneira de acompanhar as demandas sociais de nossa época. Roland Barthes (1990) estendeu os estudos retóricos para a análise do texto visual, isto é, se atentou, também, à argumentação a partir de textos sincréticos. Para o autor, atribuímos significação às cores, sons e formas. Contudo, a imagem possui caráter polissêmico, sendo assim, o texto verbal pode ser considerado como uma ancoragem para a construção do sentido.

---

<sup>48</sup> Consideramos como auditório projetado pelo orador, em nossa análise, os seguidores da página @picpicdeamor que, supostamente, conferem credibilidade à clínica e se interessam pela temática *vacinação*.



Nº9 (2023)

Vale destacar que a argumentação e construção de sentido provenientes dos textos sincréticos têm relação com o conhecimento de mundo de cada indivíduo. Dessa forma, os elementos verbais e imagéticos constroem o sentido global do texto a partir de conhecimentos pré-existentes. Barthes (1990) nomeia essa representação cognitiva do conhecimento de mundo como *frame*, conceito fundamental em nossa análise.

Barthes (1990) ressalta que, na Retórica da imagem, há três níveis de análise para um texto sincrético. Temos a *mensagem linguística*, que fortalecerá a compreensão textual e fará o trabalho de ancoragem da construção de sentido, ou seja, será responsável por limitar a um sentido específico; uma segunda mensagem, de natureza *icônica denotada*, que nos fornecerá sentidos denotados da imagem que vemos de imediato, e, por fim, uma terceira mensagem, a *icônica conotada*, simbólica, que se encontra na mensagem icônica codificada.

Para o autor, a significação da imagem pode ser intencional, mas a compreensão e produção de sentido do auditório poderá não ser a mesma, afinal, a construção da interpretação, como já mencionado, está intimamente ligada ao que chamamos de *frames*, isto é, aos conhecimentos enciclopédicos de cada indivíduo. Sendo assim, partamos para as nossas análises, levando em consideração os recursos persuasivos presentes nas mensagens linguísticas, mas também no texto imagético.

### **Análise retórico-passional da campanha de vacinação contra o Sarampo**

Iremos, agora, expor os recursos retóricos que constituem a argumentação na campanha de vacinação selecionada.

Figura 1 - Análise da tela 1<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Todos os posts aqui apresentados foram denominados *Figuras* e têm como fonte a rede social Instagram. O endereço eletrônico consta nas referências.



Nº9 (2023)



Fonte: Instagram.

A primeira tela apresenta o texto verbal *Você sabe tudo sobre o sarampo?* e *Arraste para o lado* (presente em todas as abas). O orador, através do questionamento e do uso do pronome *você*, direciona o discurso a quem está lendo, de forma específica, logo, visa promover identificação.

Ao usar o termo *tudo*, pronome indefinido, sugere que é necessário conhecer a doença em sua totalidade e isso é possível ao ler o post, por isso o *Arrasta para o lado*, com verbo no modo imperativo, que indica ordem, conselho, pedido. Ou seja, o orador orienta que os leitores leiam o post para terem informações significativas sobre o sarampo.

Vale ressaltar que, ao se depararem com o texto verbal, pessoas mais velhas, que conheceram as consequências dos surtos de sarampo, provavelmente irão evocar, em sua memória, todo o temor que emanava na época. Por sua vez, os jovens poderão ser exortados a ler a postagem para conhecerem mais sobre a doença, até então erradicada, mas que está de volta em nosso país (informação amplamente divulgada pela mídia e, também, no post).

É interessante observar a representação lúdica dos elementos nas imagens (em todas as telas), o que, não apenas remete ao principal público acometido pelo sarampo, as crianças, como também parece fazer parte da identidade visual do perfil da clínica.

No texto imagético desta tela, tem-se a imagem de um jovem (posicionado do lado direito), de um vírus (posicionado do lado esquerdo) e uma lousa com um ponto de interrogação (no centro). Esses elementos representam, supostamente, a pessoa que irá informar ao auditório sobre a doença; o agente causador, no caso, um vírus; e a escola-aprendizagem, uma vez que lousa faz referência ao ambiente escolar, com aulas e transmissão de conhecimento.

Como já mencionado, as imagens comunicam e são responsáveis, também, pela construção da argumentação. Nesse caso, ao se deparar com a imagem representativa do vírus causador da doença



Nº9 (2023)

e uma lousa, o auditório pode acionar o *frame* de que o conhecimento provém, dentre outras formas, através do meio formal – escola – que há anos faz uso, sobretudo, do quadro negro para explicitar conteúdos relevantes. Assim, pode ser persuadido a ter atenção ao que a postagem almeja informar.

Nessa - e em todas as telas da postagem - há predomínio das cores azul e vermelho. De acordo com Farina (1986), o que é anunciado em uma campanha tem estreita relação com a cor empregada, sobretudo quando o objetivo é causar impacto. Para o autor, vermelho representa *alerta* e, até mesmo *perigo*; enquanto a azul, pode significar *verdade* e *razão*. Sendo assim, compreendemos que o objetivo do orador é demonstrar que o tema exige cautela e atenção, sendo necessário, ao auditório, se atentar às informações descritas na postagem.

Nessa tela também observamos a figura retórica *metonímia*, identificada nas seguintes circunstâncias, de acordo com Fiorin (2021, p. 37):

São metonímicas as compatibilidades de causa e efeito, [...] instrumento e autor, [...] continente e conteúdo, [...] lugar e objeto que o caracteriza, [...] símbolo e aquilo que ele simboliza, [...] coisa e ser que ela caracteriza, [...] autor e obra, [...] marca e produto, abstrato e concreto, etc.

Vale ressaltar que, como ressalta Abreu (1999), as figuras retóricas são extremamente significativas na argumentação, afinal, intensificam o sentido de algum elemento do discurso. Ao utilizar a *lousa* em lugar de *escola*, percebemos claramente a *metonímia* lugar-objeto que o caracteriza. A figura verde, que representa o vírus, também foi construída metonimicamente, uma vez que foi utilizada a imagem para representar o que ela simboliza: a doença sarampo. A metonímia é, então, um tipo de projeção que ativa memórias preexistentes no pensamento.

Com relação às emoções despertadas no auditório, ao ler as informações apresentadas na tela 1, supomos que ele pode ser movido pela paixão *temor*, já que se questionará se sabe tudo o que o sarampo pode causar. Ele estará, assim, na expectativa de um possível mal, que pode acometer a si e aos seus. Afinal, como destaca Aristóteles, o *temor* é a expectativa acerca de um mal iminente.

Também poderá ser mobilizada a paixão da *confiança*, pois, após *arrastar para o lado* e ler as orientações do post, o auditório estará munido de informações e poderá se proteger da doença. Para Aristóteles, a *confiança* é o oposto do medo. Portanto, há esperança de que o que pode prejudicar está distante e a segurança está próxima.

Figura 2 - Análise da tela 2



Nº9 (2023)

109



Fonte: Instagram.

Na segunda tela, é apresentada a definição de *Sarampo*, doença causada pelo vírus *Morbillivirus*. O texto verbal destaca ser uma doença mais comum em crianças, mas que também pode acometer adultos.

O texto imagético, novamente, é composto por uma imagem que representa uma célula infectada por um vírus, no caso, o *Morbillivirus*, agente causador do sarampo. Aqui, percebemos, mais uma vez, a *metonímia*, afinal, a figura está no lugar do próprio vírus, isto é, a imagem gráfica é o símbolo daquilo que ela representa, o *Morbillivirus*.

O vírus é representado na cor vermelho. Mais uma vez, é importante destacar que, para Farina (1986), as cores são extremamente relevantes para construir a argumentação, principalmente em uma campanha publicitária. Para o autor, vermelho denota *perigo* e *atenção*. Portanto, o auditório pode ser tomado por uma necessidade de alerta, o que pode reforçar o temor. A mensagem textual ancora a mensagem icônica, já que descreve a doença causada por esse vírus.

Com o discurso da segunda tela, o orador pretende atingir, sobretudo, aos pais ou pessoas que tenham jovens e crianças em seu entorno, uma vez que o termo *comum* dá a ideia de que, os surtos acometiam majoritariamente as crianças, ou seja, quem mais sofria com os sintomas e consequências da doença eram pessoas nessa faixa etária. Isso faz com que os pais ou responsáveis por crianças sejam movidos pela paixão do *temor*, visto que sentirão insegurança e medo perante um perigo iminente: o contágio pelo vírus.

Entretanto, o auditório que não tenha filhos também poderá ser acometido pela paixão do *temor*, uma vez que o texto verbal afirma que a doença pode, também, acometer os adultos. Ou seja, todas as faixas etárias estão suscetíveis a contraírem a doença e sofrerem com os sintomas.



Nº9 (2023)

Figura 3 - Análise da tela 3



Fonte: Instagram.

Na terceira tela da postagem, o texto verbal afirma que, desde 2016, o Brasil estava livre do sarampo, mas que a doença se manifestou novamente em território nacional, especificamente na região Norte.

Ao valer-se da localização temporal *Em 2016, o Brasil chegou a receber o status de país livre do sarampo*, o orador utiliza-se de um *lugar de quantidade*, visto vez que tenta persuadir a partir de dados estatísticos pressupostos. A argumentação por meio de números e dados tem o objetivo de transmitir credibilidade e, nesse caso, relembrar o auditório de que a doença estava ausente em todo o território nacional desde o ano supracitado. Percebemos, assim, que a mensagem linguística aqui apresentada, de fato, ancora e conduz a produção de sentido, já que a exposição verbal dos dados complementa os elementos visuais.

No texto imagético, há o mapa do Brasil, com algumas marcações em vermelho sobre a região Norte, utilizada para complementar a informação verbal de que casos de sarampo foram identificados nessa região. Mais uma vez, vale lembrar que *vermelho* evoca sinal de alerta e atenção, em consonância com os estudos de Farina (1986). Nas palavras do autor (1986, p. 25), “A linguagem da imagem, usando a presença sugestiva, concreta, cômoda e persuasiva do ícone, apoia-se na ideia de que as imagens são forças psíquicas que podem ser mais fortes que as experiências reais”. Como afirma Abreu (1999), um argumento ilustrado por uma imagem, o que ele chama de *recurso de presença*, tem efeito redobrado no auditório.



Nº9 (2023)

111

Assim, as bolinhas vermelhas representam os focos atuais da doença e, em certa medida, intensificam os sentidos de *cuidado* e *atenção*. Compõem, assim, uma figura retórica, a *metonímia*, afinal, o mapa está representando o território brasileiro (símbolo pelo que ele simboliza).

O orador, quando explicita que a doença se manifestou no Norte do Brasil, sugere ao auditório que o perigo está próximo e pode, dessa forma, atingi-lo. Novamente, o auditório pode ser tomado pela emoção do *temor*, já que poderá sentir-se ameaçado, afinal, um mal pode acometer a si e aos que lhe são caros, e, quanto mais perto, espacialmente ou temporalmente, maior o temor

Também poderá ser mobilizada a paixão da *indignação*, uma vez que o auditório pode considerar esse contexto imerecido, caso já tenha se vacinado ou vacinado aos seus. É possível o julgamento de que uma doença erradicada desde 2016 não deveria ter voltado a se manifestar. Vale lembrar que, de acordo com Aristóteles, a *indignação* consiste no sofrimento pela sorte de alguém sem merecimento, no caso, as pessoas que prezam pela vacinação. A indignação, nessa concepção, nos leva a pensar “*isso não deveria ter acontecido*”.

Figura 4 - Análise da tela 4



Fonte: Instagram.

Na quarta tela, o orador apresenta no texto verbal os dados numéricos sobre a infecção. O número de casos pelo mundo e a porcentagem comparativa reforçam a presença da doença em nosso país e o avanço considerável que apresentou de 2021 a 2022. Percebemos, assim, claramente o *lugar de quantidade*, visto que o orador expõe dados numéricos, porcentagem e estatísticas, com vistas a persuadir. Ademais, ao utilizar a palavra *somente*, remete-nos à ideia de que o período observado foi muito curto para que se manifestassem tantos casos de infecção pelo mundo.



Nº9 (2023)

O texto imagético, por sua vez, é constituído pela imagem do globo terrestre, com vários destaques na cor vermelha, sinalizando os focos da doença. Aqui, o orador usou a figura retórica *metonímia*, já que o globo terrestre está representando o mundo todo.

Sendo assim, o discurso construído na quarta tela corrobora supostamente para o *temor* no auditório, que se sentirá amedrontado pelos altos números de infecção no mundo. Ele sabe, provavelmente, que o mundo é globalizado, assim o perigo iminente está próximo de si e dos que lhe são caros.

Para Farina (1986), o uso da cor vermelho para denotar os focos da doença no país exerce uma função tríplice: impressiona, expressa e constrói. Isto é, é vista, impressiona a retina e é capaz de ser sentida, provocando uma emoção. Barthes (1990) também reforça que as cores têm função persuasiva e o uso adequado delas pode produzir sensações e reflexos.

Figura 5 - Análise da tela 5



Fonte: Instagram.

No texto verbal da quinta tela são apresentadas informações sobre a transmissão da doença e os sintomas provocados. Os últimos elementos são destacados através de sombreamento azul escuro, o que, provavelmente, visa chamar a atenção do auditório.

O texto imagético, por sua vez, apresenta uma pessoa supostamente infectada pelo vírus causador do sarampo. Está com a pele avermelhada, aparentemente fatigada e cobrindo o rosto com um lenço. Há gotículas dispersas no entorno da personagem, o que reforça a ideia de estar espirrando/tossindo e sofrendo com os sintomas.



N°9 (2023)

A caracterização da personagem é importante, pois remete aos sintomas causados pela doença, descritos no texto imagético. Deparar-se com a imagem da pessoa infectada e ler sobre os sintomas que o Sarampo causa, pode reforçar o *temor* no auditório, uma vez que ele não quer ser infectado e padecer com os sintomas da doença.

Para Farina (1986, p. 52):

Quando um estímulo atinge a retina, ele vai desencadear um processo complicado que termina na visão. A transformação de uma imagem qualquer do mundo exterior numa percepção começa realmente na retina, mas é no cérebro que ela vai atingir uma impressionante magnitude.

Assim, ao se deparar com o ícone de uma pessoa que, supostamente, está sofrendo com os sintomas provocados pelo sarampo, o auditório pode ser tomado pela paixão do *temor*.

Figura 6 - Análise da tela 6



Fonte: Instagram.

Na sexta tela, o texto verbal questiona o auditório e o convoca à ação de tomar a vacina Tríplice Viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola. Nesse momento, o auditório que ainda não tomou a vacina irá, provavelmente, refletir sobre a importância de se vacinar para combater o contágio pelo vírus causador de sarampo.

Observamos, aqui, o argumento *de direção*, que consiste em alertar contra os procedimentos em etapa. Supomos que, se ocorreu surto de sarampo uma vez, acontecerá novamente (se não houver vacinação). Conforme afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), é importante pensarmos o momento relatado como uma etapa de um processo dinâmico e em curso. Se esse primeiro passo em direção à não vacinação conduz a consequências preocupantes, o passo seguinte, resultado da



N°9 (2023)

propagação (variante da direção) causada por movimentos sociais e naturais de intensificação do fenômeno, conduzirão a efeitos ainda piores.

Na sexta tela, o texto imagético é composto por uma seringa de vacina, que apresenta rosto com semblante feliz, além de um coração vermelho, o que faz referência, supostamente, ao amor por trás do ato de vacinar e, também, ao nome da clínica. Para Farina (1986), as cores atuam sobre a emotividade humana e o fato de haver um coração vermelho na seringa de vacinação, aqui não representa um *alerta*, mas sim *vida*, significado também possível para a cor, descrito pelo autor em seus estudos.

A seringa está com os braços arqueados e elevados, o que representa o sinal de força. Ou seja, quem se vacina, fica forte e resistente à doença. Além disso, observamos, mais uma vez, a presença da *metonímia*. A seringa representa o líquido da vacina – continente pelo conteúdo -, que será injetado e, assim, protegerá as pessoas contra o sarampo. Assim, o auditório certamente será tomado por uma esperança, a de não contrair a doença, se tomar a vacina oferecida pela clínica.

Figura 7 - Análise da tela 7



Fonte: Instagram.

A sétima, e última tela da postagem, recomenda o agendamento da vacina, através do verbo no imperativo, *agende*. Esse modo verbal exprime ordem, conselho, pedido e, na postagem, soa como uma recomendação importante para evitar o contágio pela doença. A recomendação é escrita em branco, com fundo verde. Para Farina (1986), a cor *verde* apresenta relação com a *saúde*, *segurança* e *tranquilidade*. O objetivo supostamente é o de levar o auditório a agendar a vacinação e, assim, se proteger contra o sarampo.



Nº9 (2023)

No texto imagético, é apresentada, mais uma vez, a seringa. Mas, agora, ao lado de, supostamente, um profissional da saúde, o que concluímos pela vestimenta branca. Trata-se de uma mulher, com uma medalha em suas mãos, jaleco branco e desenho de um coração estampado no peito. Essa cor, para Farina (1986), evoca a ideia de ordem, dignidade, afirmação.

O texto imagético é, então, muito significativo para construir a argumentação nessa tela, uma vez que o profissional da saúde representa a autoridade e símbolo de credibilidade da vacina, o que é reforçado pela medalha. O uso do adereço pode nos conduzir a dois caminhos argumentativos: a clínica é medalhista, ou seja, confiável e digna de excelência; ou, que seremos vitoriosos se nos vacinarmos contra o sarampo.

Ambos os olhares podem suscitar no auditório a paixão da *confiança*, pois ele se sentirá amparado e protegido, ao saber que a vacina está disponível na clínica *pic pic* e pode prevenir o contágio da doença. Vale ressaltar que foi usado, na imagem, o *lugar de essência*, uma vez que a figura representa a superioridade do indivíduo enquanto representante da classe de profissional de saúde. Então, o argumento evidenciado pelo texto imagético foi construído *pelelo modelo*, baseado no prestígio, visto que utiliza atos de uma pessoa ou grupos de pessoas como meio de prova a favor de uma tese.

Nesta tela, diferente das demais, há utilização da cor *laranja* que, para Farina (1986), pode denotar *advertência, euforia e alegria*. O questionamento *Gostou do conteúdo?*, em *laranja*, visa retomar a atenção do auditório para a postagem, de forma global, fazendo-o refletir e, possivelmente, salvar, comentar ou compartilhar a postagem.

### **Análise retórico-passional da legenda do post**

O post da campanha de vacinação contra o sarampo vem acompanhado de uma legenda complementar que, a partir de nossas análises, também constitui recurso persuasivo, com vistas a atingir o *pathos*. Segue o texto da legenda do post:

Figura 8 - Análise da tela 8



Nº9 (2023)

116

**picpicdeamor** A baixa procura pela vacinação contra o Sarampo, especialmente durante a pandemia, fez com que a doença voltasse com força total. Somente nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, foram mais de 17 mil casos ao redor do mundo. 🌍🌍

No Brasil, a enfermidade que estava erradicada desde 2016, reapareceu recentemente na região Norte do país. 😞😞

A maneira mais eficaz de prevenir o Sarampo é a vacina Tríplice Viral, que ainda protege contra Caxumba e Rubéola. 🙏🙌

Não podemos deixar essa doença tão perigosa avançar mais, faça sua parte e agende o @picpicdeamor de toda sua família: ❤️😊

📍 Rua Ayrton Roxo, 25 - Alto da Boa Vista

☎️ (16) 3623-3700

📱 (16) 99370-6845 - Whats

Fonte: Instagram.

O texto destaca a baixa procura vacinal, sobretudo durante a pandemia de COVID-19, o que pode ter provocado o retorno do sarampo *com força total*, como destaca o texto. Verificamos, nessa expressão, o uso da figura retórica *prosopopeia*, que consiste em atribuir características de seres animados (com traço vida) e seres inanimados (sem traço vida). É importante salientar que, de acordo com Fiorin (2021), a prosopopeia não é restrita à linguagem verbal, pode ocorrer, portanto, na forma de uma imagem humanizada de um ser não humano.

A característica *força* é típica de seres animados e a doença sarampo<sup>50</sup> não se enquadra nesse grupo. O intuito foi, então, reforçar que a doença tem poder destrutivo contra a nossa vida. Nesse momento, as emoções do auditório, sobretudo o *temor* é movido, visto que a junção de *força*, equivalente a destruição, e *total*, que representa a totalidade, o todo, significa que o surto tende a ser intenso.

Na sequência da legenda, novamente são evidenciados dados estatísticos. Os números são consideráveis, e até alarmantes, quando se leva em consideração que os dados foram coletados entre janeiro e fevereiro de 2022, isto é, em apenas um mês de observação. Nesse trecho, o orador visa persuadir através do *lugar de quantidade*. Sugere que as razões quantitativas justificam a prevenção

---

50 Tomamos a associação de força não apenas ao traço semântico [+ animado], mas, sobretudo, ao [+ humano] ou ao [+ animal], afinal, há divergências nesse sentido, já que os vírus apresentam características de seres vivos e não-vivos.



da doença e, por consequência, a vacinação. O texto linguístico, como afirma Barthes (1990), aqui, é responsável pela ancoragem e condução da construção do sentido.<sup>51</sup>

Como já mencionado ao analisarmos a primeira parte da postagem, o auditório pode ser mobilizado pela paixão do *temor* ao se deparar com números tão alarmantes, afinal, em curto prazo de tempo, o sarampo já foi diagnosticado 17 mil vezes no mundo.

Nesse momento, o perigo ainda pode ser interpretado, pelo auditório, como distante, já que foi usada a expressão *no mundo*. Contudo, na sequência da legenda, a informação de que a doença foi diagnosticada na região Norte do Brasil pode corroborar para que o *temor* seja consolidado no auditório.

Mais adiante na legenda, há orientações de como se prevenir – através da vacinação – além de informações sobre o agendamento. O texto é finalizado com a expressão *não podemos deixar essa doença tão perigosa avançar mais*, cuja locução verbal *não podemos deixar* encontra-se no modo imperativo negativo, primeira pessoa do plural, o que denota um verbo de comando, ordem, conselho, pedido. Isto é, a clínica orienta a todos se vacinarem. O termo *mais*, por sua vez, faz com que fique evidente que a doença está se alastrando em nosso país.

O trecho *faça a sua parte e agende o pic pic de amor de toda a sua família* também apresenta verbo no modo imperativo, *faça*, porém, dessa vez, na segunda pessoa do discurso, reforçando que cada indivíduo precisa cumprir com a sua obrigação para o bem de sua própria família.

Vale ressaltar que, ao fazer uso do termo *família*, paixões podem ser suscitadas no auditório, uma vez que, geralmente, buscamos proteger os que nos são caros. E, como já descrito, quando algum mal pode afetar a quem amamos, tememos. Sendo assim, o auditório pode ser persuadido a vacinar os seus familiares na clínica, afinal o medo do mal vindouro pode levá-lo à ação.

### Considerações finais

A vacinação contra o sarampo, tema controverso e alvo de nossa análise, comumente promove discursos polêmicos, uma vez que parcela da população adere à ideia de segurança e eficácia da vacinação; e outra, rechaça esse posicionamento, pautada em diversos fatores, dentre eles, na ideologia antivacina. Dessa forma, a doença, até então erradicada, retornou ao nosso contexto social.

Nesta análise, verificamos que a campanha de vacinação contra o sarampo analisada apresenta recursos retóricos que visam alcançar a persuasão através do *pathos*, ou seja, das emoções

---

<sup>51</sup> A legenda faz uso, também, de emojis, que consistem em pictogramas que transmitem a ideia de uma palavra. É a união do termo *e* (imagem, em japonês) e *moji*, que significa letra. Sendo assim, o uso desses recursos complementa a mensagem linguística.



emanadas no auditório. Como ressalta Farina (1986), as campanhas publicitárias não são feitas aleatoriamente, elas têm um fim: atingir o auditório através de uma mensagem para incitá-lo à ação.

A argumentação foi construída através de diversas operações lexicais e mobilização de recursos retóricos (verbais e imagéticos). O intuito da clínica de vacinação era persuadir o auditório a se vacinar contra o sarampo. Para isso, trouxe à baila variados recursos do *logos*, como argumentos, lugares e figuras, que podem conduzir à persuasão por meio das emoções emanadas no auditório, além de recursos visuais, como imagens e cores selecionadas intencionalmente, a fim de construir a argumentação. Consideramos que a paixão do *temor* foi predominante, todavia, a *indignação* e a *confiança* também puderam ser reconhecidas.

Por meio das análises efetuadas, observamos que, para além dos elementos plásticos que nos saltam aos olhos, há relevância na mensagem simbólica (conotada), reiterando que as imagens se fixam rapidamente e de forma integrada em nossas mentes, se tornando significativas para o despertar de emoções.

### Referências Bibliográficas

ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 1999.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2011.

BARTHES, R. A retórica da imagem. In: \_\_\_\_\_. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 27-41.

BEZERRA, A. C. M. **Utilização de círculos de cultura sobre vacinas para promoção da educação em saúde dos adolescentes**. 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de normas e procedimentos para vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

FARINA, M. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher Ltda., 1986.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIGUEIREDO, M. F.; FERREIRA, F. A. (org.). **Retórica e Multimodalidade: a composição visual em foco**. Franca: Unifran, 2018. 400 p.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Conheça a história das campanhas nacionais de vacinação**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1682-conheca-a-historia-das-campanhas-nacionais-de-vacinacao>. Acesso em: 11 set. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Perguntas frequentes: vacinas**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-vacinas-menu-topo>. Acesso em: 11 set. 2023.



Nº9 (2023)

119

INSTITUTO BUTATAN. **Imunização, uma descoberta da ciência que vem salvando vidas desde o século XVIII.** 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/imunizacao-uma-descoberta-da-ciencia-que-vem-salvando-vidas-desde-o-seculo-xviii>. Acesso em: 25 maio 2022.

INSTITUTO BUTATAN. **Queda nas taxas de vacinação no Brasil ameaça a saúde das crianças.** 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/queda-nas-taxas-de-vacinacao-no-brasil-ameaca-a-saude-das-criancas>. Acesso em: 05 jul. 2022.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PICPICDEAMOR. **Você sabe tudo sobre o Sarampo?.** Ribeirão Preto, 10 de maio de 2022. Instagram: @picpicdeamor. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdYaV0nu2rg/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 21 out. 2022.

PORTAL G1. **Por que o sarampo voltou?** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/blog/ana-escobar/post/2020/01/01/por-que-o-sarampo-voltou.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2022.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.



Nº9 (2023)



Nº9 (2023)

**O PEDIDO DE PRISÃO DE LULA NO CASO TRIPLEX DO GUARUJÁ: A CONSTRUÇÃO DO ETHOS DA REVISTA CARTA CAPITAL**

**THE REQUEST FOR LULA'S ARREST IN THE TRIPLEX CASE OF GUARUJÁ: THE CONSTRUCTION OF THE ETHOS OF *CARTA CAPITAL* MAGAZINE**

Flávio Passos Santana<sup>52</sup>

Universidade Federal de Sergipe

Edgar Andrade Costa<sup>53</sup>

Universidade Federal de Sergipe

**Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o ethos da revista *Carta Capital* por meio de fotos e enunciados que fazem parte da composição de uma reportagem e como a escolha desses elementos podem influenciar na construção argumentativa e na imagem discursiva evidenciada. Para tanto, utilizamos a edição 892 da revista *Carta Capital*, que aborda o acontecimento sobre o pedido de prisão de Lula no caso do apartamento Triplex. Para tanto, utilizamos os estudos da Retórica e Argumentação nos embasando em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Aristóteles (2011 [384-322 a. C]), Reboul (2004), Haddad (2005), Maingueneau (2005) e Mariano (2016). Metodologicamente, este trabalho tem como escopo a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, para isso, analisamos as imagens e a sua composição, bem como os enunciados que a compunham. Para tal fim, pudemos constatar a importância que as imagens possuem no processo da construção argumentativa, visto que o orador pode manipular ou reforçar aquilo que é dito no discurso, ocasionando uma comunhão com o auditório acerca do assunto defendido e contribuindo para identificarmos como os ethos são construídos.

**Palavras-chave:** Ethos. Imagens. Revista. Carta Capital. Lula.

**Abstract**

The present work aims to analyze the ethos of *Carta Capital* magazine through photos and statements that are part of the composition of a report and how the choice of these elements can influence the argumentative construction and the discursive image evidenced. To do so, we used issue 892 of *Carta Capital* magazine, which addresses the event about Lula's arrest in the case of the Triplex apartment. For that, we use the studies of Rhetoric and Argumentation based on Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Aristóteles (2011 [384-322 a. C]), Reboul (2004), Haddad (2005), Maingueneau (2005) and Mariano (2016). Methodologically, this work is scoped to bibliographical research with a qualitative

---

<sup>52</sup> flavio\_cdb@hotmail.com

<sup>53</sup> edgar.costalettras@gmail.com



Nº9 (2023)

approach, for this, we analyze the images and their composition, as well as the statements that compose it. To this end, we were able to verify the importance that images have in the process of argumentative construction, since the speaker can manipulate or reinforce what is said in the speech, causing a communion with the audience about the defended subject and contributing to identify how the ethos are built.

**Keywords:** Ethos. Images. Magazine. Carta Capital. Lula.

## Introdução

Esta pesquisa é um recorte de nosso trabalho de conclusão de curso, o qual discorreremos, a partir da denúncia de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica envolvendo o nome do presidente Luís Inácio Lula da Silva<sup>54</sup>, no caso do apartamento Triplex do Guarujá, no litoral paulista e o pedido de prisão realizado pelo Ministério Público paulista, reportados pela revista *Carta Capital*. Para tanto, investigamos imagens publicadas descrevendo os detalhes de pessoas envolvidas, os discursos dos oradores e a conseqüente formação do ethos da revista.

É notório ressaltar o papel exercido pelo “ativismo judicial” que essa Operação Lava Jato desencadeou nos últimos acontecimentos políticos do Brasil, desde o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República, legitimado pelo discurso anticorrupção e antipolítico que aflorou na sociedade brasileira.

Um relevante aspecto que contextualiza a Operação Lava Jato com os últimos episódios da política nacional foi o fato de o ex-juiz Sérgio Moro, responsável pela determinação da prisão de Lula (fato que culminou em seu afastamento na corrida eleitoral de 2018), pedir exoneração do cargo de juiz federal para integrar o governo Bolsonaro como Ministro da Justiça no final de 2018<sup>55</sup>. Além disso, segundo Jesus (2017), mesmo antes do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o referido juiz derrubou o sigilo de ligações entre a presidenta e Lula e divulgou um áudio de ligação entre os petistas, apontando aí o início de uma perseguição política.

Utilizando como fundamentação teórica a Retórica e a Argumentação, analisamos a construção da reportagem e procuramos evidências nas imagens apresentadas na capa, como também nas demais imagens no interior da reportagem da capa trazida pelos autores; bem como os elementos linguísticos que destacamos como “chaves” para a construção de um texto permeado de significação.

---

<sup>54</sup> O trabalho foi apresentado em 2019, quando o atual presidente da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, era ex-presidente.

<sup>55</sup> Sérgio Moro esteve como Ministro da Justiça por apenas 16 meses, após romper com o ex-presidente Bolsonaro.



Nosso trabalho, então, visa mostrar como os discursos no meio jornalístico não são isentos de imparcialidade, por mais que os oradores tragam informações legítimas, a escolha de como essas informações são trazidas evidenciam traços ideológicos, políticos e com uma intencionalidade aparente, o que os ajuda a serem rotulados como estereótipos que eles próprios se consideram (politicamente engajados no campo progressista), e se referem a fazer jornalismo com credibilidade, com veracidade das informações mostrando uma verdade factual. Quebra, com isso, paradigmas de alguns campos que ainda insistem em afirmar a imparcialidade da imprensa para aguçar o senso crítico e/ou sentimento de desconfiança do público ao ler e/ou escutar determinada informação, procurando enxergar possíveis falhas, “vácuos” no discurso daqueles que poderiam dizer algo de uma outra forma, mas escolheram dizer de determinada maneira para conseguir persuadir por meio de seus argumentos.

Diante desse percurso, os oradores se utilizaram do poder das fotos apresentadas para explanar seus discursos e acabaram, com isso, construindo imagens discursivas, que na retórica chamamos de *ethos*. Ao realizar essa busca investigativa, apresentamos a estrutura do discurso retórico em texto jornalístico e a partir deste foi possível verificar como o *ethos* dos oradores são construídos, identificando, também, o *ethos* criado do ex-presidente em detalhes que o *corpus* traz, além do conhecimento até então da imagem e a história que este homem público construiu no decorrer de sua trajetória política e militante, oriunda dos movimentos operários e um defensor dos Direitos Humanos. Outro *ethos* que mencionaremos será de Marco Aurélio Mello (Ministro na época), pela relevância que a reportagem suscita, apresentando nele a figura do *ethos* dissidente, associando à ideia defendida por Haddad (2005).

O nosso trabalho toma como base a pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, visto que fizemos as leituras sobre a teoria por nós abordada, explorando os conceitos oriundos dela em nosso *corpus* de análise. Primeiramente realizando fichamentos, depois resenhas, buscando atrelar ao que propomos desenvolver na análise, através do *corpus* também delimitado.

Sobre o *corpus*, conseguimos adquiri-lo por meio da assinatura digital da revista *Carta Capital*. Com o acesso liberado, baixamos no aparelho móvel diversas reportagens sobre imagens do tema que propomos discutir. Definimos que a análise seria delimitada a uma capa da revista e sua reportagem principal por conta do tempo limitado que tínhamos para a construção do trabalho. A escolha da edição se deu por, na época, ser um assunto que estava sendo veiculado com bastante afinco nas redes sociais e, também, nos jornais mais importantes do país.

Após a construção das resenhas, que foram devidamente revisadas e melhoradas para que houvesse maior síntese possível dos principais conceitos trazidos pela Retórica e Argumentação, partimos, então, para a análise propriamente dita, e por meio de várias leituras e releituras, pudemos encontrar significações plausíveis e coerentes no *corpus* e associá-los ao que propusemos em nossos objetivos. Descrevemos como a Retórica está entranhada em nossos discursos em simples conversas, em imagens que são publicadas, pois sempre existe um propósito nos discursos proferidos. Por mais



que se use figuras de linguagem para “maquiar” ou “enfeitar” determinados enunciados, podemos analisá-las e evidenciar imagens discursivas construídas por meio das escolhas linguísticas apresentadas.

Para tanto, analisamos as imagens contidas no *corpus*, buscando explorar não somente as imagens das figuras públicas que foram registradas e trazidas pela revista, mas sempre buscando destacar formas, cores, situações que foram observadas nas fotografias, sempre associando ao contexto, para discorrer sobre as suas significações no campo prático. Num segundo momento, evidenciamos elementos linguísticos (enunciados vinculados às imagens) que tornaram o texto permeado de informações significativas, que ajudaram a construir e chegar aos objetivos propostos na análise.

Nesse sentido, então, este trabalho está dividido em duas partes: a primeira traz os conceitos relacionados à teoria utilizada no campo da pesquisa, Retórica e Argumentação, citamos os trabalhos dos teóricos estudados e que estão nas referências bibliográficas; a segunda parte contém a análise das figuras extraídas do *corpus* delimitado (a capa da revista e os seus enunciados atrelados) que dão significância e corroboram para se chegar às considerações acerca da proposição.

## 1 Entendendo os conceitos da retórica e da argumentação

Por meio dos estudos de Retórica e Argumentação, pudemos refletir acerca da importância do discurso em nossas vidas e como argumentamos nas mais variadas situações, sempre buscando ser compreendidos. Por isso, achamos pertinente quando Ferreira (2017) fala que “somos seres retóricos por termos crenças e opiniões a respeito de qualquer situação formada que nos suscita valores e paixões”, e que através da palavra revelamos nossas impressões do mundo. Construimos sentidos no texto para depois serem interpretados, tanto no nosso discurso quanto no do outro. Esse entrelaçamento é definido com base nos estudos de Aristóteles (2011 [384-322 a. C]) que dialoga sobre as finalidades do discurso retórico fundido em três termos, (o *docere*, que é ensinar; o *movere*, que é atingir os sentimentos; e o *delectare*, que é agradar, mantendo o auditório atento)

Ainda a respeito dos conceitos da Retórica, temos, segundo Aristóteles (2011 [384-322 a. C]), o *ethos* como o caráter, a virtude e a credibilidade do orador, termo que sofreu algumas modificações durante o passar do tempo e, hoje, podemos entendê-lo como a imagem que é construída discursivamente; o *auditório*, simbolizado pelo *pathos*, sendo necessário comovê-lo, seduzi-lo, convencê-lo através das crenças e paixões; e o *discurso*, que é o *logos* (a palavra, a razão). Esta triangulação tem que ser bem articulada tanto pelo orador quanto pelo auditório, pois, segundo Ferreira (2017), é impossível uma argumentação sem a interação do auditório para com o orador e o juízo de valor que este tem para com aquele. Ainda a respeito da natureza do auditório, Reboul (2004) fala que,



cotidianamente, argumentamos perante o outro e esse outro pode vir a ser tanto apenas uma única pessoa como um indivíduo, um grupo ou até mesmo uma multidão.

Maingueneau (2005), por sua vez, faz uma distinção do *ethos* em relação ao conceito aristotélico no que diz respeito a seu prolongamento, ele afirma que o *ethos* se mostra, ele não é dito. Além disso, este mesmo autor difere o *ethos* discursivo do *ethos* pré-discursivo ou *ethos* prévio – este chamado assim por Amossy (2005) e Haddad (2005). Como princípio explicativo, Maingueneau (2005) chama o destinatário de co-enunciador – pois este participa de maneira interativa da construção do diálogo – pois, por mais que este não saiba nada sobre o caráter do enunciador, é através do gênero do discurso de determinado texto ou a um certo posicionamento ideológico que induz expectativas em matéria de *ethos*. E isto pode ser compreendido em se tratando de um auditório / público / assinante da revista *Carta Capital*, com posicionamentos de informações que, por mais que estejam no campo da verdade factual, tem elementos ditos que, de certa forma, agregam valores em comum entre os envolvidos (orador e auditório / enunciador e co-enunciador).

Ainda em se tratando de auditório, diante do exórdio – como configuração introdutória de algo que está no interior da revista – Mariano (2016) comenta sobre a importância de se conquistar o auditório desde a formatação da capa, caracterizando uma atividade retórica. A autora explicita também sobre a composição do gênero capa de revista e revela que na linguagem não-verbal, a escolha da fonte, o tamanho da fonte, definem os assuntos principais a serem discorridos no interior da revista apresentados na capa de forma utilitária e de certa forma lógica, com critérios. E esses critérios são observados tanto na capa de revista quanto no interior dela, em sua reportagem principal, onde discorreremos sobre esses e outros fatos e elementos constitutivos do gênero aqui mencionado.

Dessa maneira, Ferreira (2017) fala sobre a importância de o orador, além de saber se expressar, deve saber a quem vai se expressar, visto que, segundo Reboul (2004), a função hermenêutica é a arte de interpretar textos, mudando, dessa maneira, o ensino da retórica de a arte de produzir discursos para a arte de interpretá-los. Neste sentido, o(s) orador(es) produzem seus textos, constroem seus enunciados sabendo como e onde serão recebidos; e esta receptividade será decisiva para que haja aceitação, persuasão.

Ainda de acordo com Ferreira (2017), a respeito dos membros de um auditório, o orador atribui funções, como a de atuar como juízes: analisar uma causa passada e refletir sobre a condenação ou não; a de atuar como assembleia (analisam uma causa que aponta para o futuro); e atuar como espectadores, nesse caso, são temas do presente discursados e a tomada de decisão pode ser influenciada por este discurso. Geralmente esses discursos são para agradar ao público. Em se tratando do público assinante da revista *Carta Capital*, composto por um auditório erudito, em sua maioria, haja vista os dados que o próprio site<sup>56</sup> da revista traz quanto a estudo sociocultural e econômico de

<sup>56</sup> [www.editoraconfianca.com.br/formatos\\_html/assets/midia-kit-cartacapital---2016.pdf](http://www.editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/midia-kit-cartacapital---2016.pdf)



N°9 (2023)

seus assinantes: 82% dos assinantes possuem curso superior completo e 63% com pós-graduação completo ou cursando mestrado ou doutorado; além disso, grandes números deles consideram-se intelectualizados e culturalmente ativos.

Ainda de acordo com a Retórica, Aristóteles (2011, p. 122-123) afirmou que “as paixões (emoções) são as causas das mudanças de nossos julgamentos e são acompanhadas de dor ou prazer”. Diante disso, Mariano (2016) enfatiza o pré-julgamento de um livro ou revista por sua capa; coloca o orador como responsável em conhecer seu auditório para que através disso possa persuadi-lo.

Chegamos, enfim, ao terceiro elemento constitutivo da persuasão, que é o logos, o discurso. Sobre este, Ferreira (2017) argumenta que nunca ninguém cria um discurso “puro”, ele sempre é embasado em outros discursos preexistentes, e a partir de um novo discurso, este passa a ser referência para a construção de novos discursos. Nesse sentido, podemos falar o mesmo sobre a construção de determinado texto, pois sempre há embasamento em textos preexistentes. E são essas referências que balizam os pontos de vista e nos inspiram a construir e proferir discursos com a carga emocional adequada para a situação, a depender do auditório que desejemos atingir, interagir. Mariano (2016) fala sobre esse terceiro elemento constitutivo, o logos, argumentando que na construção teórica são os temas e as imagens não verbais escolhidos para a construção do discurso. As imagens das fotos tanto da capa da revista quanto as imagens contidas no interior da revista, da reportagem de capa, são criteriosamente escolhidas pelo(s) editor(es), estrategicamente, para chamar atenção e introduzir, dessa maneira, sobre o que vai se argumentar.

Além disso, Ferreira (2017) faz uma breve explicação acerca da origem da palavra logos, que até o século VI a. C. significava palavra escrita ou falada, o verbo. A partir dos estudos de Heráclito de Éfeso, passou a ter o conceito de razão. Em sentido amplo, todo discurso se constrói em torno de um tema que é problematizado e gera questões. O logos, dentre as provas, se encarrega do discurso persuasivo, pois por meio dele demonstramos o que parece ser verdade de acordo com o que se conhece de cada assunto. As provas lógicas (centradas no logos) utilizam raciocínios como meio de persuadir.

Apesar de reconhecermos a importância dos três gêneros discursivos apresentados, e sabermos que eles se entrelaçam de maneira interdependentes, o foco principal da pesquisa será o ethos, mas não podíamos deixar de mencionar os demais; trata-se apenas de uma questão de delimitação do foco a ser analisado.

Ainda sobre o ethos, é válido mencionar Haddad (2005), quando este argumenta que o orador, ao pronunciar seu discurso, deve construir uma imagem de si que seja análoga a seu objetivo argumentativo, levando em consideração a ideia que o auditório projeta nele. O ethos prévio condiciona a construção do ethos discursivo e demanda a reelaboração dos estereótipos desfavoráveis



que podem diminuir a eficácia dos argumentos. Na próxima seção, apresentaremos como os *ethos* foram apresentados em nosso *corpus*.

## 2 Análise das imagens da revista e a sua significação diante dos fatos

Inicialmente, achamos pertinente analisar a origem do nome da revista que corresponde ao *corpus* escolhido. A etimologia das palavras “carta”<sup>57</sup> e “capital”<sup>58</sup>, nos remete, respectivamente, ao latim “charta” e “capitalis”, que significa “folha para escrita, tablete” e “relativo à cabeça”. Na junção delas podemos inferir um primeiro significado como sendo um periódico, algo escrito, que esteja relacionado a um público pensante, que tem o aspecto do senso crítico, do raciocínio, do racional, evidenciado. Ainda sobre “capital” existem outras denotações possíveis, como por exemplo, “principal, o que manda”, algo que está acima dos outros, que domina. Outras inferências podem ser atribuídas, como por exemplo, capital de uma cidade, ou de um país, ou seja, a maior, a principal. No sentido econômico, podemos entender também aquilo que é acumulável em termos de riqueza financeira, sendo este sentido colocado à parte por não se evidenciar aos objetivos da revista, apesar de ter um custo para sua obtenção por parte dos sócios ou compradores avulsos da referida, e que gera uma rentabilidade para custeios de produção e tudo o que mais fomenta sua circulação. O aspecto de reconhecer um nome como marca registrada tem sua importância, pois o nome é o primeiro fator condicionante que torna a empresa conhecida no cenário nacional, como empresa midiática do mercado editorial.

Mas vamos ficar com o primeiro significado mencionado e plausível, verossímil em se tratando de sentido pelo qual a revista fora criada há mais de duas décadas, por jornalistas conhecidos no cenário nacional (Mino Carta, Bob Fernandes, Nelson Letaif e Wagner Carelli), sendo que o primeiro citado ainda faz parte do corpo de funcionários que compõe a *Carta Capital*. Este fato pode ser evidenciado no site<sup>59</sup> da revista, que traz dados do perfil sócio cultural econômico dos seus assinantes. Na edição de 13 de fevereiro de 2008, BDO Trevisan, responsável pela auditoria de tiragem da revista, indicou o número de 71.100 exemplares, e, no mesmo ano, a edição de número 500 teve uma tiragem de 85 mil exemplares. No site da Editora Confiança, a versão impressa de período semanal informa uma tiragem de 56 mil exemplares e mais de 400 mil downloads de edições desde o lançamento do aplicativo em 2011. Em se tratando de um país com mais de 200.000.000 de habitantes, é um número relativamente representativo., principalmente quando analisamos o público assinante desta revista. Identificamos ainda, no site da Editora Confiança, um público que, por predominância,

<sup>57</sup> [www.dicio.com.br/carta/](http://www.dicio.com.br/carta/)

<sup>58</sup> [www.dicio.com.br/capital/](http://www.dicio.com.br/capital/)

<sup>59</sup> [www.editoraconfianca.com.br/formatos\\_html/assets/midia-kit-cartacapital---2016.pdf](http://www.editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/midia-kit-cartacapital---2016.pdf)



Nº9 (2023)

o perfil demográfico de 88% pertencentes às classes “A” e “B”, sendo que 64% possui renda familiar acima de R\$: 7.650,00. A editora divulga também índices de qualificação da formação educacional de seu público, 82% possui curso superior completo e 63% com pós-graduação completo ou cursando mestrado ou doutorado; além disso, grandes números deles consideram-se intelectualizados e culturalmente ativos. São números representativos, mas também não podemos ignorar o percentual restante composto de mais de um terço pertencente às classes econômicas de renda mais baixa e os 18% que não possuem graduação, pois apesar de minoritário, são porventura pessoas que buscam informações nesta mídia que podemos chamar de “alternativa” em relação às mídias que comandam os principais veículos de comunicação de nosso país; compõem, neste sentido, um auditório heterogêneo, como discorreremos no decorrer desta pesquisa.

É válido ressaltar que a Revista Carta Capital se posiciona sob os preceitos da ideologia de esquerda, que vai de encontro com posições ocupadas pelas revistas concorrentes, a exemplo de: Veja, Isto é, Época. Estas se afirmam liberais sob o ponto de vista econômico e se enquadram em uma linha mais conservadora em relação aos costumes da sociedade brasileira. Contextualizando com o momento discutido neste trabalho, durante as investigações da Lava Jato, a própria revista Carta Capital se manifestou criticando as revistas e os jornais mais conservadores, pois estes criaram narrativas tendenciosas a favor do *impeachment* de Dilma, bem como a prisão de Lula.

Utilizando como ponte esse posicionamento da revista e o seu público, vale mencionar que o Tratado da Argumentação, escrito pelos teóricos Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), traz pontos explicativos como o conceito de auditório, definido como o conjunto daqueles que o orador deseja influenciar; e para cada auditório existe um orador que pensa mais ou menos consciente e profere discurso persuasivo. Esses teóricos reconhecem um número quase infinito de auditórios, e acrescenta a dificuldade do orador, principalmente quando este é autor de livros, conseguir atingir determinado leitor pelo motivo de cada auditório ser heterogêneo.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) abordam uma questão a respeito dos termos convencer e persuadir: convencer vai além da persuasão para aqueles que se preocupam apenas com a razão; daí surge outra discussão: é possível separar razão de emoção? Diante da complexidade, os autores dizem que é possível e associam a argumentação persuasiva ao auditório particular e o convencimento ao auditório universal.

Sobre o *corpus* escolhido para a análise do tema, trata-se da edição número 892 da revista *Carta Capital*, de 10 de março de 2016, que traz em sua capa a foto do ex-presidente Lula com um certo ar de preocupação. Sendo assim, faz-se necessário situar o contexto histórico deste momento para que as análises possam ser compreendidas com maior clareza.

Diante disso, remetemos ao que Aristóteles (2011) fala sobre a eficácia no discurso do orador que está diretamente ligada a, em seu ato retórico, mostrar claramente ao auditório conhecimento, competência e certeza do que pretende defender, e, para isso, terá que valer-se de artifícios persuasivos



N°9 (2023)

do discurso, encontrando ou criando provas, trazendo dados comprobatórios, plausíveis, que levam o auditório ao convencimento. Vale lembrar que o contexto histórico também é relevante, visto que é entendido como o conjunto de fatores temporais, históricos, culturais e sociais que exercem influência no ato da produção e recepção dos discursos. Além disso, Ferreira (2017) menciona o cuidado que o orador deve ter ao proferir o discurso, devido ao entrecruzamento de movimentos racionais e passionais.

No contexto da situação em questão, o caráter do orador, a imagem dos interlocutores envolvidos na situação, os valores éticos e morais, os termos da lei vigente influenciam para obter adesão, consenso. E, como analistas do discurso, pesquisadores, observadores, temos também nossas crenças, nossas formações sócio-históricas interacionais bem como ideológicas que não nos torna totalmente neutros, muito menos imunes aos posicionamentos e inferências. O que tratamos é analisar da maneira menos subjetiva possível, buscando na teoria escolhida embasamento para nossas análises.

Os autores da reportagem, aqui configurados como os oradores em questão, discorrem sobre a crise que se instaurou no governo do PT (Partido dos Trabalhadores). O Brasil, desde as eleições presidenciais de 2014, vivia um clima de desentendimento entre o poder executivo, da presidenta na época (2016), Dilma Rousseff, e o Congresso Nacional, este tinha como presidentes da Câmara e do Senado, Eduardo Cunha e Renan Calheiros, respectivamente, ambos do antigo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) - hoje a sigla suprime o “P” - aliados até então do governo do PT, que ainda tinha como vice-presidente o também peemedebista Michel Temer.

A operação “lava-jato”, comandada de Curitiba-PR, na época, pelo então ex-juiz Sérgio Moro, estava a todo o vapor, inclusive sentenciando a dezenove anos de prisão um dos empresários mais influentes do meio empresarial, o Marcelo Odebrecht, presidente da maior empreiteira do Brasil, que não fez acordo de delação premiada com o Juiz da Vara Criminal do Paraná, assim como traz no conteúdo da reportagem em questão, escrita pelos jornalistas André Barrocal e Rodrigo Martins.

É o Ministério Público paulista que protagoniza a primeira cena de manifestação favorável à prisão do ex-presidente (na época) Lula por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, quando os Procuradores Cássio Conserino, Fernando Henrique de Moraes e José Carlos Blat – conhecidos como integrantes do “Estado Islâmico da Procuradoria”, termo este utilizado pelos autores da reportagem, segundo os mesmos autores, apelidados desta maneira por suas ações junto a processos por eles apreciados – formalizam o pedido na 4ª Vara Criminal de São Paulo, sendo este pedido apreciado pela Magistrada Maria Priscila Veiga Oliveira (esta conhecida por posições duras e positivistas, ainda segundo a autoria da reportagem). Vale destacar que tudo aconteceu há três dias das manifestações a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e na semana seguinte à condução coercitiva de Lula, a pedido do ex-juiz Sérgio Moro. Esta síntese serve para situar todo o imbróglio que cercava o país e provocou toda mobilização em torno dos fatos suscitados.



Nº9 (2023)

130



Fonte: *Carta Capital* (2016)

A respeito da capa da revista em análise, esta traz na parte superior, logo acima do nome da revista, o enunciado EDIÇÃO ESPECIAL DA CRISE, escrito em caixa alta e com destaque da cor azul. Esse tipo de enunciado não é encontrado em todas as edições da revista, é mais uma das exceções. Logo abaixo, há o nome da revista “Carta”, escrito em vermelho e “Capital”, escrito na cor branco. Neste caso, há uma variação nas cores das edições, mas sempre mantendo estas duas (vermelho e branco) variando com preta. Isto ocorre de acordo com o pano de fundo que cada imagem de capa traz, pudemos constatar esta informação pelo fato de verificar outras publicações da revista. Mariano (2016) explicita a composição do gênero capa de revista e revela que na linguagem verbal, a escolha da fonte, tamanho da fonte, definem os assuntos principais a serem discorridos no interior da revista, apresentado na capa de forma utilitária e de certa forma lógica, com critérios.

O site da revista e o nome da editora aparecem logo abaixo, em fontes bem menores, discretas, que podem passar despercebidos em uma primeira observação. Seguindo a descrição da capa, utilizando o critério vertical, chegamos ao título que a capa traz com o seguinte enunciado: “Lula e o complô” com cor da fonte que também chama a atenção pelo colorido, bem como pelo tamanho da fonte, e, na sequência, “Ameaçado de prisão sem provas, o ex-presidente reage ao cerco”. Este complemento também se destaca por vir escrito em caixa alta e logo abaixo do enunciado anterior. O contraste do branco com o amarelo pode ser uma estratégia estilística utilizada para provocar um ar de complementaridade nos sentidos que é abrangido. Diante do que está sendo dito, o orador, autor do enunciado provoca o seu auditório, o leitor da Carta, a investigar e desperta a curiosidade para decodificar o porquê do termo “sem provas”, e somente ao ler a reportagem o leitor mais atento verificará que os autores da reportagem da capa interpretaram a própria fala de um dos promotores que pediram a prisão de Lula ao dizer a dificuldade em conseguir provar o crime de lavagem de dinheiro.



Nº9 (2023)

Na parte logo abaixo, o editor menciona os autores que escreveram a edição enunciativa da capa, destacando, em contraste, novamente a cor amarela e os nomes dos autores escritos em branco. No canto esquerdo da capa, na parte um pouco mais superior, logo abaixo do site da revista, encontra-se o código de barras que traz informações referentes ao ano da revista, seu número de publicação, data e preço. Vale mencionar, também, a imagem de Lula em preto e branco ao fundo, este com a aparência de preocupado, com o rosto ligeiramente franzido, sugerindo ao auditório uma preocupação em relação aos acontecimentos em questão.

Figura 2 – Dilma Rousseff, Lula e Calheiros



Fonte: *Carta Capital* (2016)

A próxima imagem (Figura 2) do *corpus* está localizada no interior da revista, exatamente na página 15, na segunda página após o início da reportagem de capa. Nela, ilustra-se três fotos distintas, tiradas em momentos bem diferentes e formatadas para que aparecessem estrategicamente conforme os personagens fossem sendo citados pelos oradores da reportagem. Mariano (2016) comenta sobre as estratégias argumentativas que o orador precisa trazer para persuadir o auditório, seja com fatos plausíveis de veracidade, seja uma fotografia impactante, e mesmo assim o conflito de subjetividades pode surgir, a emoção pode definir esses conflitos, chegando a um acordo com o universo da doxa (lugares comuns).

A figura 2 apresenta, em primeiro plano, a foto de Dilma Rousseff caminhando na chuva, protegida por um guarda-chuva, sozinha, cabisbaixa, com uma roupa preta e um blazer vermelho, e com um semblante indicando sinal de tristeza, preocupação, diante dos fatos narrados que envolveram também atos de sua administração. Em uma foto um pouco menor à direita, está o Procurador Conserino, vestido de terno escuro e gravata clara, segurando uma pasta típica de seus atributos profissionais, próximo a um automóvel e olhando para o fotógrafo. O procurador traz uma expressão de seriedade misturada com um certo ar de surpresa. O terceiro personagem de destaque em outra



fotografia (abaixo da foto de Conserino) é o Senador, na época, Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. Ele aparece ao lado de Lula, ambos segurando juntos um exemplar da Constituição Federal. Calheiros aparece com um sorriso no rosto, de terno e gravata. Luiz Inácio está também de terno, sem gravata, em traje menos formal, e com semblante de seriedade. Ambos pousam para foto, mas seus olhares não são direcionados para o fotógrafo que fez essa imagem para a *Carta Capital*.

Dois enunciados trazem comentários de alta relevância para o entendimento desta montagem feita pelos oradores: a primeira, no canto superior direito da capa, tem três frases: a primeira falando que o promotor agiu com o fígado, uma elementar metáfora de tom crítico para com a atitude do integrante do Ministério Público paulista; a segunda frase descreve bem o sentimento de Dilma, depois de uma enxurrada de críticas. O fato de a fotografia ter sido escolhida em um momento de chuva, temporal, vendaval representa o momento pelo qual o governo do PT, e o Lula passavam, sendo que o título da reportagem do miolo da revista fala em “vendaval”; então, estes elementos podem ter sido estrategicamente escolhidos pelos oradores como forma de persuasão. Quando o orador fala em Dilma ceder o poder, está se referindo a acatar o que se ventilou a respeito de Lula assumir um Ministério com dois objetivos supostamente levantados: o primeiro, assumir o comando da administração pública; o segundo, ficaria impossibilitado de ser investigado pelo juiz Sérgio Moro na primeira instância da operação lava-jato, pelo fato de passar a ter foro privilegiado.

No interior da reportagem, fala-se que Lula estaria também resistente a aceitar este cargo por receio de o eleitorado pensar que seria uma confissão de culpa. Tornar-se Ministro o tornaria imune a tais denúncias, pelo menos na esfera da justiça comum. Aqui, há uma clara preocupação do ex-presidente Lula em manter seu ethos construído ao longo de uma trajetória oriunda dos movimentos sociais, ainda quando metalúrgico, homem perseguido e preso durante a Ditadura Militar; além de sua história à frente do Executivo Nacional durante oito anos, destacando-se pelas suas atitudes na construção de um país com menos desigualdade social.

Haddad (2005) fala sobre o ethos que o orador consegue reconstruir ao conseguir ser ouvido diante de uma situação de extremo conflito. Neste caso, podemos dizer que por meio do orador da revista *Carta Capital*, a voz de Lula é ouvida de maneira indireta por conta da sua posição em relação aos fatos elencados. Porém, naquele momento, havia um risco de seu ethos ser reconstruído de maneira negativa se a opinião pública, seus eleitores, forem persuadidos em acreditar que a sua nomeação como Ministro seria para se livrar das “garras do juiz de Curitiba e da prisão”. Entretanto, o orador, traz fala de um ministro, sem revelar seu nome, e através de elementos que suavizam tal enunciação, contorna essa possibilidade dando outra possibilidade justificatória para a nomeação de Lula, “a de líder capaz de serenar os ânimos e encontrar uma saída para a crise”.

Finalmente, a terceira frase do primeiro enunciado da figura 2 diz respeito ao fato de Renan Calheiros ter conversado com as duas forças políticas antagônicas naquele momento: “Calheiros toma

café com Lula, mas janta com o PSDB<sup>60</sup>”. A conjunção adversativa, “mas”, já dá a ideia de contraste entre os sintagmas; tornando-se, Renan, um aliado que não inspira tanta confiança, segundo sugere o termo linguístico, porque se o presidente do Senado fosse uma “ponte” para tentar as tratativas entre representante do governo e de oposição, os oradores usariam outro termo para enunciar esses encontros, como por exemplo, a conjunção aditiva, “e”, atrelado à imagem. O fato de Lula, ao lado de Renan, estar com semblante sério e a do Senador com um sorriso estampado no rosto, sugere ao auditório o clima de preocupação daquele e de uma tranquilidade por parte deste.

O segundo enunciado da figura 2 argumenta sobre uma atitude que era condenada pelos próprios opositores de Lula, o PSDB e o DEM<sup>61</sup>, em uma evidente crítica ao poder do Ministério Público paulista, que de maneira inconsistente pede a prisão do ex-presidente Lula.

Figura 3 – Eduardo Cunha, Tarso Jereissati e Eunício oliveira



Fonte: *Carta Capital* (2016).

Mais três personalidades do campo político são apresentadas e têm suas imagens agregadas à reportagem da capa. Exatamente na página 16, Eduardo Cunha, do MDB, em uma foto que o destaca, e outra foto bem ao lado aparecem os políticos Tarso Jereissati (PSDB) e Eunício Oliveira (MDB). O primeiro citado está com um ar de seriedade, apreensão; já os outros dois são flagrados em uma imagem bem à vontade, um deles, inclusive, com um largo sorriso no rosto. Vale destacar que este flagrante reflete seus momentos naquele período, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, fazia parte do bloco governista, embora sofresse pressões de uma ala dissidente de seu partido para iniciar um processo contra a então presidenta Dilma Rousseff.

É válido ressaltar que estes personagens foram citados por serem lideranças que, na conjuntura do momento, teriam participação decisiva para o desfecho político: Cunha por presidir a maior Casa Legislativa do poder político; Jereissati e Oliveira, por fazerem parte de um bloco que articulava na Casa Legislativa os próximos passos a seguir; e por serem lideranças, têm poder de convencer correligionários a votar favoravelmente ou não nos principais temas discutidos na casa. Os oradores, então, detalham toda esta conjuntura complexa - justificando o enunciado “edição especial da crise”, escrito na capa e já comentado – para que seu auditório compreenda da maneira mais inteligível

<sup>60</sup> Partido da Social Democracia Brasileira

<sup>61</sup> Democratas

possível todo o desenrolar dos fatos. Aqui podemos trazer o que Maingueneau (2005) fala sobre o ethos escritural, em se tratando dos oradores da revista *Carta Capital*, pois, para esse autor, o leitor tem um certo grau maior de dificuldade, exige-se do leitor um trabalho de imaginação através de indícios do texto, se comparado ao texto oral – que se opõe ao primeiro, impõe a fala imediata encarnada do locutor.

Figura 4 – Aécio Neves em destaque



Fonte: *Carta Capital* (2016)

Dando continuidade ao que ilustra a reportagem da capa, dessa vez na página seguinte, os oradores apresentam as imagens de mais duas pessoas de destaque na conjuntura histórica pela qual nosso país passava, Aécio Neves, Senador derrotado para o cargo de presidente em 2014, aparece em uma foto com um olhar distante, à frente de outras quatro pessoas que não são mencionadas, à princípio, na reportagem. Esta imagem tem a autoria revelada dos profissionais de fotografia que são autorizados em fazer as imagens nas casas legislativas do Brasil, STF, ABN, e Estadão Conteúdo. Por isso, achamos pertinente trazer Mariano (2016), quando esta fala da importância desses profissionais envolvidos na elaboração e formatação das imagens, além dos demais profissionais que colaboram, trabalham na confecção de capa, além dos jornalistas e diagramadores.

Voltando para a imagem citada, existe um enunciado afirmando que Aécio Neves é descartado em uma possível aliança do MDB-PSDB, em que os oradores mostram os percalços dos envolvidos nessa trama muito bem arquitetada, em que o Aécio é posto de lado pela cúpula de seu partido pelo fato de mais uma vez ter seu nome ventilado em denúncias de corrupção, desta vez em delação feita pelo Senador que fora preso, Delcídio do Amaral, do PT.

Como é perceptível, há também um enunciado logo abaixo da imagem de Aécio Neves escrita em caixa alta, e destacando-se também pelo tamanho da fonte e das cores contrastantes. Os oradores chamam a atenção de seu auditório para as circunstâncias de tempo e espaço que fora feita a denúncia do Ministério Público paulista. Levanta, com isso, a hipótese de interferência de um poder sobre outro.

Trata-se da temática central, do ponto crucial identificado como chave de todo o imbróglgio que girou em torno daquele momento.

A outra personalidade incluída no interior da reportagem é do Ministro do Supremo Tribunal Federal (na época), Marco Aurélio Mello (Figura 5), que, segundo os oradores, foi o único Ministro do Supremo a se manifestar diante dos últimos fatos ocorridos e dos que se sucederiam dias após o pedido de prisão de Lula. Marco Aurélio foi totalmente contrário à condução coercitiva de Lula, ocorrida na semana anterior, no dia 04 de março de 2016, a mando do juiz de Curitiba, Sérgio Moro. Os oradores, com isso, provocam o auditório a refletir sobre o silenciamento que houve por parte dos demais Ministros do Supremo.

Figura 5 – Ministro Marco Aurélio Mello



Fonte: *Carta capital* (2016).

O enunciado que traz junto à imagem de Marco Aurélio provoca de alguma forma o raciocínio do auditório que faz uma leitura mais atenta; o não dito aparece aí de forma contundente, pois se este Ministro leva a sério sua função, fica subentendido que os demais não levam pelo fato de silenciarem diante desses últimos acontecimentos graves e decisivos em nossa história. Podemos, então, por meio desse exemplo, elencar uma inferência de Haddad (2005) ao destacar um orador que critica seus pares, elevando-se, eximindo-se de responsabilidades, usando argumentos que são compatíveis com a realidade exposta em questão, construindo, com isso, uma imagem de si em oposição àqueles de seu grupo. Constrói a partir daí um ethos dissidente, e no campo intelectual, opõe-se à doxa do campo político do momento. É notório a valorização que os oradores fazem em relação ao ethos do Ministro, elencando suas virtudes e prudência em se manifestar diante de tal acontecimento.

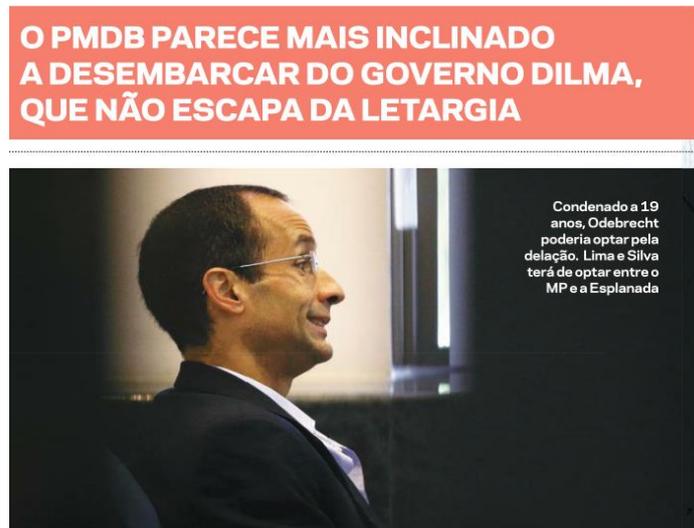
Dando continuidade à análise, na página 18 aparece uma única imagem (Figura 6), a do presidente da maior empreiteira do Brasil, Marcelo Odebrecht, que fora condenado por Sérgio Moro a 19 anos de prisão. O enunciado destaca que o condenado poderia optar pela delação, o que poderia ser favorável a uma redução de pena que poderia levá-lo a penas mais brandas. A foto mostra um homem



Nº9 (2023)

de perfil com a expressão de surpreso e desesperado, como se fosse surpreendido por algo, emitindo um sorriso sem graça, em um ambiente que sugere talvez uma sala de audiência. O espaço sugere, ainda, um contraste que em volta dele é escuro e somente no contorno de seu tronco e cabeça um pouco mais claro, como se a edição da imagem o colocasse confinado em local restrito, uma prisão.

Figura 6 (Marcelo Odebrechet



Fonte: *Carta Capital* (2016)

A última imagem trazida pela reportagem referente à reportagem analisada é do Promotor Público Wellington César Lima e Silva, que fora nomeado Ministro da justiça no governo de Dilma Rousseff, ficando neste cargo entre os dias 03 e 14 de março de 2016.

Figura 7 – Promotor Wellington César Lima e Silva



Fonte: *Carta Capita* (2016)

Os oradores, sem dar muitos detalhes de sua indicação, trazem a configuração que esta nomeação fora traçada, mencionando o voto de exceção do Ministro Mello do STF a este respeito, a



Nº9 (2023)

contradição existente pelo fato de realmente existir a proibição na Carta Magna de integrante do Ministério Público em assumir cargos do poder executivo, mas existir egressos do MP no governo Alckmin em São Paulo. A associação dessa imagem liga indiretamente ao que se foi ventilado durante esses dias de turbulência, com a possível nomeação de Lula também a um Ministério. Pode-se inferir dessa maneira, pelo fato de os oradores tratarem como “inútil” tal ação caso Lula fosse efetivado como Ministro. Essa problemática narrada pode ser verificada na imagem de Wellington, apesar de estar sentado, com as pernas cruzadas e bem acomodado, a sua feição mostra um certo incômodo e apatia sobre o que está olhando, o que acaba, de certa forma, confirmando para o auditório o que está sendo apresentado na matéria.

### Considerações finais

Diante da pesquisa realizada, pudemos evidenciar, com maior ênfase, a construção dos *ethos* que se destacam nessa conjuntura. O primeiro *ethos*, o dos autores da reportagem, representa o pensamento simbiótico pelo qual a revista se propõe a discutir. Nesse tema específico, fatos políticos de nossa recente história, posicionando-se de maneira crítica à maneira articulada desses embates entre a justiça e a administração política, surgindo uma evidente partidarização do poder judiciário. O segundo *ethos* apresentado é o de Lula, que, como figura pública histórica de nosso país, construiu um *ethos* e sofre uma tentativa de mudança destrutiva dessa sua imagem, diante dos fatos que são envolvidos negativamente com seu nome. E, por fim, apresentamos o *ethos* dissidente – suscitado por Haddad (2005) representado, aqui nessa pesquisa, por Marco Aurélio de Mello, como sendo aquele que vai de encontro com seus pares e critica publicamente as ações arbitrárias ocorridas contra Lula, no caso específico da condução coercitiva sofrida por este.

Ademais, vale destacar que, com essa pesquisa, pudemos constatar a importância que as imagens possuem no processo da construção argumentativa, visto que o orador pode manipular ou reforçar aquilo que é dito no discurso, ocasionando uma comunhão com o auditório acerca do assunto defendido.

### Referências Bibliográficas

- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Ruth Amossy (org.). São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. [384-322 a.C]. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- CARTA CAPITAL**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br>. Último acesso em 04 de abril de 2019.



Nº9 (2023)

FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**/ - 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

HADDAD, Galit. Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Roman Rolland. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. AMOSSY, Ruthy (org.); São Paulo: Contexto, 2005 p. 145-165.

JESUS, Gilvan Santana de. **Impeachment da presidenta Dilma Rousseff**: a legitimação do processo pelo dispositivo midiático. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2017, 100f.

MAINGUENEUAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. AMOSSY, Ruth (org.); São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

MARIANO, Márcia Regina Pereira Curado. Como Itabaiana se mostra (ou é mostrada) na mídia. A questão do auditório em Perelman: o que as capas de revista dizem sobre os leitores. In: **Diversas faces de Itabaiana: análise de imagens discursivas da Cidade dos Caminhoneiros**. Márcia R. C. Mariano; Flávio P. Santana (Orgs.) – Aracaju: ArtNer Comunicação, 2016 p, 17-54

MARIANO, Márcia Regina Pereira Curado; SANTANA, Flávio Passos. Como Itabaiana se mostra (ou é mostrada) na mídia. A construção do ethos de uma cidade e de seus habitantes em uma revista local. In: **Diversas faces de Itabaiana: análise de imagens discursivas da Cidade dos Caminhoneiros**. Márcia R. C. Mariano; Flávio P. Santana (Orgs.) – Aracaju: ArtNer Comunicação, 2016 p, 55-71.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica [1958]. Maria Ermantina Galvão G. Pereira (Trad.) – 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

REBOUL, Oliver. **Introdução à Retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benetti. – 2. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.